



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RAFAEL NASCIMENTO DA SILVA

**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO
POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2016

RAFAEL NASCIMENTO DA SILVA

**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO
POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Ferreira de Oliveira

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Rafael Nascimento da.

Entre o SIM e o NÃO : História da emancipação política de Tamarana e seu ensino na escola / Rafael Nascimento da Silva. - Londrina, 2016.
142 f. : il.

Orientador: Sandra Regina Ferreira de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Tamarana - Tese. 2. Ensino de História - Tese. 3. Cidades - Tese. 4. Emancipação Política - Tese. I. Oliveira, Sandra Regina Ferreira de . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

RAFAEL NASCIMENTO DA SILVA

**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO
POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa
de Mestrado em Educação da
Universidade Estadual de Londrina,
como requisito para a obtenção do
título de Mestre.

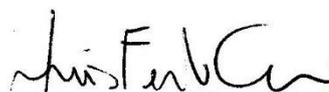
BANCA EXAMINADORA:



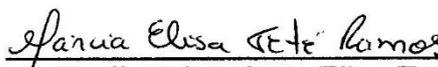
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Regina
Ferreira de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof^a. Dr^a. Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof. Dr. Luis Fernando Cerri
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG



Prof^a. Dr^a. Márcia Elisa Teté Ramos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de agosto de 2016.

Dedicatória

A Deus

Por ter me dado forças para chegar até aqui.

À Clarice e à Avani

Mãe e avó, duas lindas mulheres de muita força e coragem, a quem sou eternamente grato pelos ensinamentos, conselhos e apoio em toda a minha caminhada escolar.

À Lucivana

Esposa dedicada, atenciosa e compreensiva. Por todo amor a mim dedicado e pela aceitação em todas as vezes que precisei estar ausente e sacrificar os fins de semana, para que pudesse me dedicar aos estudos. Agora teremos mais tempo para o cotidiano que nos cerca.

À Maria Clara

Que chegou para colorir nossas vidas e me fazer ver que eu ainda não conhecia o sentimento mais puro que existe, o AMOR de pai para filha. Minha pequena, o papai te ama.

AGRADECIMENTOS

Tantas foram as colaborações durante a realização desta pesquisa que os percalços encontrados nesta caminhada se tornaram amenos.

Agradeço à minha orientadora Sandra Regina Ferreira de Oliveira, pela atenção, dedicação e paciência durante os dois anos de convivência no percurso desta pesquisa. Suas colaborações me fizeram entender que ser pesquisador é estar atento para olhares singulares e que o campo do ensino de História é vasto de conhecimento a ser ensinado nas escolas. Sou grato, também, por acreditar e defender que minha pesquisa traria contribuições para a educação.

Ao professor Dr. Edson Holtz, por sua atenção e colaboração nas leituras realizadas durante a construção desta pesquisa.

Aos professores: Dr^a. Alice Yatiyo Asari, Dr. Luis Fernando Cerri e Dr^a. Márcia Elisa Teté Ramos, pela aceitação em participarem da banca de qualificação e por realizarem uma leitura atenciosa do texto. Os apontamentos e reflexões realizados foram importantes para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do Centro Municipal de Educação Infantil Marli Marques Agostinho que me encorajaram com palavras de crescimento a cada passo dado durante a permanência no curso de mestrado.

Aos amigos do mestrado, José Antônio Gonçalves Caetano, Adriana Haruyoshi Biason e Marília Alcântara, que fizeram parte de um momento muito importante para mim. Obrigado por todos os momentos de angústia e indecisão que compartilhei com vocês.

Ao Grupo de Pesquisa História e Ensino de História, pelas valiosas contribuições realizadas por meio de leituras, debates e ensinamentos pertinentes sobre o campo da História. Nesse grupo pude fazer duas novas amizades com Thamiris Bettiol Tonholo e Silvana Muniz Guedes. Apreendi muito com vocês nessa caminhada.

Aos habitantes do município de Tamarana, professores e Secretaria Municipal de Educação, pela colaboração e participação nesta pesquisa.

À minha família, por compreender e respeitar os momentos de isolamento que foram necessários em várias ocasiões. A partir de agora, haverá mais disponibilidade para reuniões de família.

A história das cidades parece-nos ser de enorme potencial para que os alunos reflitam sobre sua própria experiência histórica no lugar em que vivem, sobre suas responsabilidades no presente e na construção do futuro.

(Lana M. C. Siman, 2008, p. 266)

SILVA, Rafael Nascimento da. **Entre o SIM e o NÃO**: história da emancipação política de Tamarana e seu ensino na escola. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2016.

RESUMO

As cidades e seus habitantes vivenciam transformações constantes junto ao acelerado movimento da sociedade. Muitos acontecimentos que deixaram marcas no lugar e em seus habitantes são esquecidos ou, não raras vezes, contados a partir de uma história eleita para ser lembrada, assim, uma história oficial da cidade vai se compondo sem a valorização da polifonia. Esta pesquisa tem como cenário o ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nosso objetivo é verificar como um acontecimento recente ocorrido no município de Tamarana, estado do Paraná, tem sido abordado nas aulas de História. Refere-se à emancipação política do município, ocorrida no ano de 1995 e que, de certa forma, é tema pouco estudado, mas conteúdo eleito para ser ensinado nas escolas. Também é um tema sobre o qual pouco se fala no município, a não ser que alguém comece. Nesse caso, a reverberação é tão intensa e imprevisível que, há muitos anos, a opção é não tocar nesse assunto. A metodologia adotada nesta pesquisa pauta-se em três fontes de estudo: análises das reportagens publicadas na época que compreende o processo de emancipação, coleta de dados por meio de entrevista com seis habitantes que vivenciaram o processo de emancipação do município e aplicação de questionários aos professores de terceiro e quarto anos dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Educação de Tamarana. Trata-se de um trabalho original, já que não encontramos nenhuma pesquisa a respeito da emancipação política do município tamaranense. Ao término, conclui-se que a ocorrência da emancipação de Tamarana deixou marcas em seus habitantes e a temática ainda causa reverberações intensas em seus moradores. Verifica-se que, nas escolas, é trabalhada a questão sobre emancipação política do município e sobre a história de Tamarana, entretanto, há uma deficiência quanto aos materiais didáticos que versam sobre o assunto.

Palavras-chave: Tamarana. Ensino de História. Cidades. Emancipação Política.

SILVA, Rafael Nascimento da. **Between YES and NO**: the history of Tamarana political emancipation and its teaching in schools. 2016. 138 p. Dissertation (Master's in Education) – State University of Londrina, Londrina. 2016.

ABSTRACT

Not only the city, but also its inhabitants go through constant transformation along with the society movement. Many important situations that left traces in a specific place or in its inhabitants have either been forgotten or remembered through stories thought to be significant to be told. Therefore an official city's history have been made without polyphony's value. This research has as background the teaching of history in the elementary school. Our objective is to check how a recent happening in the city of Tamarana, Parana state, has been covered in history classes. The occurrence mentioned is Tamarana political emancipation that happened in 1995 and is not frequently studied, even though it is a subject matter that must be taught in elementary schools. It is a topic very little discussed within the town, unless somebody starts the subject. When it happens, there is such a deep and unpredictable reverberation, that for many years it has been chosen not to touch this matter at all. The methodology which has been chosen for this research is based upon three sources of study: the analyses of the articles published at the time which have the emancipation process, data collection through interview with six inhabitants who lived during the town emancipation and questionnaires given to third and fourth grade elementary teachers from the Municipal Education System in Tamarana. It is an original project, since it has not been found any research about Tamarana political emancipation. At the end of this research, it has been concluded that Tamarana emancipation has left traces in its inhabitants and the issue has still caused intense reverberation. It has been checked that it has been taught Tamarana political emancipation at school as well as Tamarana's history. However, there is a lack of teaching aids about the subject.

Keywords: Tamarana. History Teaching. Cities. Political Emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Londrina perde 466km ² se ficar sem Tamarana.....	67
Figura 2: Candidatos entram no debate da emancipação de Tamarana.....	72
Figura 3: Sancionada a lei que cria o município de Tamarana.....	74
Figura 4: Tamarana em clima de guerra pela emancipação	75
Figura 5: Só Tamarana e Imbaú rejeitam emancipação.....	78
Figura 6: Deputados trocam socos na Assembleia	81
Figura 7: Tamarana ignora ação contra plebiscito	84
Figura 8: Tamarana decide pela emancipação	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JEEP – Jovens Empreendedores Pequenos Passos

LC – Lei Complementar

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RPC – Rede Paranaense de Comunicação

SINDSERV – Sindicato dos Servidores Municipais de Londrina

SOLIPAR – Projeto Solidariedade e Partilha

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UNINORTE – Faculdade Norte Paranaense de Ensino

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE: O ESTUDO DA CIDADE NA PESQUISA E NO ENSINO DE HISTÓRIA	29
1.1	APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA CULTURAL	30
1.2	A CIDADE COMO FERRAMENTA EDUCATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	33
1.3	AS DATAS E SUAS COMEMORAÇÕES NA HISTÓRIA DA CIDADE.....	43
2	“TAMARANA EMANCIPADA: QUEM GANHOU, SÓ O TEMPO DIRÁ”	52
2.1	EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS: TORNAR-SE OU NÃO UM MUNICÍPIO?.....	52
2.2	O USO DO JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA.....	60
2.3	O QUE ENCONTRAMOS NOS JORNAIS: A LUTA ENTRE O SIM E O NÃO E SEUS SUJEITOS	65
3	A BUSCA DE APOIO A FAVOR OU NÃO DA EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE TAMARANA: OS PLEBISCITOS DE 1991 E 1995	90
3.1	A POLARIZAÇÃO ENTRE O SIM E O NÃO: O QUE NOS DIZEM OS HABITANTES DE TAMARANA	90
3.2	A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NOS PLEBISCITOS DE 1991 E 1995.....	97
3.3	O DESEJO DE POUCOS E A SEDUÇÃO DE MUITOS.....	100
4	A HISTÓRIA DA CIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: O CASO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA	103
4.1	A COLETA DE DADOS.....	103
4.2	QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE ENSINAM HISTÓRIA PARA AS CRIANÇAS DE TAMARANA?.....	104
4.3	QUE CONCEPÇÕES OS PROFESSORES POSSUEM SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA?.....	107

CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICE.....	132
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Ademir Ferreira.....	132
APÊNDICE B –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Antonina de O. Freitas	133
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Francisco da Cruz Gallo.....	134
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Jair Ramos.....	135
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Lourival Oliveira.....	136
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Maria Claudete de C. Mantovan.....	137
APÊNDICE G – Entrevista piloto sobre a emancipação política de Tamarana.....	138
APÊNDICE H – Autorização para aplicação de questionário.....	139
APÊNDICE I – Questionário às professoras de terceiro e quarto anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	140

INTRODUÇÃO

O aceleramento na produção e na divulgação de informações é característica da sociedade contemporânea. Em nosso cotidiano, estamos expostos a uma relação muito rápida com o passado, sendo esse passado, por vezes, classificado como ultrapassado e, em decorrência, compreendido como desnecessário enquanto conteúdo a ser ensinado para as crianças nas escolas.

Esta pesquisa tem como cenário o ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nosso objetivo é estudar um acontecimento recente ocorrido no município¹ de Tamarana, estado do Paraná: a emancipação política, ocorrida no ano de 1995 e que, de certa forma, é tema pouco estudado, embora seja conteúdo eleito para ser ensinado nas escolas. Trata-se, também, de um tema sobre o qual pouco se fala no município, a não ser que alguém comece. Nesse caso, a reverberação é tão intensa e imprevisível que, há muitos anos, a opção é não tocar no assunto.

O município de Tamarana está localizado na região Norte do estado do Paraná, na microrregião metropolitana de Londrina. Possui população estimada em aproximadamente 13.518 habitantes, tendo sua área territorial em 469,401km² e está há 336,67km da capital paranaense, Curitiba (IPARDES, 2015). Por ser um município com forte tradição rural, o destaque de seu comércio caracteriza-se pela predominância do setor agropecuário, com grande ligação à agricultura familiar.

Na zona rural de Tamarana, há predominância de assentamentos rurais, sendo que o município possui 14 assentamentos que beneficiam diretamente trezentas e oitenta e duas famílias assentadas pelos programas INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Banco da Terra.

As famílias assentadas possuem influência direta no setor econômico do município, pois todas as suas produções agrícolas são distribuídas nos comércios locais, usufruídos pela população. Daniela Doms Godinho da Silva (2007), ao pesquisar a dinâmica sócio-espacial de Tamarana e suas mudanças causadas pelos assentamentos rurais, ressalta que, com a implantação dos assentamentos, há uma mudança na dinâmica e no espaço em que estão inseridos, já que ocorrem:

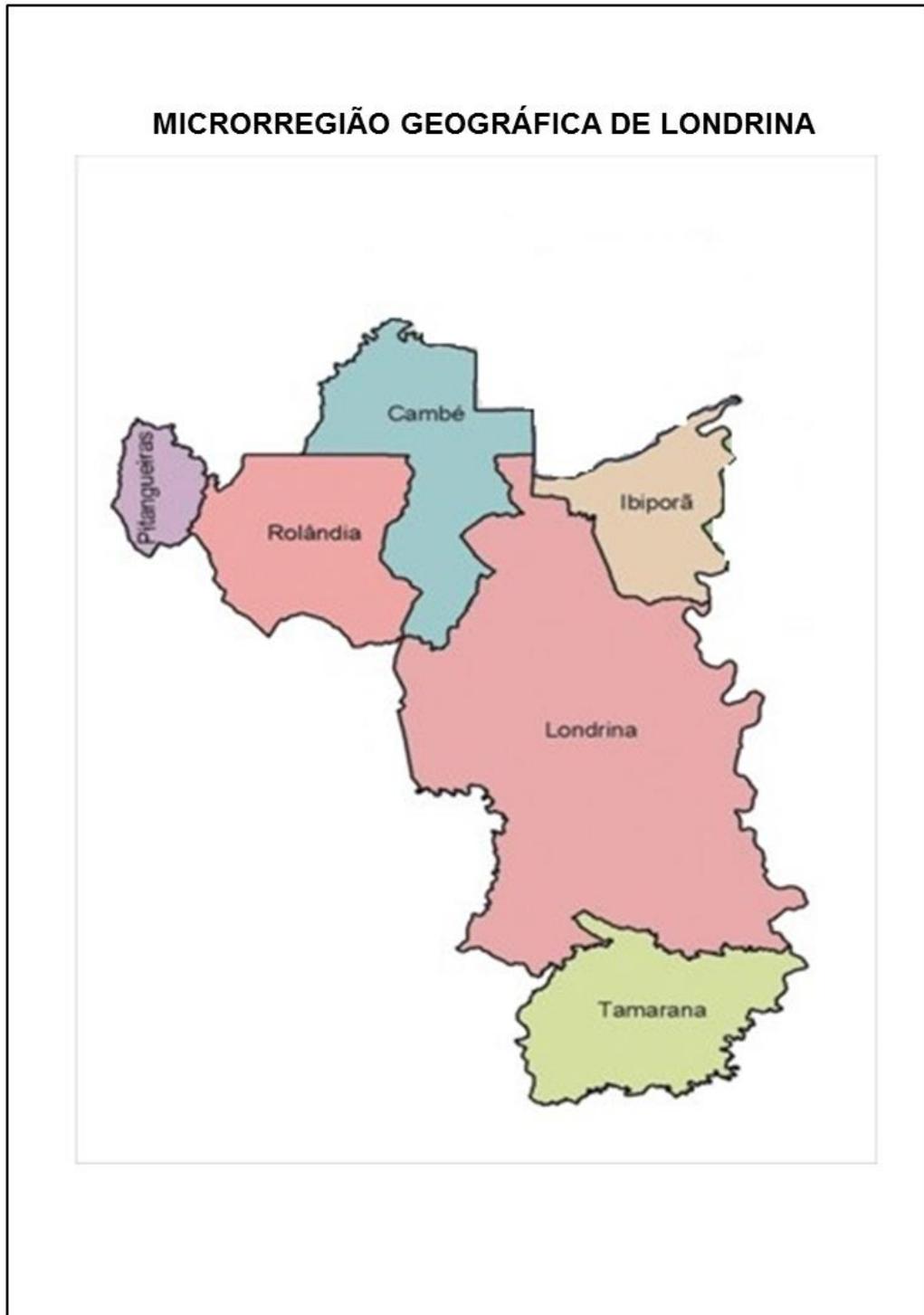
¹ O município é o resultado de divisões internas de um estado brasileiro. Compreende-se por município o espaço territorial administrado pela Prefeitura municipal que lhe garante o status de possuir autonomia administrativa.

melhorias nas condições de vida dos assentados, bem como da população local, pois beneficiam-se com a dinamização do comércio, com o aumento e diversificação da oferta de alimentos, com a expansão dos serviços públicos, entre outros aditamentos desse processo que pode ser compreendido como gerador de riquezas (SILVA, 2007, p. 18).

Dos 14 assentamentos mencionados, oito são derivados de processos sociais de luta pela terra, instituídos pelo INCRA, e outros seis sendo oriundos de financiamentos pelo Banco da Terra.

Como citado acima, Silva (2007, p. 90) aclara que a atividade agropecuária predomina na economia da cidade, junto com o comércio, o ramo de construção e os serviços domésticos. Assim sendo, a agropecuária possui forte influência no município, pois “além das estatísticas que demonstram sua abrangência no mercado formal de trabalho do município, também contribui informalmente para a geração de renda da população municipal”.

Mapa 1: Localização do Município na microrregião geográfica de Londrina



Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/1223646/>

A história de Tamarana é contada, principalmente nas escolas, vinculada à história de Londrina. Porém, se abordarmos a constituição do núcleo populacional que ali se estabelece pela população não índia, encontramos registros

que datam da primeira década do século XX. Isso nos leva a considerar que o primórdio da formação do núcleo populacional por habitantes não índios, que hoje é denominado por “cidade de Tamarana”, é centenário, pois encontramos registros de 1915, quando o lugar era chamado de vilarejo.

O Decreto de Lei nº 2.713 definiu que o vilarejo de São Roque passasse a ser chamado de Distrito Judiciário de São Roque, sendo esse pertencente ao município de Tibagi e, no ano de 1939, por meio de um Decreto Governamental, Tamarana passou a pertencer ao município de Londrina. Vale ressaltar que Londrina era um município recém-criado. O núcleo de habitantes formado no início pelos safristas, que recebeu o nome de São Roque, evidencia a forte tradição religiosa no distrito. Isso se dá porque Evaristo Camargo, Euzébio Barbosa de Menezes, Mathias Lemes Gonçalves e Procópio Ferreira, que foram os primeiros safristas da época, resolveram realizar a doação de vinte e cinco alqueires de terra ao santo São Roque, santo protetor de Evaristo Camargo, o qual idealizou a doação de terras para a fundação do patrimônio (FOLHA DE LONDRINA, 20/04/1990).

Os safristas “vieram do Sul e do Norte Velho, principalmente de Tibagi, Tomazina, Ibaiti, São Jerônimo, Ventania e Sengés” (VIEGAS, 23/12/1977). Ao chegarem ao local recém-povoado, procuravam estabelecer suas instalações em locais com proximidade às nascentes de água, sendo que “ali plantavam milho para engorda de porcos que eram tocados a pé até Ponta Grossa, Jataizinho, Ibaiti, ou mesmo Fartura, São Paulo” (FERREIRA, 2006, p. 313) a fins de comercialização. Todo esse trajeto, percorrido para venda de suas criações, demorava em média oito dias, sendo realizadas paradas para descanso no meio do dia e continuando a jornada até o escurecer, quando procuravam lugar para acampar.

Uma das dificuldades encontradas pelos safristas na época era a falta de estradas para disponibilizar a ligação de São Roque com outras cidades. Frente a isso, realizavam as chamadas “picadas”, um tipo de trilha utilizada pelos seus idealizadores para chegar ao destino pretendido. Uma vez inauguradas as estradas, o problema se concentrava nos períodos de chuva ou falta dela. Em dias de chuva, os carros atolavam e permaneciam por dias no mesmo lugar até que o barro secasse. Em dias de sol, a poeira provocada pela seca era tanta que, caso um carro passasse pela estrada, deixaria o trajeto invisível até ela baixasse.

A alteração do nome de São Roque para Tamarana tem influência direta dos Correios. As confusões na entrega de correspondência entre o distrito de

São Roque e o município São Roque, situado no estado de São Paulo, eram frequentes e, por isso, a EBTC (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) sugeriu que seria ideal trocar o nome do distrito, a fim de terminar as confusões de correspondência. O feito aconteceu por meio do Decreto-Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943, alterando o nome de São Roque para Tamarana (FERREIRA, 2006, p. 313).

O nome Tamarana, de acordo com Ferreira (2006, p. 313), é de origem tupi e significa “espécie de clava com quinas, com um metro de comprimento, feita de madeira dura, espalmada com dois gumes à maneira de espada”. A escolha do nome se deu pela presença indígena nas terras do distrito, principalmente dos índios kaingang.

Antes de dar continuidade aos trajetos teóricos e metodológicos propriamente ditos desta pesquisa, que elegeu o município de Tamarana como tema, optamos por apresentar a trajetória do pesquisador. A apresentação do memorial no texto da dissertação é assumida por parte dos pesquisadores que compõem o Grupo de Pesquisa História e Ensino de História, ao qual se vincula esta pesquisa, como importante por vários motivos, dentre os quais destacamos dois: primeiro, porque consideramos que a escrita reflexiva de si, entrelaçada com a construção do objeto de pesquisa, provoca ressignificações importantes para o sujeito e, em decorrência, para a pesquisa (PASSEGGI, 2006); segundo, para que o leitor conheça e acompanhe como o tema da investigação foi sendo elaborado e se entrelaçando à história de vida do sujeito.

Memorial²

Muitas foram as expiações e os momentos de reflexão sobre o que pesquisar no município de Tamarana. A escrita deste memorial não foi tarefa fácil, pois aprendi que escrever requer constante aprimoramento e que o ato de ler é um mergulho nas ideias dos autores na busca por tentar compreendê-los para, depois, içar o que pode contribuir na construção de minha pesquisa. Nasci e me criei em Tamarana e o desejo por trabalhar no campo da educação é um caso antigo em minha família. A pretensão em exercer a profissão de professor inicia-se com minha avó,

² A escrita do memorial foi feita na primeira pessoa do singular.

mas a distância entre a sua casa e a escola foi apontada como o grande obstáculo na realização de seu sonho, tendo em vista que, na década de 1940, não havia transporte escolar para estudantes e a família não tinha condições financeiras para arcar com as despesas. Assim, minha avó deixou seu sonho de lado e, para ajudar a família, envolveu-se com o trabalho rural.

Anos mais tarde, na década de 1970, minha mãe também alimentou o mesmo sonho: ser professora. Porém, com mesmo destino de sua mãe, não pôde concretizar seu desejo, tendo seus estudos reduzidos a saber escrever seu nome.

O fato que marcou definitivamente minha escolha por ser professor ocorreu no ano de 2006, enquanto ainda era aluno do Ensino Médio. Nesse ano, incentivei minha mãe a voltar a estudar, pois sempre notava que havia muito interesse de sua parte em desenvolver sua leitura e o raciocínio matemático. No entanto, ao mesmo tempo em que se mostrava feliz com a possibilidade de poder voltar a estudar, um sentimento de vergonha a paralisava, pois, em sua compreensão, o tempo havia passado para ela.

Para incentivá-la e pensando em acompanhar de perto o seu aprendizado, procurei a Secretaria de Educação de Tamarana e, em uma conversa franca com a Secretária de Educação, ofereci-me para ser voluntário na escola para a Alfabetização de Jovens e Adultos. A resposta veio logo em seguida e a autorização me foi concedida. Após esse fato e depois de muita insistência, minha mãe matriculou-se na escola.

Permaneci no programa como voluntário por três anos e até hoje, em toda minha trajetória profissional, não houve gratificação maior que ter convencido minha mãe de que, mesmo que o tempo tenha passado, há sempre tempo para recomeços. Assim, protagonizamos um começo partilhado, eu realizei meu primeiro contato com a profissão de professor e ainda tive a honra de ser professor da minha mãe, acompanhando cada momento de sua nova caminhada.

Estudei sempre em escolas públicas de Tamarana e, no ano de 2008, por meio da seleção realizada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Governo Federal, ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade Norte Paranaense – UNINORTE. Mesmo com as dificuldades de conciliar os estudos e o trabalho, foram quatro anos de muito aprendizado e formação necessária para a profissão que havia escolhido: ser professor de crianças.

O interesse por pesquisar sobre o ensino de História me acompanha há algum tempo, desde que cursei a disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da História, quando aluno do curso de Pedagogia da UNINORTE. Naquele contexto, ao ter que eleger um tema para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso, optei por fazê-lo na área do ensino de História, investigando como os professores de quarto e quinto anos dos Anos Iniciais ministravam suas aulas na disciplina de História.

O trabalho de TCC intitulado “Ensino de História: a prática educacional dos docentes da 4ª série e 5º ano do Ensino Fundamental público” teve por objetivo analisar a prática desenvolvida pelos professores em sala de aula. Apliquei um questionário para identificar como os docentes ministravam as aulas de História. Concluí, dentre outras questões, que os professores valorizam o trabalho com a história local e consideram o conhecimento histórico como muito importante para o desenvolvimento do raciocínio crítico dos alunos.

Na fase de finalização do trabalho, novas indagações levaram-me a refletir sobre outras questões relacionadas ao ensino de História como, por exemplo: que história de Tamarana tem chegado às escolas, visto que não há uma produção historiográfica a respeito?

Em 2012, comecei a fazer o curso de pós-graduação em Docência na Educação Superior, na Universidade Estadual de Londrina. Estudar na UEL era um desejo antigo e fazer essa pós foi importante para criar coragem e tentar a seleção de mestrado. Nesse mesmo ano, também ingressei como professor de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Londrina e vivenciei o preconceito pela escolha de minha profissão, já que muitos apontam que ser professor de “creche” é cargo para mulher.

Três anos se passaram desde que iniciei meu trabalho como professor da Educação Infantil e hoje atuo como coordenador pedagógico da unidade na qual trabalho. Trata-se de um trabalho nada fácil, em que minhas experiências diárias me fazem refletir sobre que professor eu quero ser.

Ingressei no mestrado no fim do ano de 2013, na linha Perspectivas Filosóficas, Históricas e Políticas de Educação, no núcleo de História e Ensino de História. O projeto apresentado para seleção no referido programa era sobre a história de Tamarana a partir das narrativas de seus primeiros habitantes. Como a maioria dos projetos, o tema estava muito amplo e já na entrevista fui questionado sobre quem eu

estava elegendo como “primeiros habitantes”. O que estava denominando por “história de Tamarana”? Não tinha respostas, naquele contexto, para essas perguntas, mas tinha um desejo de conhecer mais sobre Tamarana e uma necessidade: aprender sobre essa história para poder ensiná-la aos meus alunos e alunas. De certa forma, o pedagogo se lançou ao desafio de percorrer as trilhas da História para poder compreender mais sobre o Ensino de História, esse campo de fronteira entre a História e a Educação.

No processo de readequação do projeto, a participação no Grupo de Pesquisa foi fundamental. Nosso grupo é composto por alunos graduandos de diferentes cursos, pós-graduandos e professores da Rede. Sob a coordenação da Prof.^a Sandra Oliveira, minha orientadora, discutimos amplamente sobre o ensino e a aprendizagem nos Anos Iniciais³, sobre as potencialidades do trabalho interdisciplinar, sobre as peculiaridades de se ensinar História para crianças na escola, sobre os desafios que o professor pedagogo encontra diariamente no exercício de sua função⁴ e, principalmente, sobre a importância dos pedagogos realizarem pesquisas relacionadas ao ensino e à aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento escolar que compõem as disciplinas.

Impulsionado pelo grupo, novas questões aliaram-se às anunciadas na banca de seleção do mestrado e o próximo passo foi delimitar o recorte do tema a ser pesquisado. Tendo o município como objeto de estudo, o que pesquisar sobre sua história? Quais as contribuições que poderia levar para as escolas locais quanto ao ensino de História?

Toda a vivência proporcionada pelo curso de mestrado me auxiliou nos momentos de angústia e também acarretou novos conhecimentos, os quais carregarei por toda a minha jornada docente. O texto final, aqui, traduz a minha trajetória. Assim sendo, mostra-se tal qual um palimpsesto, contém várias marcas, pois foi escrito ao longo de dois anos, em meio ao processo de apropriação de uma nova aprendizagem: como ser pesquisador.

³ Alguns resultados das discussões do Grupo de Pesquisa podem ser encontrados no livro "O movimento da ação docente no Ensino Fundamental I" (OLIVEIRA, LUGLE, AGUIAR, 2013), com relatos de experiências de estudantes e professores do curso de Pedagogia da UEL referente ao PIBID.

⁴ Vale lembrar que, no curso de Pedagogia que cursei, cuja grade curricular não difere muito dos demais cursos no país, as metodologias são disciplinas com apenas oitenta horas para cada área do conhecimento escolar, a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História e Arte.

Momentos de observação: a busca pelo recorte da pesquisa

O primeiro desafio posto na fase de adequação do projeto baseou-se em delimitar um recorte sobre o que estudar da história de Tamarana. Minha ideia sobre a história do município era marcada fortemente pelos aspectos de uma narrativa histórica cronológica, linear e descritiva dos principais governantes e do desenvolvimento econômico. Essas ideias foram formadas, em grande parte, pelo que aprendi na escola sobre a história do município. Por isso, fazia-se necessário reeducar o olhar para outras possibilidades.

Com esse intuito, iniciei minha pesquisa sobre o município de Tamarana com passeios urbanos, terminologia apresentada por Silvia Alderoqui (2012) para definir as caminhadas realizadas pelo espaço urbano, com o objetivo de se perder nelas, pois, para a autora, perder-se nada tem de desorientação, mas se relaciona com a atitude de abrir-se para novas contemplações, novas percepções, novos aprendizados (ALDEROQUI, 2012, p. 16). Caminhei pela cidade⁵ observando os habitantes, os lugares, o movimento, e o olhar de pesquisador começou a captar tantas coisas não vistas.

Com o propósito de saber qual olhar dos habitantes recai sobre Tamarana, iniciei um processo de conversas informais com os moradores do município, lembrando que também sou um morador de lá. No diálogo estabelecido com cada um, em certo momento, fazia a seguinte questão: *se você pudesse contar algo sobre Tamarana a alguém, o que contaria?*

Conversei com seis habitantes de Tamarana e efetuei alguns registros escritos sobre eles. Busquei pessoas que transitavam pelas ruas, sentadas nas praças, nos balcões dos estabelecimentos comerciais, no mercado, e a realização da conversa efetivava-se conforme as circunstâncias favorecessem. Apesar de iniciar a conversa com vários, somente com esses seis habitantes o diálogo prosseguiu. Os demais se mostraram receosos com a abordagem.

O senhor aposentado, sentado na praça municipal, mostrou seu apreço pelo município dizendo ser um bom lugar para se viver e relatou que gostaria

⁵ A cidade é a área urbana de um município, caracterizada pela aglomeração de casas e seus habitantes. Entendemos a diferença entre cidade e município, mas, para esta pesquisa, citaremos o estudo da história da cidade e não estudo da história do município, porque, na revisão de literatura no campo da História, não há essa divisão, a terminologia usada é cidade.

de contar para os outros sobre a chegada dos primeiros habitantes e sobre as transformações que Tamarana sofreu durante todos esses anos. A jovem comerciante do ramo de informática surpreendeu-me ao dizer que preferia ouvir mais sobre o município a contar sobre ele e, no prosseguimento da conversa, afirmou que gostaria de saber mais a respeito do período dos primeiros habitantes, sobre a criação de Tamarana e a chegada das primeiras famílias.

O farmacêutico, morador residente há mais de 10 anos, contou que gostaria de falar como o município melhorou no campo da saúde. Em meio à chuva e ao movimento do mercado, um vereador tamaranense disse que já ouviu muitas histórias sobre Tamarana e escolheria contar sobre as histórias que ouviu do seu pai sobre a criação do distrito. Outro morador, em um breve momento de conversa em seu estabelecimento comercial, explicou que viveu fora do país por mais de 10 anos e, se pudesse contar sobre a história local para outras pessoas, o faria destacando a criação de Tamarana e a participação da sua família no comércio local, no ramo alimentício, setor que muito contribuiu para o desenvolvimento do lugar.

Por fim, um morador, filho de antigos comerciantes no ramo de relojoaria, que também viveu fora do país por um tempo, estava distraído observando o movimento da população em frente a sua loja. Então, perguntei o que gostaria de contar sobre Tamarana, e ele relatou que gostaria de contar um pouco de sua vida enquanto estudante, histórias do período de ginásio, porque tinha boas memórias daquela época e porque seus professores, pelos quais ele tem muito apreço, não se encontram mais dando aula na referida escola.

Depois de refletir sobre os resultados dos passeios urbanos⁶ e conversas informais, constatamos que a história de Tamarana – compreendida como o processo de ocupação territorial, a criação do distrito e, posteriormente, município e o seu desenvolvimento econômico – é temática eleita por quase todos com os quais conversamos para ser narrada aos outros. Um único sujeito indica uma temática diferente: as memórias sobre os tempos de ginásio na escola. Faz-se importante destacar que na pergunta constava a palavra algo, “contar algo” para alguém. A

⁶ Nessa trajetória de pesquisa, delimitamos em realizar os passeios urbanos apenas na zona urbana de Tamarana. Entendemos que a zona rural também poderia oferecer ricas contribuições para este trabalho, entretanto o movimento maior da população se encontra no perímetro urbano, já que na zona rural as abordagens se dariam de formas mais isoladas.

relação com a história é feita pelos sujeitos, provavelmente pela influência do verbo “contar”, que remete à narração no tempo e no espaço de alguma coisa.

Mediante essas andanças e conversas, o veredito de o que pesquisar sobre a história de Tamarana deu-se em meio à movimentação no município para as festividades comemorativas de seu aniversário de emancipação política, principalmente na organização do desfile cívico, do qual participariam os alunos do primeiro ao quinto ano dos Anos Iniciais.

A opção política da atual administração de Tamarana, a movimentação nas escolas para a organização do desfile e a participação da população nos chamou a atenção. O único desfile cívico realizado no município em comemoração à emancipação política havia se realizado em 1997, ou seja, 16 anos separavam o primeiro desfile do segundo, realizado no ano de 2013, mesmo ano dos passeios urbanos realizados para esta pesquisa.

Intrigou-nos que, em nenhuma das conversas estabelecidas até então com os habitantes, tal fato foi lembrado e/ou destacado como importante para ser contado sobre a história de Tamarana. Porém, bastou uma pequena provocação, bastou tocar no assunto com algumas pessoas para nos depararmos com um tema muito potente para a pesquisa: o processo de emancipação política do distrito de Tamarana do município de Londrina. Identificamos quantas marcas esse processo deixou nos moradores de Tamarana e como ainda incomoda falar sobre ele, por isso a opção de muitos pelo silêncio. É, sem dúvida, um tema silenciado na narrativa que se constrói sobre a história do município pelos seus habitantes.

Enfim, aliando o exposto anteriormente à importância do ensino da história da cidade nos Anos Iniciais e com a perspectiva de construir outras narrativas sobre essa história, propomos como pesquisa **investigar um fato específico, o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram esse processo, e compreender como ele é tratado nas escolas pelas narrativas dos professores.**

Entendemos que esta pesquisa auxiliará os professores dos Anos Iniciais de Tamarana para a composição de novas fontes a serem usadas em suas aulas, já que, sobre esse tema, não se encontrava produção historiográfica a respeito.

Não buscamos construir uma história baseada no mito fundador, o que, de acordo com Chauí (2001, p. 6), consiste em um vínculo com o passado que

nunca cessa, sempre se renova e “não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal”. De acordo com a autora, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (p.6).

Consideramos, a partir disso, que o que nos difere do mito fundador é a busca por novas fontes que possibilitem a construção de outras narrativas para esse fato da história política de Tamarana. Não esquadrimos o fato em si, elegendo-o como centro da narrativa, optamos por trabalhar com o entorno, com o processo, com as vozes e ideias de várias pessoas que o vivenciaram e que dele se recordam a partir de diferentes lugares.

Caminhos teóricos e metodológicos

Nesta pesquisa, nosso **objetivo geral** é compreender como um fato político específico, neste caso a emancipação política de Distrito para Município é tratada nos jornais, contada pelos habitantes que participaram do processo e trabalhada nas aulas de História nas escolas de Tamarana pelas narrativas dos professores. Partimos desse objetivo com o intuito de elaborar novas narrativas para a história tamaranense e contribuir para o ensino dela nas escolas. Para atingir tal finalidade, pautamo-nos nos seguintes **objetivos específicos**: conhecer as potencialidades da cidade e sua cultura como importante campo para a pesquisa e o ensino de História; investigar o processo de emancipação política de Tamarana por meio das publicações em jornais da época e também pelas narrativas de habitantes que vivenciaram esse processo; compor uma narrativa sobre o processo de emancipação política de Tamarana; e verificar como as escolas do município trabalham a questão da emancipação política de Tamarana nas aulas de História.

Este estudo se **justifica**, dentre outras questões, porque o trabalho com a história de um município como conteúdo nos Anos Iniciais se relaciona com o que se pesquisa e se divulga sobre o assunto. Uma breve análise no livro de História⁷ utilizado nas escolas de Tamarana nos leva a concluir que o conteúdo ensinado sobre

⁷ O livro de História para os Anos Iniciais chama-se: Livro da História do Município de Tamarana, sem referência bibliográfica, publicado no ano de 1996.

o município pauta-se em uma narrativa que elege o homem branco como fundador e como o “primeiro habitante” local, sem considerar toda a população indígena aqui estabelecida antes dos primeiros colonizadores da região de Tamarana⁸, e com uma narrativa que apresenta à criança uma história isenta de conflitos e sem valorizar as muitas vozes que a compõem.

Destaca-se, ainda, que a ideia de aprendizagem posta em tal manual pauta-se na memorização de informações, sem o estabelecimento de qualquer relação com o que ocorre fora dos muros da escola. Em síntese, a narrativa construída no livro didático destaca o progresso econômico e não confere voz aos diferentes habitantes que compõem o município de Tamarana. Portanto, compreendemos que se faz necessário apontar para novas fontes e construir outras histórias para a história local.

Pensar em o que pesquisar e em como pesquisar exige um método, pois como descreve Christian Laville (1999, p. 11), “é imprescindível trabalhar com rigor, com método, para assegurar a si e aos demais que os resultados da pesquisa serão confiáveis, válidos”. Assim sendo, a **metodologia** desenvolvida nesta pesquisa é de cunho qualitativo, e o referencial teórico de base pauta-se nos Estudos Culturais e na História Cultural. Conforme já explicitado, o Grupo de Pesquisa do qual participamos é composto por pesquisadores de diferentes áreas que se dispõem a estudar a escola tendo como foco principal os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Por isso, referimo-nos aos Estudos Culturais como base e, no processo de afinamento da pesquisa, recorremos ao campo da História Cultural como outro campo teórico, sobre o qual as análises aqui apresentadas foram elaboradas. São campos distintos, mas correlatos teoricamente.

Desde os anos de 1960, as discussões sobre os significados de cultura ganham forma e força, adentrando os currículos acadêmicos e, na análise de Maria Elisa Cevalco (2003), alterando a forma de se estudar a sociedade. A

⁸ De acordo com Mota (2007), evidencia-se a presença indígena próxima aos principais rios da bacia do Paraná por volta do ano de 1628. Os jesuítas agruparam os índios em reduções que foram destruídas pelos ataques dos bandeirantes. Nesse movimento, aponta Mota (2007), os Guarani foram mais atingidos que os Kaingang, visto que os Guarani foram levados para novas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul ou mesmo como prisioneiros para o estado de São Paulo. No século XX, a etnia indígena que predominava na região de São Jerônimo da Serra e Tamarana é a mesma que predomina nos dias atuais, ou seja, os indígenas Kaingang. Há, em Tamarana, a Terra Indígena Apucarantina, localizada entre as confluências dos rios Apucarana e Apucarantina com o Rio Tibagi. Sua área total é de 5.574 hectares, embora sua extensão original fosse de 80.000 hectares. Sua redução aconteceu no Governo de Moisés Lupion, publicada em Diário Oficial no dia 18 de maio de 1949. Com dados da Prefeitura de Londrina, no ano de 2010 o número de habitantes era de 1350 kaingang.

problematização sobre o conceito de cultura efetuada pelos adeptos dessa vertente teórica resulta em sua redefinição:

Cultura transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um outro eixo de significados em que se abre um amplo leque de sentidos cambiantes e versáteis. Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar, também, o gosto das multidões. (COSTA et al, 2003, p. 36)

As diversas mudanças sociais e também as práticas executadas por diferentes indivíduos em sua relação com a sociedade ampliaram a perspectiva de pesquisa nos Estudos Culturais. A preocupação com a diversidade posta no mundo contemporâneo acarretou alterações nas disciplinas tradicionais e a interdisciplinaridade, atrelada ao uso de metodologias qualitativas, possibilitou, como constata Ana Carolina Escosteguy (1998, p. 88), não uma nova disciplina, mas “um campo de estudos no qual diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea”.

Não tendo seu eixo de trabalho pautado apenas em política e economia, os Estudos Culturais buscam questionar as alterações sociais e a vida das pessoas comuns. No campo da educação, ao assumir as prerrogativas postas pelos Estudos Culturais, entende-se a escola como “um espaço em mudança nas novas configurações culturais” (COSTA et al, 2003, p. 20), um espaço que concentra os estudos como forma de entender a cultura valendo-se de diferentes abordagens em assuntos e discussões de temáticas que podem ser ressignificadas no currículo escolar.

A investigação aqui proposta utiliza-se da pesquisa bibliográfica e **três fontes de pesquisa**: a) reportagens de jornais locais, b) entrevistas com moradores do município de Tamarana que participaram do processo de emancipação e c) questionário aplicado a 14 professores de 3º e 4º ano dos Anos Iniciais nas três escolas existentes no município.

Foram selecionados três periódicos que circulavam em Londrina e na região metropolitana, sendo eles: Jornal de Londrina, Folha de Londrina e O Estado do Paraná. No total, compilamos 36 reportagens compreendidas no período de 1970 até o fim da década de 1990. Essas reportagens foram classificadas, primeiramente

por datas e, na sequência da pesquisa, após as leituras, analisadas por temáticas. Dentre os habitantes, entrevistamos seis: dois moradores que atuaram como líderes durante o processo de emancipação, três habitantes envolvidos no processo e um representante indígena que também vivenciou o fato em estudo.

Nosso trabalho ficou organizado em quatro capítulos, cada um atento ao mesmo fio condutor: a emancipação política de Tamarana, momento de transição entre deixar a condição de distrito para tornar-se município, e atentos também ao que se repercutiu nos bastidores durante esse período.

No primeiro capítulo, avançamos a busca na compreensão de como a história da cidade pode ser uma ferramenta potente para as aulas de História nos Anos Iniciais, já que os currículos escolares de Tamarana trazem a temática como assunto a ser estudado nas classes de terceiro ano. Recorremos, também, aos pressupostos teóricos da História Cultural, buscando compreender a importância de investigar as contribuições da cultura para a investigação na história, entendendo como a cultura e a política entrelaçaram-se no cotidiano dos habitantes do distrito de Tamarana. Para tal, procuramos sustentação nos autores Pesavento (2008), Burke (2005) e Chartier (2002). Além disso, apoiamos-nos na história do tempo presente, tendo em vista que a emancipação política de Tamarana ainda é um marco recente aos habitantes do município, considerando seus vinte anos de independência administrativa do município de Londrina.

No segundo capítulo, realizamos as análises das publicações de jornais que circulavam na época de todo o movimento de emancipação que tomou conta da população tamaranense. Partimos da ideia que os jornais da época acompanharam todos os desdobramentos ocorridos durante a busca por emancipar ou não o distrito de Tamarana.

Discorremos, também, sobre os desdobramentos que acontecem no intento de formar novos municípios brasileiros, em que constatamos que, além dos desejos individuais ou coletivos que podem surgir no almejo de tornar-se autônomo administrativamente, os distritos que buscam sua emancipação também se apoiam em outras possibilidades, entre elas o incentivo financeiro disponibilizado pelo Fundo de Participação dos Municípios. De acordo com Magalhães (2007), esse incentivo de participação é realizado à custa das receitas de municípios de grande porte e também dos recursos do Governo Federal.

Para saber como se deu a emancipação de Tamarana narrada por seus habitantes, no terceiro capítulo, realizamos as entrevistas com os indivíduos que vivenciaram os bastidores do processo de emancipação local. Nesse momento, pudemos perceber que o recorte do período em busca da emancipação escolhido entre os anos de 1991 e 1995 marcou a população de Tamarana. O movimento que se gerou em torno do tema causou e ainda causa reverberações intensas na sua população.

Por fim, no quarto capítulo, procuramos compreender como os professores trabalham a história de Tamarana nas classes dos Anos Iniciais e como o tema da emancipação política é tratado nas escolas.

CAPÍTULO 1

O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE: O ESTUDO DA CIDADE NA PESQUISA E NO ENSINO DE HISTÓRIA

Ganhando cenário a partir dos anos de 1950, os estudos sobre as cidades, no âmbito da História Cultural, caracterizam-se por abordagens interdisciplinares tendo o meio urbano como objeto de investigação:

[...] a cidade representa o que poderia se chamar de um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar: trabalham sobre ela não só historiadores como geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas, antropólogos. O que cabe destacar é a abordagem introduzida pela História Cultural: ela não é mais considerada só como um *locus*, seja da realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão (PESAVENTO, 2008, p. 77, grifo da autora).

Apropriamo-nos do pressuposto de que as cidades se apresentam como um campo potente de investigação, pois possuem a miscigenação de informações, culturas e histórias de vida de seus habitantes. Essa mescla proporciona momentos de aprendizado significativos para o ensino de História, dentro e fora da escola.

Habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do agora, do cotidiano da existência. O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da urbs, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Neste capítulo, elencamos a história da cidade a partir dos pressupostos da História Cultural, como uma importante ferramenta para o ensino de História, compreendendo que a cidade oferece vasto repertório a ser estudado e possibilita ao aluno compreender como se constituem as diferentes temporalidades. Também abordamos o papel que as datas comemorativas exercem na sociedade e na história da cidade, marcando o tempo dos habitantes, como no caso de Tamarana, na qual é feriado municipal o dia do “aniversário da cidade”, definido pela emancipação política de Londrina.

1.1 APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA CULTURAL

A escrita da história é feita a partir do uso e da interpretação das fontes pelo historiador. Até as primeiras décadas do século XX, a construção do argumento era centrada aos moldes dos paradigmas e conceitos historiográficos que davam a essa narrativa elaborada o status de verdade. Aspectos ligados à história como verdadeira e absoluta, embasada no cientificismo, não permitiam contestações ou outras formulações.

O contexto no qual se manifesta a História Cultural pode ser localizado no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, período no qual acontecimentos singulares provocaram transformações sociais que reverberaram na ciência histórica (PESAVENTO, 2008). Assim, no momento em que transformações sociais, políticas e econômicas impulsionam grandes mudanças, a História Cultural entrelaça os homens por meio da cultura.

Nesse âmbito, presencia-se que a história encontra no trabalho com o cotidiano, no qual a cultura se faz presente, um reduto importante para a ampliação de objetos de estudo. O objeto da História Cultural vai se definindo por “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos” (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Peter Burke (2005) afirma que a História Cultural modelou-se a partir da cultura e da relevância dos aspectos sociais e se apresenta “como uma reação às tentativas anteriores de estudar o passado que deixavam de fora algo ao mesmo tempo difícil e importante de se compreender” (BURKE, 2005, p. 8). Críticas advindas de pensadores marxistas salientam a menor ênfase que era dada aos aspectos político e econômico, ponderando, dessa forma, sobre a História Cultural, uma visão de história vaga, imaginativa, “faltando-lhe contato com qualquer base econômica ou social” (BURKE, 2005, p. 36).

As alterações que estavam sendo geradas pelos estudos históricos, com base na cultura, demonstraram, principalmente, a preocupação com o simbólico, suas representações com o cotidiano da sociedade resultando em diversas interpretações sobre o que é cultura (BURKE, 2005).

Em 2003, Pesavento constatava que, no Brasil, a História Cultural prevalecia em grande parte das produções historiográficas socializadas por meio de

“publicações especializadas, sob a forma de livros e artigos científicos, como nas apresentações de trabalhos, em congressos e simpósios ou ainda nas dissertações e teses, defendidas e em andamento” (PESAVENTO, 2008). Atualmente, são muitos os desdobramentos da História Cultural, tanto no que concerne ao campo de pesquisa em si, como à seleção de fontes eleitas. Dentre tantos campos anunciados, dois nos despertam interesse: a história do tempo presente e a pesquisa sobre as cidades.

Andando pela cidade⁹ de Tamarana há aproximadamente quatro anos, era possível encontrar muros com pinturas relacionadas à campanha do SIM e do NÃO, que culminou com a emancipação política do distrito de Tamarana no ano de 1995. Com o passar do tempo, novas pinturas foram realizadas e esses registros apagados. Entretanto, nos dias de chuvas fortes, tais marcas ressurgem em meio às pinturas indicando que ainda estão ali.

Ao se ponderar sobre como investigar esse acontecimento ainda recente na história do município, compreendemos que a história do tempo presente nos ajudaria no desenvolvimento da pesquisa. Francisco Carlos Teixeira (2013), em entrevista¹⁰, argumenta que a história do tempo presente se faz necessária para que se dê voz aos silêncios contemporâneos. Ao exposto, vale lembrar que a história oficial¹¹ reverbera na sala de aula como verdadeira e acabada, trazendo o peso da tradição passada de geração a geração sem que se busquem novas alternativas recorrentes ao mesmo fato.

A população de Tamarana, assim como o pesquisador que aqui escreve, foi partícipe desse processo em análise e vivenciou um movimento de forte cunho político e econômico, tensionado por oposições extremas entre ser a favor ou contra a emancipação em si, mas pouco se sabe sobre o entorno do fato, tampouco sobre as interpretações que os habitantes elaboraram a respeito.

A narrativa que construímos sobre a emancipação de Tamarana foi elaborada a partir do estudo de fontes escritas, jornais e entrevistas com diferentes habitantes do município, incluindo um habitante da Reserva Indígena do

⁹ Aqui consideramos o perímetro urbano do município de Tamarana.

¹⁰ Entrevista realizada pela Revista Rever (disponível online), apontada nas referências por meio do responsável, Irlan Simões.

¹¹ A história oficial do município de Tamarana, tal qual apresentada na introdução desta pesquisa, enaltece os desbravadores da região, os chamados safristas, que se instalaram na mata fechada, ajudaram a construir o vilarejo São Roque e se destacaram pela criação e venda de porcos. Na escola, são denominados pioneiros e os professores, frequentemente, fazem relação com seus familiares ainda residentes no município para melhor compreensão dos alunos durante as explicações em classe.

Apucarantina. Nas entrevistas, os sujeitos efetuam uma releitura dos acontecimentos e, como afirma Maranhão Filho (2009, p. 4), “é no presente que se têm as lembranças que são colocadas em narrativa, e a narrativa também pertence ao presente”.

Fiorucci (2011) aponta que a história do tempo presente tem a característica de permitir abordar determinado fato que tenha ocorrido em certo tempo, em que os dados e as fontes trabalhados fazem parte da história do passado, ainda que recente. Afirma também que, por se tratar de um estudo sobre a história recente, o apego do pesquisador com a história que já conhece sobre o objeto a ser estudado e a proximidade com o fato pesquisado podem ser prejudiciais à composição final de uma pesquisa ou realização de um trabalho, sendo uma história particularmente delicada de ser analisada.

Na mesma linha temática, Rioux (1999, p. 43) observa que a história do tempo presente não se caracteriza apenas por um fato passado, ou apenas a concentração em causalidade atual, mas sim em uma construção de identidade atenta ao presente, “cuja originalidade será escrita sob o olhar dos atores e cuja vocação desabrochará no balanço das temerosas especificidades do século XX”.

O autor pondera, ainda, que vivemos o momento da midiatização do acontecido, no qual o historiador “imerso em seu tempo, também oscila no curso da correnteza, mergulha nessa confusão de acontecimentos sem hierarquia nem causas aparentes e toma a sopa do dia no noticiário da TV” (RIOUX, 1999, p. 41). É notório o argumento do autor ao nos depararmos com fatos de nossa atualidade. A cada dia, os avanços tecnológicos e também as evoluções constantes em nossa sociedade produzem cada vez mais a aceleração em transformar a atualidade em fato passado.

É importante observar, ainda, que participamos de todas as transformações cotidianas, afinal, assumimo-nos como seres atuantes no meio social, portanto participamos de toda a aceleração presente em nossa sociedade, estando diretamente ligados à proximidade temporal entre passado e presente na história.

Partindo do contexto da proximidade entre ação e participação na história, Rioux (1999) ressalta que a proximidade é um termo que repercute contra a história do tempo presente, levando em consideração que, por fazer parte dessa história, ao querer aprofundá-la, o pesquisador pode se deixar levar pelo uso da simplificação dos fatos a serem analisados, podendo ocorrer a análise de forma comum, motivada pelo cansaço ou mesmo desinteresse pelo tema pesquisado:

Logo será grande nele [pesquisador] a tentação de simplificar seu curso pela aplicação de alguma filosofia curta que secará esse real desorientador no fogo de seu voluntarismo. A armadilha assim será montada: entre a marulhagem indistinta e a simplificação abusiva, a inteligibilidade não teria nenhuma chance (RIOUX, 1999, p. 41).

Diante do exposto, elegemos como recorte trabalhar a história de Tamarana buscando ressignificar o olhar a ser estendido a esse lugar, no desejo de compreender os significados que permanecem para os seus cidadãos por meio de um fato compartilhado por muitos: a emancipação política, um período de transição ao deixar de ser um distrito para se tornar município.

1.2 A CIDADE COMO FERRAMENTA EDUCATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ao abordar a temática “cidade”, somos expostos a diferentes maneiras de interpretá-la e acreditamos que não poderia ser diferente. A cidade constitui-se de vários laços entre cidadãos e o espaço urbano, que permeiam e resistem ao constante passar do tempo.

Ao abordar o estudo sobre a formação de cidades e a questão do fenômeno urbano em expansão nos últimos anos, José D’Assunção Barros (2012, p. 9) infere que “pensar e sentir a cidade fora muitas vezes uma tarefa dos poetas, dos cronistas e romancistas, dos teólogos, também dos arquitetos e dos filósofos”, entretanto identifica-se que, nos anos de 1950, as cidades despertaram os olhares de outros pensadores e pesquisadores que, em suas diferentes abordagens, preocupam-se com questões e conflitos sociais que dela fazem parte, contrapondo a forma de pensá-la dos poetas e filósofos dos tempos antigos, compreendidos entre o período medieval e o início da Idade Moderna (BARROS, 2012).

O conceito de cidade acompanha há muito tempo a história e, segundo Pesavento (1995), com a ascensão do capitalismo, ampliam-se as questões urbanas, pois:

Processos econômicos e sociais muito claros delineiam-se, transformando as condições da existência: concentrações populacionais, migrações rurais, superpovoamento e transformação do espaço assinalam o crescimento e configuração das cidades (PESAVENTO, 1995, p. 281).

Cotidianamente, a cidade se apresenta aos nossos olhos como um aglomerado de casas, empresas, escolas, prédios, campos, praças e ruas. Essa assimilação que captamos da cidade, ainda que precipitada, ocorre pela falta de observação do que nela encontramos em meio ao nosso cotidiano. Vemos como um aglomerado porque não observamos com olhar minucioso e curioso. Ao aguçar o sentido da curiosidade, o olhar para a cidade se amplia.

Pensando na afirmativa acima, é preciso indagar: já paramos para analisar que a cidade possui, desde sua formação, inúmeras e diferentes histórias de vida dos sujeitos que a compõem? Será que já realizamos um breve período de reflexões sobre como agimos diariamente na cidade e, subsequentemente, em sua história, tendo em vista que, na construção da história da cidade, estamos presentes nela em diferentes temporalidades? Por que a cidade preserva tantos lugares tidos como lugares de memórias? Quais são seus significados? Essas e outras perguntas, quando analisadas, possibilitam reflexões e ocasionam diferentes tipos de aprendizagens.

A curiosidade sobre a cidade, despertada por meio da observação ou de reflexões sobre o urbano, remete-nos a observá-la e estudá-la com olhar minucioso para além das construções e paisagens predefinidas pela ação humana, com a intenção de buscar as diversas marcas deixadas ao longo do tempo. Podemos observar e refletir sobre a cidade por meio dos mais diversos aspectos, dentre tantos, elencamos os indicados por Pesavento (2005): arquitetura, monumentos e história.

Ao observarmos as características arquitetônicas, podemos ver, dentre outros aspectos, as novas e sofisticadas construções que chegam, costumeiramente, aliadas à concepção de desenvolvimento e progresso. Também nos deparamos com construções a serem restauradas e zeladas pelo poder público, entendidas como lugares de memória local e alçadas à categoria de patrimônio público. Nesse caso, referimo-nos aos monumentos históricos em torno dos quais vão se constituindo as narrativas sobre a cidade. Assim, aliam-se as três perspectivas citadas para o estudo das cidades:

A arquitetura e a escrita aspiram, de certa forma, uma vitória sobre o tempo, uma permanência e estabilidade. Em termos gerais, a arquitetura inscreve no espaço uma forma que aspira a durabilidade, exceção feita às chamadas arquiteturas do efêmero, presentes na nossa contemporaneidade. A história, por seu lado, inscreve no texto um relato que visa também a uma permanência de sentido. Mesmo

tendo em conta que seu objeto é a mudança das sociedades no tempo, a narrativa histórica aspira salvar o passado para o presente e registrar para o futuro um discurso explicativo sobre o tempo. A memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento. Nesta medida, arquitetura, memória e história poderiam ser definidas como atividades humanas marcadas pelo enfrentamento com o tempo, assegurando registros voltados para a durabilidade (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Em meio à correria e à grande movimentação de pessoas proporcionadas pelos avanços e exigências sociais do trabalho, engajamo-nos em uma sociedade caracterizada pela aceleração contínua com relação ao aproveitamento do tempo. Ao analisar por esse ponto, muitas situações passam despercebidas em nosso dia a dia e, muitas vezes, não nos damos conta de fatos ocorridos em nosso entorno, uma vez que acabamos por agir na cidade de forma espontânea:

O indivíduo assimila a cidade que habita de forma espontânea e pouco reflete sobre a sua constituição. Absorvido pelo tumulto urbano e ritmado pelo tempo imposto pelo relógio, ele a naturaliza, sabe operar espontaneamente com ela, mas não desenvolve a consciência crítica sobre ela (ARAUJO, 2013, p. 98).

Essa aquisição de consciência crítica que nos falta, por vezes aliada à dura corrida contra o tempo, faz-nos agir no espaço urbano sem um olhar atento nas ações diárias. Perdemos, na maioria das vezes, grandes momentos de aprendizado e reflexão sobre a cidade que habitamos. Isso também resulta na falta de estudos sobre a cidade, o que a observação poderia proporcionar.

Estudar a cidade não é uma tarefa fácil, mas entendemos tal estudo como uma ferramenta potente para o processo de formação de professores e para o desenvolvimento de um bom trabalho pedagógico junto aos alunos em todas as áreas de conhecimento:

[...] a cidade pode vir se converter, sob o ponto de vista educativo, como um poderoso instrumento educativo para a compreensão de mudanças e permanências, continuidades e discontinuidades históricas, testemunha material da presença simultânea de diferentes passados (MIRANDA e PAGÈS BLANCH, 2012, p. 4).

Compreendemos, assim, que a cidade proporciona a ação do indivíduo, escolarizado ou não, a partir do momento em que ele se permite observar,

com olhar atento e reflexivo, o espaço urbano por um viés crítico. Mas, como podemos propor reflexões sobre a cidade? Qual o conceito de cidade que possuímos?

Ao iniciar um estudo sobre as cidades, deparamo-nos com muitas surpresas e novas aprendizagens, pois nos encontramos em frente a muitas narrativas, não apenas as escritas em livros, manuais ou documentos, mas também expressas nos movimentos dos habitantes, nas festas, nas comemorações, nas marcas do tempo impressas nas construções, nos muros que, por vezes, apresentam as marcas de vários tempos. A cidade, com todas essas marcas, pode ser comparada a um grande palimpsesto, porque:

Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir (PESAVENTO, 2004, p. 26).

A busca por essas pegadas movimenta quem se dedica a pesquisar sobre as cidades. Trata-se de perceber o que, cotidianamente, passa despercebido, pois o urbano está tendo seu espaço de observação por vezes esquecido entre seus habitantes, conforme afirmam Miranda e Pagès Blanch (2013).

Não perceber não significa que não vivemos a cidade. Fazemos isso de forma intensa, por exemplo, no momento de comemorações, quando expomos a relação de pertencimento que estabelecemos com aquele lugar. Para Araújo (2013), fatos sobre a cidade passam despercebidos, entretanto é preciso diversificar o olhar para a cidade, interpretá-la com reflexões, desenvolvendo um olhar sensível e, ao mesmo tempo, crítico sobre o espaço urbano, utilizando-se da articulação do tempo para gerar uma nova interpretação:

Em nossos percursos diários, geralmente, naturalizamos a cidade, a tomamos como coisa dada, imutável. Atréados à utilidade que tem a cidade para nossa vida, acabamos por não refletir sobre ela. Não a percebemos como coisa criada, historicamente construída, matéria de pactos, consensos e omissões, fenômeno gerado e gerador de sentidos e significados (ARAÚJO, 2013, p. 93).

Podemos considerar essa diversificação do olhar para a cidade como parte do desenvolvimento da sensibilidade ou da educação do olhar, conforme cita

Pesavento (2005), ao considerar que nosso aprendizado caminha em meio ao reconhecimento da história da cidade e que, ao considerarmos sua história, passamos a dar significado aos mais diferentes aspectos que se descortinam diante do olhar sensível:

Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças lugares, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um patrimônio herdado (PESAVENTO, 2005, p. 16).

Partindo dessa linha de raciocínio, inferimos que diversas reflexões sobre o passado podem ser realizadas, pois a cidade nos fornece inúmeros momentos de aprendizado, afinal de contas, de acordo com Siman (2008, p. 244), a cidade, em seus diversificados aspectos, permite-nos “ler, ver, escutar, sentir, refletir”. E, nesse ponto, o olhar sensível já exposto aqui estaria em analisar, de maneira reflexiva, todos esses aspectos, observando-os e refletindo sobre eles para além de construções materiais, dos monumentos eleitos como históricos.

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Barros (2012) colabora com essa linha de raciocínio ao afirmar que a cidade é tida como um texto, na qual ela permite-se ler, e o habitante é tido como seu maior leitor:

[...] a cidade pode ser também encarada como um “texto”, e o seu leitor privilegiado seria o habitante (ou visitante) que se desloca através da cidade – seja nas suas atividades cotidianas para o caso do habitante já estabelecido, seja nas atividades excepcionais, para o caso dos turistas e também do habitante que se desloca para um espaço que lhe é pouco habitual no interior de sua cidade. Em seu deslocamento, e em sua assimilação da paisagem urbana através de um olhar específico, este cidadão estaria permanentemente sintonizado com

um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou uma escrita (BARROS, 2012, p. 40).

Além de ser lida, a cidade também pode ser sentida e, ao mesmo tempo, oblíqua, sinuosa, na forma de um labirinto. Nessa perspectiva, Pesavento (1995) recorre à ideia de labirinto para explicar entrecruzamentos entre as dimensões espaciais e temporais que ocorrem na cidade e possibilitam várias aprendizagens. Para a autora, trata-se de um labirinto em constante renovação, pois cada habitante vive a sua experiência com a cidade:

A descoberta da cidade é a de um labirinto do vivido eternamente renovável, onde o indivíduo que nele adentra não é um ser completamente perdido ou sem rumo. É alguém que lida com memória e sensação, experiência e bagagem intelectual, recolhendo os microestímulos da cidade que apresentam caminhos que se abrem e se fecham (PESAVENTO, 1995, p. 288).

Na mesma direção colabora Siman (2008) ao explicar a cidade como labirinto, espaço sinuoso, envolto em histórias de vida, contendo gestos, pausas e esquecimentos em meio às ruínas acumuladas ao longo do tempo. O termo “labirinto” é usado pela autora para afirmar que, mesmo ao nos perdermos na cidade, deparamo-nos com outras perspectivas e novas aprendizagens são elaboradas.

Esse labirinto, exposto por Pesavento (1995) e Siman (2008), remete-nos a pensar na história da cidade que, narrada em uma só perspectiva, esconde ou mesmo destrói os outros tantos caminhos percorridos na sua constituição. Há uma narrativa oficial, geralmente pautada na ideia de progresso, desenvolvimento e mudança que inibe a curiosidade sobre o lugar, o que, em decorrência, interfere na construção do conhecimento histórico.

A história das cidades é um lugar, por excelência, dos caminhos labirínticos, mesmo as cidades modernas. Os sinais do passado que o ligam ao presente, além de estarem na memória dos seus velhos moradores, podem estar em algumas poucas casas, edificações (pontes, passarelas, ruas estreitas e sem saída) que resistiram às rápidas exigências do progresso (SIMAN, 2008, p. 262).

A esse olhar, Pesavento (2005, p. 15) afirma que o confronto entre permanência e mudança é o fator de maior dificuldade na história das cidades encontrado pelo pesquisador. O sujeito que pesquisa é também leitor da cidade que,

ao trabalhar com a história urbana, no caso a história do passado do lugar, acaba se deparando com “enfrentamento da permanência [da memória] com a mudança”, sendo a permanência difícil de ser encontrada perante as evoluções e as transformações da cidade.

Nesse ponto, focando as aulas de História, advoga-se a favor de um trabalho minucioso junto aos alunos no que se refere ao ensino da cidade como conteúdo da grade curricular escolar. Assim, o professor, antes de aplicar tal conteúdo em suas aulas, também deve se permitir sentir a cidade, observá-la, questioná-la, refletir para além da história oficial, na maioria das vezes aprendida na escola e, assim, elaborar novos conhecimentos. Diante disso,

A cidade se projeta, assim, como um espaço potente para o trabalho de formação da consciência histórica, porque permite pensar na complexidade temporal e nas conexões dinâmicas entre passado, presente e futuro. E é justamente em virtude dessa possibilidade é que se amplia sua condição educadora (MIRANDA E PAGÈS BLANCH, 2012, p. 8).

Enxergar a história do passado da cidade, em reluta constante com as mudanças, não se torna uma tarefa fácil para seus espectadores diários, tampouco para o pesquisador. Nesse âmbito, presenciamos as mudanças, fazemos parte dela e, por vezes, remetemos o passado ao esquecimento, talvez porque reescrevemos a história da cidade diariamente e, dessa forma, ao trabalhar com a história da cidade, o historiador enfrenta as causas relacionadas ao tempo e ao espaço, entendendo, nesse caso, a cidade como espaço que sofre as mudanças contínuas no decorrer do tempo.

Em se tratando da cidade, as dimensões do espaço e do tempo se apresentam como um desafio. Principiemos pelo espaço, entendido tanto como território da cidade – apropriado e transformado pelo homem – quanto como *espaço construído* – materialidade edificada – que se reveste de forma, função e significado. Ora, esta dimensão espacial que se oferece ao olhar no contexto urbano, tem marcada sobre si a passagem do tempo, uma vez que se trata de buscar, na cidade, a sua História e Memória. E, neste ponto, o historiador precisa ter filigranas no olhar para ver, neste espaço transformado, destruído, desgastado, renovado pelo tempo, a cidade do passado (PESAVENTO, 2004, p. 26, grifo da autora).

Portanto, para Barros (2012, p. 41), nas narrativas sobre a cidade se evidencia, por observações no espaço urbano, uma escrita “produzida pelos desenhos das ruas, monumentos e habitações”, ou seja, a cidade é marcada por vários tempos, nos quais alguns acontecimentos são perceptíveis no tempo breve, outros em um tempo longo.

Sendo assim, a escrita da história da cidade se dá por muitos tempos vividos, não sendo determinado quando serão identificados fatos ocorridos e seus desdobramentos, eles estarão dispostos no tempo, podendo ser visíveis em longo prazo ou não.

É também importante notar que os próprios habitantes vão reescrevendo a escrita de sua cidade permanentemente. Por vezes imperceptível na passagem de um dia a outro, este deslocamento da escrita urbana deixa-se registrar e entrever na longa duração. Os prédios que em uma época eram continentes da riqueza e símbolos do poder podem passar nesta longa duração a continentes da pobreza e a símbolos da marginalidade (BARROS, 2012, p. 41).

Tendo a cidade como um espaço em constantes e contínuas mudanças, torna-se um espaço inacabado. O pesquisador, como já exposto, precisa estar atento às mudanças e às permanências. Assim sendo, estudar a história da emancipação de Tamarana, por meio dos jornais e das narrativas de seus habitantes, possibilitará novas maneiras de interpretar o que foi esse acontecimento para o município. Investigar a cidade é tratar sobre mudanças, conceitos, histórias de vida, memória. Logo, trazer esse assunto à tona implicará diversificadas maneiras de interpretar e narrar o mesmo fato.

Inferimos, portanto, que, ao viver na cidade, somos afetados por múltiplas aprendizagens, como vimos no decorrer deste texto. Assim sendo, a relação entre a cidade e a educação é estreita. Conforme preconiza Miranda e Pagès Blanch (2013, p. 62), “é em torno do urbano que somos expostos, cotidianamente, a um número de aprendizagens “despercebidas”, que nos chegam por intermédio de processos educativos escolarizados e não escolarizados”.

Muitos trabalhos, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, têm abordado a cidade como tema de pesquisa. No espaço escolar, a cidade é tema recorrente nas aulas de História e Geografia, principalmente na fase dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, de acordo com Pesavento (2007, p. 12), “muito

se tem escrito sobre cidades, mas sua apropriação como tema, pelos historiadores, não é assim tão recuada no tempo”.

A importância da história da cidade na escola recai no fato de que os alunos interagem de forma mais ativa com os conteúdos estudados, pois a partir do estudo do:

[...] passado no presente da cidade, os alunos poderão oferecer aos seus moradores uma cartografia de suas referências culturais, dos documentos, monumentos, de uma prática de memória como História. E nesse movimento de participantes da História, se educarem historicamente (SIMAN, 2008, p. 265).

Por isso, no desenvolvimento deste trabalho, aliamos-nos aos autores que defendem ser a escola uma instituição com papel de destaque na construção de outras possibilidades para o estudo da cidade, pois, como afirma Miranda e Pagès Blanch (2013, p. 70), a escola “pode propiciar a emergência de narrativas plurais por parte dos múltiplos sujeitos viventes no urbano”.

Ou seja, a escola poderia proporcionar e facilitar a aprendizagem da História ao trabalhar com múltiplas narrativas sobre a cidade, pelo viés do patrimônio histórico, das memórias, dos costumes locais e de tantos outros aspectos possíveis de serem estudados tendo a cidade como cenário. Mas, para tanto, é preciso avançar em investigações sobre tais temáticas e inseri-las nos cursos de formação de professores.

Por esse viés, Araújo (2013) acredita na colaboração do espaço educativo para a aquisição da consciência da cidade, fazendo-se valer de reflexões que causem a desestabilidade dos saberes que o indivíduo carrega sobre o urbano, não menosprezando seus saberes prévios, mas adquirindo novas construções por meio do olhar sensível e crítico da realidade que o cerca.

Demolições de construções antigas que dão lugares a novos empreendimentos ou imóveis mais sofisticados e a falta de preocupação em como preservar as memórias das pessoas mais velhas sobre o local, para ficar somente em dois pontos, são aspectos geralmente desconsiderados por muitos que foram educados a partir da história oficial. Verificamos essa situação nas conversas

informais¹², quando somente um sujeito remete à memória dos tempos de escola como tema eleito para ser contado aos outros sobre seu município.

Como afirma Araújo (2013), “não basta rememorar o passado com vistas a uma orientação do agir, é preciso integrar passado, presente e futuro, de modo a criar essa continuidade temporal”, portanto, usando-se da análise temporal entre o presente e o passado, entrelaçamos informações que nos permitem realizar a interpretação histórica dos mais diferenciados fatores e temas.

Esses aspectos podem ser esclarecidos com os apontamentos de Miranda e Pagès Blanch (2013), os quais também destacam a importância de termos um olhar mais detalhado e minucioso em relação à cidade e suas abordagens, pois ela tem muito para nos oferecer no que se refere à aprendizagem da História. É por meio dela que os mais diversificados conceitos ou conteúdos escolares podem ser abordados para as práticas educativas, pois se evidencia que as mudanças da cidade ao longo do tempo carregam várias memórias, diferentes leituras feitas por diferentes indivíduos e, no seu dia a dia, podem surgir diversas narrativas:

[...] a cidade abre-se como potência, para promovermos o deslocamento da Memória à História, bem como a erudição informativa à educação para a compreensão dos procedimentos de construção do saber. Mas também, no tocante a tarefa de construção identitária, olhar e inquirir a cidade nos conduz à possibilidade de refletir acerca de outras memórias possíveis (MIRANDA e PAGÈS BLANCH, 2013, p. 70).

Ao abordar a cidade como cenário educativo, estudando suas mudanças, conceitos, histórias de vida e memória de seus habitantes, torna-se possível ouvir sons que foram silenciados, mas que sempre estiveram ao nosso entorno. É uma forma de oportunizar aos diferentes sujeitos sociais, espaços para que exponham o seu ver sobre o espaço urbano. Por esse caminho, torna-se possível também que os alunos se sintam estimulados a valorizar as diversas histórias e seus significados e fiquem instigados em desenvolver outras pesquisas sobre sua localidade.

Temos, então, a cidade não somente como um espaço que permite a explicação de mudanças e continuidades por meio de análises entre as conexões do

¹² Quando perguntamos aos moradores do município: se pudesse contar algo sobre a história de Tamarana a alguém, o que contaria?

passado, presente e futuro, mas também como uma aliada ferramenta pedagógica que nos permite abordar inúmeros assuntos em sala de aula. Para tanto, é importante ter um olhar diferenciado sobre ela e seus integrantes, dando voz e vez aos seus habitantes, procurando pontos que sejam relevantes ao ensino e à aprendizagem e compreendendo o espaço urbano como um espaço educativo.

Assim, se faz possível ensinar sobre as cidades com o objetivo de levar o aluno a pensar de forma reflexiva, a desenvolver a sensibilidade por sua história local e sua história de vida, para que não interiorize seu município apenas como o emaranhado de construções, interpretado como ferros, tijolos e cimento que se deterioram ao longo do tempo.

1.3 AS DATAS E SUAS COMEMORAÇÕES NA HISTÓRIA DA CIDADE

Durante todo o processo da vida, tanto em nossas histórias pessoais como na história das cidades, deparamo-nos com momentos de comemorações que denotam a valorização que damos às datas e como elas regem as relações sociais. Devido a tais comemorações, em determinados momentos, reaproximamo-nos de pessoas que nem sempre vemos, mas dificilmente esquecemos.

As datas exercem um importante papel em nossa sociedade, o papel de rememoração. Alfredo Bosi (1992, p. 19, grifo do autor) pondera que as “datas são pontas de *icebergs*”, que carregam um misto de números que marcam o tempo, os momentos, os acontecimentos. As “datas são números” e, conseqüentemente, os números servem de suporte para o sujeito se situar no tempo para recontar determinado fato.

Ao nos depararmos com um assunto a ser contado, organizamos uma narrativa apoiada no tempo, nas datas. Tal qual afirma Bosi ao fazer a ligação direta entre as datas e seu apoio numérico frente à narração de acontecimentos que serão relatados pelo indivíduo:

Os fatos se passaram uns depois dos outros. Para contá-los, isto é, narrá-los, é preciso também contá-los, isto é, enumerá-los. Contar é narrar e contar é numerar. Contar o que aconteceu exige que digam o ano, mês, o dia, a hora em que o fato se deu. O ato de narrar paga tributo ao Deus Chronos (BOSI, 1992, p. 20).

As datas exercem um papel contínuo em nossas vidas, sendo que, na vida privada, anualmente, marcamos o tempo de nossas vivências comemorando os aniversários de nascimento, namoro, tempo de profissão, noivado, enfim, paramos de uma forma ou outra para pontuar marcos e fatos que se destacam como importantes na vida de cada um. O mesmo podemos dizer para acontecimentos que denotam perdas e tristezas, como mortes e tragédias que são lembradas a partir de diferentes lembranças.

Essas lembranças são, de acordo com Bosi (1992, p. 27), marcadas pela “reiteração dos movimentos, feita dentro do sujeito, faz com que este perceba que o que foi pode voltar: como essa percepção e com o sentimento da simultaneidade que a memória produz, nasce a ideia do tempo reversível”. O autor propõe a reflexão sobre a condição de tempo reversível, que em outras palavras revela a superação da memória vivida ou mesmo lembrada através do tempo.

Paul Connerton (1999, p. 83) explica que todos nós, de uma forma ou outra, “preservamos versões do passado, representando-o para nós próprios em palavras e imagens. As cerimônias comemorativas são disso um bom exemplo, mantêm o passado vivo através de uma representação descritiva de acontecimentos passados”.

Somos tão acostumados desde pequenos com o uso das datas comemorativas que não percebemos o apego ao ato de comemorar, provavelmente porque interiorizamos como forma natural de agir, automatizamos as lembranças com as datas, não nos chamando a atenção os fatos pelos quais comemoramos, quais seus verdadeiros significados. Portanto,

Muitas formas de memória corrente especializada ilustram o lembrar constante do passado que, sem nunca aludir à sua origem histórica, reencena, todavia, esse passado na nossa conduta presente. Na memória corrente, ele (passado) está, por assim dizer, sedimentado no corpo (CONNERTON, 1999, p. 83).

No mesmo âmbito do foco que damos às lembranças ou à vivência das memórias que nos marcaram, na história das cidades as datas também se fazem presentes. Há diferentes datas que são comemoradas com os mais variados rituais e que conferem identidade ao lugar e aos seus habitantes.

Uma dessas datas é o denominado “aniversário da cidade”, data cívica marcada, geralmente, por se configurar como feriado municipal e pela

realização de comemorações que destacam, dentre outras questões, o tempo de “constituição” da cidade como tal e o reviver, por meio das memórias dos mais velhos, as experiências relacionadas à história da cidade. Tudo isso se traduz no que denominamos por data comemorativa.

Em Tamarana, as comemorações, em especial com relação ao aniversário do município, ainda são um processo novo entre a população, pois a instituição de tal data comemorativa na história e na cultura de seus habitantes ainda é um fator recente, visto que a emancipação política do município ocorreu há apenas 20 anos. Até então, Tamarana era distrito de Londrina e a data comemorativa quanto ao aniversário do município era 10 de dezembro, data do aniversário do município de Londrina. Atualmente, o aniversário de Tamarana é comemorado no dia 13 de dezembro, devido à data de criação do município, conforme consta na Lei Estadual nº. 11.224.

Na data em que se comemora o aniversário de Tamarana, desde o ano de 2013, de forma consecutiva, tem ocorrido o desfile cívico. Porém, cabe afirmar que o primeiro desfile cívico em comemoração ao seu aniversário ocorreu no ano de 1997, tendo ficado o desfile no esquecimento por 16 anos.

Em 2014, a Prefeitura decretou feriado municipal em comemoração aos 19 anos da instalação da nomenclatura de município, e as escolas municipais realizaram um desfile com todos os alunos pelas principais ruas da cidade.

Além dos alunos, também participaram do desfile cívico grupos do município tamaranense que desenvolvem atividades diferenciadas no local, como: Grupo de boiadeiros, alunos do Projeto Solipar (instituição filantrópica mantida pelas freiras da cidade junto às demais doações dos munícipes), Grupo de Karatê e Associação das Mulheres de Tamarana, composta em sua maioria por moradoras da zona rural.

Esse evento marcou o segundo desfile consecutivo realizado na cidade envolvendo os alunos. Houve também uma festa para todos os habitantes com duração de três dias, começando na sexta-feira e encerrando no domingo.

Pode-se afirmar que o desfile cívico comemorativo em Tamarana evidencia-se na forma de um ritual. De acordo com Cerri (1996), o ritual, não ligado apenas à religiosidade, possui um misto de significados que são executados com gestos, na tentativa de transmissão de determinada informação sobre o acontecimento.

No caso de Tamarana, esse ritual acontece no desfile, mas é antecedido na escola, ambiente no qual os professores executam os conteúdos iguais, previamente elaborados para as aulas anteriores ao evento, abordando aspectos sobre a história do lugar. São realizados ensaios com os alunos, prescrevem-se aos pais a roupa que deve ser usada no dia do desfile e todos seguem à risca os combinados para que nada no desfile saia errado, afinal de contas, há uma plateia a quem se destina esse desfile: os habitantes da cidade e autoridades locais.

Nota-se que todos esses movimentos são embasados por um mesmo ritmo, o de comemoração, pois se não houver todo esse envolvimento com o ritmo, nenhuma informação pode ser transmitida, desconsiderando, assim, o ritual. É o que nos confirma Cerri (1996, p. 142):

Uma importante característica definidora do ritual é a presença de um ritmo definido nos gestos que a compõe, e uma gama restrita ou fechada de significados evocados pelos gestos, de maneira a transmitir aberta ou subliminarmente, alguma informação relativa ao acontecimento social em andamento.

No intuito de pesquisar sobre como ocorreram as comemorações do aniversário da cidade de Tamarana na escola, no ano de 2014 visitamos uma das três escolas municipais da cidade, a Escola Municipal Iracema Torres Rochedo¹³.

No primeiro contato com a escola, fomos recebidos pela diretora da instituição, que proporcionou um breve momento de informações necessárias sobre a comemoração do aniversário do município e também disponibilizou todo o arquivo de fotos escolares montados a partir do momento em que Tamarana se tornou município.

O arquivo é denso, são fotos de comemorações juninas, gincanas, festas de fim de ano, jantar de professores, semana da criança, semana de combate à dengue, atividades orientadas para o bem do planeta (como o plantio de árvores), apresentações natalinas, apresentações de páscoa. No entanto, foram encontradas apenas duas fotos com relação ao desfile de comemoração ao aniversário de Tamarana, suas respectivas datas são dos anos de 1997 e de 2013.

¹³ Esta instituição escolar foi a primeira de alvenaria construída no distrito tamaranense, ainda por idos dos anos de 1940. Hoje, a instituição conta com aproximadamente 400 alunos distribuídos no período matutino e vespertino, além do ensino da Educação de Jovens e Adultos no período noturno.

Segundo a direção escolar, o desfile do ano de 2013 foi idealizado pela Secretaria de Cultura junto com a Secretaria de Educação, com o ideal de resgatar valores para envolver a escola com essa comemoração da cidade. A direção informou que o convite para o desfile cívico é feito pela Secretaria Municipal de Educação, o que nos mostra um forte fator político de entrelaçamento. Afinal de contas, o desfile é um momento caracterizado, também, por falas das autoridades locais, em que, no momento de rememoração, aproveitam os espectadores para discursar sobre benfeitorias realizadas no município.

A partir do convite, a equipe pedagógica da instituição se reúne com o corpo docente para organizar os temas a serem mostrados no desfile. Em outro momento, é realizada uma reunião com os pais dos alunos, para informar como devem proceder para que seus filhos participem do desfile e também para colher a assinatura dos pais, autorizando (ou não) seus filhos a participarem do evento.

Os temas são escolhidos por todos os professores e, geralmente, são utilizados os mesmos temas desenvolvidos durante a Feira Cultural¹⁴.

Todo o desfile é organizado por blocos, sendo que cada ano (Anos Iniciais) tem o seu bloco específico. Como a escola Iracema Torres atende as etapas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, então ela desfila com cinco blocos. Também durante a semana que antecede o desfile, a história de Tamarana é trabalhada com maior ênfase entre as turmas de quarto e quinto anos, sendo abordada a história da cidade e seus pioneiros. Nas turmas de primeiro ao terceiro ano, os conteúdos de Tamarana a serem trabalhados abrangem o nome do prefeito da cidade, o nome da cidade, em qual estado está localizada, qual era seu nome enquanto patrimônio, o dia de seu aniversário e o gentílico usado para seus moradores.

¹⁴ A Feira Cultural passou por reestruturação: antes era uma amostra de projetos, com data escolhida pelos professores no início do ano, para o trabalho de interdisciplinaridade e envolvia os eixos Meio Ambiente, Arte e as demais disciplinas básicas do currículo escolar. Era uma feira aberta a toda a comunidade. Nesse ano, a Feira Cultural foi a concretização do trabalho com o empreendedorismo por meio do projeto JEEP - Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Por meio desse projeto, os professores trabalharam a interdisciplinaridade e confeccionaram brinquedos com sucata, essências, doces e temperos caseiros que foram vendidos à comunidade visitante da Feira Cultural. O dinheiro foi revertido para cada sala, para ser gasto com passeio ou festa de fim de ano. Não adentraremos na discussão sobre esses projetos na escola, mas indicamos a leitura da dissertação de mestrado sobre a implementação da Pedagogia Empreendedora nas escolas: ALVES, Izadora Maleski Serrano. **Educação, Utopia e Sonho: Contrapontos sobre a Pedagogia Empreendedora**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

Com base nas informações acima, novamente refletimos sobre a escola e os rituais. Peter McLaren (1991) colabora ao afirmar que o ritual, além de possuir um caráter político, pois envolve poder e dominação, também tem a escola como um ambiente favorável para seu desenvolvimento. Considerando as hierarquias dentro das unidades escolares, o grupo dominante legitimará a ordem nela existente, para ser mais objetivo, a comemoração cívica será estabelecida pela Secretaria de Educação e executada por meio do trabalho dos diretores e equipe pedagógica. Portanto, concordamos com as assertivas do autor sobre a ligação entre escolas e rituais:

[...] as escolas servem como ricos repositórios de sistemas de rituais; que os rituais representam um papel crucial e inerradicável no conjunto de existência do estudante; e que as dimensões variadas do processo ritualístico são intrínsecas aos eventos e transações da vida institucional e na tessitura da cultura da escola (MCLAREN, 1991, p. 29).

Em conversa com uma professora, constatamos que as aulas com datas comemorativas são mais trabalhadas na disciplina de História, e é por meio delas que os conteúdos são abordados. As datas comemorativas carregam o peso da tradição transmitida por gerações em nosso meio social, assim como afirma o autor Paul Connerton (1999, p. 52), “as gerações permanecem unidas na história através do culto”, levando em conta que as datas são sempre comemoradas pelas mesmas festas, perpetuando tradições.

Muitas datas comemorativas são oficializadas pelo Estado por meio de decretos, publicações e comemorações em nível nacional. Por isso, independentemente do trabalho realizado nas escolas, o movimento em torno de tais comemorações é vivenciado pelas crianças e conhecimentos sobre esse passado eleito para ser rememorado são apreendidos ano após ano.

Já nas histórias de família, é comum encontrar os mais velhos recontando suas vivências ou as vivências de seus antepassados. Comumente, as histórias passadas por gerações são as mesmas, em que os mais velhos se encarregam de transmitir à juventude, sejam netos, filhos ou sobrinhos, as histórias que consideram importantes e que, em determinado momento, marcaram a vida de um de seus familiares. Logo, esse ato de recontar as histórias, como o exemplo das histórias de família, caracteriza o rito.

O rito seria o ato de rememorar os momentos vivenciados, caracterizando a repetição e a ligação direta com o passado, mostrando-se como instrumento mnemônico, ou seja, que usa o auxílio da memória para poder recontar e transmitir as lembranças para outra pessoa por meio das narrativas. De acordo com Connerton (1999, p. 51), “todos os ritos são repetitivos e a repetição subentende automaticamente a continuidade com o passado, mas existe uma classe distintiva de ritos que têm um caráter calendarizado explicitamente virado para o passado”.

De certa maneira, damos ao rito o poder de percepção em que ele se envolve como um ato autêntico, de outra forma, verdadeiro. Mas, segundo o autor Connerton (1999, p. 65), esse ato se torna enganador, pois é como se nos sentíssemos obrigados a dar sequência aos ritos, no caso recontar e reviver por meio de datas. Tais feitos perpetuam uma narrativa histórica, pois “o simbolismo parece ser imutável, agem como se tivessem visto o perigo de uma evolução excessivamente rápida: fazem de tudo para impedir a mudança”.

Na mesma linha de raciocínio colabora Circe Bittencourt (2014) ao explicar que, na escola, as comemorações denominam-se de verdadeiros rituais que são lembrados por festividades idealizadas com base nas datas comemorativas. Na verdade, a autora expressa que, principalmente no Ensino Fundamental, exigem-se muito na disciplina de História os trabalhos com tais datas, a fim de que não se percam os momentos de rememorações.

O professor de história, tendo como tarefa transmitir uma “memória nacional”, não apresenta condições de cumprir isoladamente com esse trabalho. O poder governamental, ao veicular pelos diversos programas de ensino para a escola a memória histórica desejável, tem examinado a necessidade de se valer de outros instrumentos educacionais para sustentar e fazer perpetuar, na memória dos alunos quem deve ser considerado agente histórico responsável pelos “destinos do país” (BITTENCOURT, 2014, p. 53).

Ou seja, as práticas educacionais, principalmente desenvolvidas nas aulas de História dos Anos Iniciais, por vezes caracterizam o ensino pautado em datas comemorativas com homenagem aos heróis da nação, com atividades de perguntas e respostas, ou mesmo com pinturas de desenhos prontos que representam o conteúdo dado. Essas ações indicam que não houve um efetivo estudo sobre o quê, como e por que se comemora, isto é, não se efetiva um ensino que auxilia o aluno na construção de seu conhecimento histórico.

Não obstante a tudo isso, observa-se que o peso da tradição é muito grande em nossa vida, em nosso cotidiano, seja pela rememoração, pelas lembranças ou pelo fato de passarmos adiante nossas vivências como forma de exemplo para as futuras gerações. Nesse contexto, as datas continuam sendo cultuadas e comemoradas em nosso meio.

No caso das escolas municipais de Tamarana, as datas comemorativas se encontram presentes no currículo escolar, e a maneira como seu trabalho acontece na escola se dá por meio de várias comemorações, como Carnaval, Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Semana da Pátria, Semana da Criança, Dia dos Professores, Proclamação da República e Natal.

Em tais datas, as atividades pautam-se na confecção de lembrancinhas para os alunos e, dependendo da data em questão, na realização de apresentações para a escola ou para a comunidade em geral. São trabalhadas também na forma de tema gerador, compondo temáticas que envolvem as disciplinas obrigatórias nos Anos Iniciais.

Sobre as comemorações do aniversário da cidade, como ocorrem seus preparativos, o convite para o envolvimento das instituições escolares e o envolvimento de todos os habitantes de maneira geral, consideramos o postulado por Connerton como pertinente ao afirmar que a comunidade, de modo geral, usa-se das datas comemorativas para recordar:

[...] sua identidade, representando-a e contando-a numa metanarrativa. Esta é uma variante colectiva [...] ou seja, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia colectiva, como alguns componentes explicitamente cognitivos. Os rituais não são, porém, apenas mais um exemplo da propensão da humanidade, actualmente muito falada, para explicar o mundo a si própria através de histórias. Um ritual não é um diário ou uma biografia. A sua metanarrativa é mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflecte, é um culto encenado (CONNERTON, 1999, p. 81).

É possível constatar que o ritual de celebrar as datas comemorativas encontra-se enraizado em nossa sociedade. De certa maneira, na escola, agimos de forma passiva frente a essas comemorações, seguindo tradições inventadas, pois nem sempre conhecemos os fatos comemorados, o que nos impede de desenvolvermos uma análise crítica sobre eles. É por isso a opção por investigar o

processo de emancipação política do município de Tamarana, buscando fontes para construir uma narrativa com várias vozes.

No ano de 2015, o desfile estava agendado no calendário escolar para o dia 13 de dezembro, dia do aniversário de Tamarana e tido como requisito exigido a ser cumprido pelas escolas municipais por meio do comunicado feito pela Secretaria Municipal de Educação. Seria a comemoração de vinte anos de emancipação política do município. Entretanto, o evento comemorativo não aconteceu, devido a um sábado muito chuvoso, o que impediu que os ônibus da zona rural do município trouxessem os alunos para participação no desfile, sem contar que não teria como os habitantes contemplarem o desfile.

Para esse desfile, o planejamento era de que um carro de som saísse logo atrás do grupo da fanfarra narrando a história oficial da cidade, enquanto os alunos estariam fantasiados representando cada período histórico vivenciado pelos habitantes locais. Seriam abordadas: a instalação dos safristas no início da colonização, a ala com os alunos indígenas e a representação da emancipação de Tamarana, além do uso de fantasias características de conteúdos escolares presentes nas diferentes disciplinas. Essa imaginação, com certeza, será diferente para cada um que, de forma ou outra, a idealizou.

CAPÍTULO 2

“TAMARANA EMANCIPADA: QUEM GANHOU, SÓ O TEMPO DIRÁ”

(Jornal de Londrina, 28/11/95)

Ser habitante de um município autônomo ainda não faz parte das narrativas que os habitantes elaboram sobre a história de Tamarana. O vínculo com o município de Londrina é muito forte e a história de Tamarana ensinada nas escolas para as crianças destaca seus aspectos enquanto distrito. Como já abordado, consideramos importante o estudo de tal fato e o fizemos nesta pesquisa com os recortes teóricos que nos possibilitassem estudar a polifonia existente na cidade.

Compreendemos que a política, da forma como é tratada nesta pesquisa, entrelaça-se com a cultura e nos leva a pensar sobre os acontecimentos vividos no cotidiano. Esse entrelaçamento amplia as possibilidades metodológicas para a pesquisa denominada de história do tempo presente (FIORUCCI, 2011), um dos campos decorrentes da História Cultural.

Para compor este capítulo, no qual construímos uma narrativa sobre o processo de emancipação política do município de Tamarana a partir dos jornais Folha de Londrina, Jornal de Londrina e O Estado do Paraná, recorreremos aos autores Bacellar (2008), Janotti (2008), Luca (2008), Lins (2012), Brum e Lago (2013) quanto aos procedimentos no trato do jornal como fonte de pesquisa.

Além desses referenciais, fez-se necessário abordar a definição de emancipação política, principalmente quanto ao contexto brasileiro da década de 1990. Para tanto, recorreremos aos pesquisadores Tomio (2002), Fávero (2004), Magalhães (2007) e Cigolini e Cachatori (2012).

2.1 EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS: TORNAR-SE OU NÃO UM MUNICÍPIO?

Os movimentos políticos emancipacionistas evidenciam o interesse pelo desenvolvimento da autonomia municipal. De início, o povoado agrupa pequenos grupos de pessoas e, por meio da expansão de residências e de seus habitantes, é elevado à categoria de distrito. Os movimentos de emancipação traduzem a intenção de o distrito desvincular-se dos municípios sedes no aspecto político e econômico.

São vários os fatores que levam à reivindicação da emancipação, dentre eles: requisição de autonomia para comandar sua economia, investimento em seu desenvolvimento, administração de sua população com olhar para os interesses e necessidades locais, muitas vezes abandonada pelo município ao qual o distrito pertence. Tais aquisições se fizeram significativas com a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988.

Nessa linha de autonomia, a Constituição de 1988 atribuiu aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos estados. Em contrapartida, foi ampliada a esfera de obrigações dos municípios na prestação de serviços públicos essenciais (MAGALHAES, 2007, p. 13).

Fatores pessoais também instigam o desejo de emancipação. Tomio (2002) afirma que no processo de criação de municípios por meio da esfera estadual, encontramos quatro atores envolvidos, sendo: lideranças políticas locais, eleitores, deputados estaduais e, por fim, o poder executivo. Os líderes locais, de alguma forma, apresentam algum tipo de interesse para que ocorra a emancipação, eles são:

[...] indivíduos que residem na localidade e, na maior parte dos Estados, possuem a prerrogativa de iniciar o processo legal emancipacionista. Diante dos interesses em jogo (ampliação da oferta de recursos fiscais e atribuição de autonomia política na localidade emancipanda), a estratégia dessas lideranças em relação aos outros atores seria: a) com os eleitores locais, mobilizá-los para que cooperem, votando favoravelmente no plebiscito e auxiliando na pressão sobre a representação política; b) com os deputados estaduais: (i) quando não houver necessidade de subscrição de um deputado ao requerimento para realização do plebiscito e/ou ao projeto de lei de criação do município, pressão sobre os membros da assembleia para que votem favoravelmente, com ameaças de retaliação eleitoral; e (ii) quando a subscrição de um parlamentar for necessária, promessa de recompensa de votos ao deputado que apadrinhar a iniciativa emancipacionista (TOMIO, 2002, p. 66).

Anterior ao novo período democrático da década de 1980, encontramos a Lei Complementar Federal – LC 01/67, que estabelecia determinados requisitos para a criação de novos municípios, ficando a cargo de leis estaduais e também de consulta à população.

Art. 1º - A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único - O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos (BRASIL, 01/09/1967).

Tomio (2002) aponta que, durante o período ditado pelo Regime Militar, as ocorrências de emancipações se deram em menor escala, uma vez que o poder era todo centralizado no governo. Com a democracia participativa, após o intenso e severo Regime Militar, a promulgação da Constituição de 1988 refletiu intensamente nas emancipações políticas:

Após a Constituição de 1988 o papel sobre a regulação das emancipações coube à esfera estadual legislar sobre a regulamentação das emancipações, através de leis complementares. Este foi um dos mecanismos institucionais que gerou as condições propícias para a recente onda emancipacionista e, em grande parte, determinou o seu ritmo diferenciado por estado (CIGOLINI e CACHATORI, 2012, p. 6).

O disposto na Constituição possibilitou a descentralização da questão, deixando os critérios de emancipação ao poder das esferas estaduais, proporcionando a expansão e a liberdade aos municípios perante os governos estaduais e federais e atribuindo, dessa forma, direitos e deveres para a competência de administração dos novos municípios que optaram pela emancipação.

A autonomia municipal, no dizer da Constituição Federal, é total no que concerne aos assuntos de interesse local, alargando sensivelmente a competência municipal. Ao lado de competências privativas que o texto confere ao município, o mesmo foi dotado de competências em comum com a União e os Estados, para aquelas matérias de grande relevância e cuja defesa importa a toda a Federação (FAVERO, 2004, p. 44).

A emancipação proporciona ao novo município a elaboração de seus próprios projetos de leis, organização e contratação de pessoal, autonomia para o comando da nova cidade a fim de sanar as diversas necessidades ou mesmo particularidades.

As emancipações municipais não tiveram seu início apenas no fim da década de 1980, as primeiras emancipações ocorreram na década de 1930 e sua maior pausa foi durante o Regime Militar. De acordo com Tomio (2002, p. 63), “nos últimos cinquenta anos, a quantidade de municípios foi quase quadruplicada. No entanto, apesar de constante, as emancipações não aconteceram num mesmo ritmo em todas as décadas”. João Carlos Magalhães contribui para o esclarecimento sobre o início dos processos de emancipações no Brasil ao afirmar que:

O início do processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu por volta da década de 1930. Esse processo se intensificou nas décadas de 1950 e 1960 e foi restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente (MAGALHAES, 2007, p. 13).

Ainda de acordo com esse autor, a partir do ano de 1984 houve um aumento real em mais de 34% nas emancipações, localizadas principalmente nas regiões Sul e Nordeste.

Tabela 1: Número de municípios nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões do Brasil - 1960/2010

REGIÕES	1960	1970	1980	1990	2000	2010
BRASIL (Total)	2766	3952	3991	4491	5507	5565
Região Norte	153	195	203	298	449	449
Região Nordeste	903	1376	1375	1509	1787	1794
Região Sudeste	1085	1410	1410	1432	1666	1668
Região Sul	414	717	719	873	1159	1188
Região Centro - Oeste	211	254	284	379	446	446

Fonte: IBGE

Com base nos dados acima, é possível constatar que, no período entre os anos de 1980 e 2010, as regiões Nordeste e Sul destacam-se por novos municípios emancipados, com a região Nordeste apresentando a criação de quatrocentos e dezenove novos municípios junto a quatrocentos e sessenta e nove novos municípios da região Sul. Também é possível verificar que a região Centro-Oeste teve menos municípios criados, com cento e sessenta e dois novos municípios em um período de quarenta anos.

Tal foi a expansão de municípios criados entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 que, por meio de uma Emenda Constitucional, o governo realizou a intervenção sobre as emancipações municipais, estabelecendo que as leis de criação de município continuassem sob responsabilidade da esfera estadual, entretanto haveria, também, o impasse de novas determinações federais a respeito, conforme se observa na Emenda Constitucional nº 15 realizada no Art. 18 da Constituição Federal:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 12/09/1996).

Tais discussões sobre as criações de novos municípios continuam rendendo trabalho ao Plenário Federal. Há a preocupação com a demanda desordenada de novas emancipações brasileiras.

Emancipação é o momento de criação de um novo município, sendo este desmembrado geográfica e economicamente do município ao qual pertencia enquanto distrito. Dessa forma, passa a ser denominado de município ou ente federativo, recebendo recursos tanto federais quanto estaduais por meio do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) que, de acordo com Magalhães (2007), é um dos meios de incentivo à emancipação de municípios e tem por base os seguintes critérios:

10% são divididos entre as capitais dos estados com base na população e no inverso da renda *per capita*; e 90% são divididos entre os municípios que não são capitais. Destes, 96% são divididos com base na população do município.

O mecanismo de divisão pela população é feito em dois passos: *i*) uma alocação é feita para cada estado com base na proporção da população em termos nacionais; *ii*) o total de cada estado é dividido com base na população dos seus municípios, favorecendo os municípios menores. Um valor mínimo é dado para municípios com menos de 10.188 habitantes e um máximo é dado para municípios com 156.216 habitantes. Os 4% restantes são distribuídos para os municípios com mais de 156.216 habitantes com base na sua população e renda *per capita*. (MAGALHAES, 2007, p. 16, grifo do autor).

A partir do exposto, podemos perceber que os municípios pequenos necessitam das transferências de impostos por meio do FPM. A esse respeito, Magalhães (2007) pondera que essa transferência de impostos aos pequenos municípios advém do Governo Federal e também das receitas dos municípios mais populosos, sendo que os maiores municípios conseguem realizar sua administração com apenas 44% do repasse feito pelo FPM, já que sua própria geração de impostos propicia 56% dos gastos necessários para o planejamento e a execução de suas receitas.

Para custear suas despesas, inclusive as despesas com sua própria administração, os pequenos municípios dependem fortemente das transferências de impostos, especialmente dos impostos federais, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que são gerados principalmente por municípios mais populosos (MAGALHAES, 2007, p. 17).

Magalhães (2007) ainda ressalta que os municípios de grande porte em relação à população são os financiadores dos pequenos municípios, em contrapartida com o Governo Federal.

[...] os municípios com mais de um milhão de habitantes de todas as regiões do Brasil e os municípios do Sudeste e Sul com mais de cem mil habitantes são financiadores líquidos, via FPM, dos demais municípios brasileiros. O mecanismo de repasse do FPM também faz que os municípios muito pequenos, especialmente com até 5 mil habitantes, em praticamente todos os casos, disponham de mais recursos financeiros *per capita* do que quaisquer outros, exceto os municípios com mais de um milhão de habitantes do Sudeste (MAGALHAES, 2007, p. 17, grifo do autor).

Uma vez que não receba o devido repasse de transferências do Governo Federal, pode ocorrer a desestruturação de pequenos municípios, já que

suas arrecadações locais, por vezes, sofrem sonegação ou mesmo o não pagamento de dívidas com a administração pública. Além do mais, outro fator que acarreta preocupação com a criação de novos municípios brasileiros é o alto índice de gastos iniciais para as prefeituras, sendo que tanto os municípios de grande porte quanto os de pequeno porte sofrem com o alto índice de pagamento do funcionalismo público e manutenção dos serviços públicos.

A maioria dos municípios criados nas últimas duas décadas depende diretamente das transferências federais para o seu funcionamento. A receita tributária própria é incapaz de sustentar sequer os cargos políticos gerados pela emancipação (prefeitos, vereadores, secretários municipais). Além disso, em geral, a atividade econômica nesses municípios é incipiente e sem fontes geradoras de impostos, tornando inexpressiva a participação direta nos tributos estaduais e federais. Portanto, é o FPM que garante a sobrevivência da maior parte das unidades emancipadas (TOMIO, 2002, p. 70).

O fato exposto acima evidencia que, pelo motivo de dependência de recursos federais e de sonegações, os municípios acabam necessitando de um subsídio, entretanto as cidades com mais de cem mil habitantes mostram-se mais estruturadas para a administração com os gastos públicos, o que não acontece com os municípios de cinco a vinte mil habitantes.

[...] existe um pico de carência de serviços públicos nos municípios entre 5 mil e 10 mil habitantes, com tendência declinante a partir desse ponto. Esse déficit de serviços acontece de forma nítida nos municípios com até 20 mil habitantes, e em grau bem mais reduzido naqueles entre 20 mil e 50 mil. Além disso, é justamente nos municípios com até 20 mil habitantes que também se encontram as maiores ineficiências dos gastos (MAGALHAES, 2007, p. 18).

Recentemente, foi votado e aprovado o novo Projeto de Lei Complementar 397/14, o qual altera os critérios para emancipações de municípios no Brasil, incluindo normas como número mínimo de habitantes, bem como o número estabelecido de eleitores residentes no local que pleiteia sua emancipação.

Art. 6º Constitui condição necessária para a criação de Município comprovar-se:

I - que tanto os novos Municípios quanto os Municípios preexistentes que perderem população possuirão, após a criação, população igual ou superior aos seguintes quantitativos mínimos regionais: a) regiões Norte e Centro-Oeste: 6.000 (seis mil) habitantes;

b) região Nordeste: 12.000 (doze mil) habitantes; e c) regiões Sul e Sudeste: 20.000 (vinte mil) habitantes;

II - a existência de um número de imóveis que seja superior à média observada nos Municípios que constituam os 10% (dez por cento) de menor população no Estado; e

III - que a área urbana não esteja situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações (BRASIL, 04/06/2014).

Consideramos importante descrever os processos sofridos ao longo da história no Brasil no que se refere às emancipações. Verifica-se que o grande período de emancipação foi possível após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, dando autonomia ao estado para compor seus requisitos no quesito de emancipação que lhe era cabido. Entretanto, com a grande expansão de novos municípios, coube a intervenção do Governo Federal para acompanhar os trâmites de regulação dos estados brasileiros, com a premissa de regular o aumento desordenado de novos municípios recém-criados.

Para iniciar a pesquisa sobre o tema emancipação política dos municípios, buscamos a temática em dissertações de mestrado e teses de doutorado. A busca resultou na leitura de duas teses de doutorado. A primeira de Adilar Antonio Cigolini (2009), intitulada “Território e criação de Municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço”. Sua pesquisa é resultado de estudos realizados no curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Subsequente, a tese de Edison Favero (2004): “Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios - avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais”, resultado da pesquisa realizada durante o curso de doutorado realizado no Departamento de Engenharia de Construção Civil na Universidade Estadual de São Paulo.

As buscas sobre o tema de emancipação política específica da cidade de Tamarana resultaram na leitura de uma monografia apresentada no ano de 2008 para o curso de bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, de autoria de Juliana Sieni de Oliveira. O trabalho intitulado “Formação Sócio-Espacial do Município de Tamarana-PR” aborda o processo de formação do povoado de Tamarana, sua emancipação política e também a abordagem da temática sobre a criação de municípios no Brasil.

A abordagem em diferentes áreas também é observada em Cigolini (2009) ao constatar que o tema emancipação política abrange questões econômicas,

políticas, geográficas, históricas e sociais. Também reitera que pesquisas realizadas anteriormente concentram a temática em bases estatísticas, o que mostra dificuldade sobre o assunto tratado.

Durante o processo de leitura do tema, a dificuldade em encontrar mais fontes que versem sobre o assunto fez com que nossa metodologia para coleta de informações permeasse por pesquisas na internet, encontrando artigos de diferentes áreas, seguindo a lógica em eventos, simpósios e colóquios.

Na busca pela temática sobre emancipação de municípios no Brasil, ressaltamos que, na área de História ou do Ensino de História, não encontramos pesquisas que versam sobre o tema. A opção pelos jornais e por entrevistas com os habitantes do município de Tamarana possibilitou o estudo do tema por diversos olhares, contribuindo para a ampliação das histórias e novos conteúdos para o ensino de História a serem elaborados sobre o processo em questão.

2.2 O USO DO JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA

A pesquisa histórica é conduzida pelo uso que o pesquisador faz das fontes eleitas. Em todo o percurso da história, inúmeras são as fontes que auxiliam a compor a construção de argumentos plausíveis acerca do passado. Maria de Lourdes Janotti (2008), ao escrever sobre a história das fontes, explica que a escolha e o uso delas sofreram diversas alterações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças pelas quais passou a História, conforme disposto no primeiro capítulo.

O longo período entre a era das cavernas, marcado pelos registros humanos deixados em forma de desenhos nas paredes, até a era digital, marcada pela ampliação imensurável de possibilidades quanto à eleição de fontes para o estudo da História, nos leva a constatar que: o uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento de fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso (JANOTTI, 2008, p. 10).

Ao se buscar os trajetos na história sobre o uso da imprensa e de periódicos impressos como fonte de pesquisa, verifica-se que eles têm sido utilizados com maior ênfase e credibilidade a partir da década de 1930 com a *Écolle des Annales*.

Para Janotti (2008), os historiadores ligados à Escola dos Annales tiveram grande peso na reviravolta da historiografia a partir de 1929, período em que o historiador passa a ter um olhar peculiar para a sociedade e as transformações geradas pelos conflitos sociais. Porém, as novas concepções da história que não se baseassem apenas na política, eram vistas como estudos distorcidos e mesmo falsificadores da realidade.

Dessa forma, o uso de jornais como fonte de pesquisa ou mesmo como ferramenta do historiador para a escrita da história teve seu período de repúdio por expandir a análise histórica para além do cunho político, tratando também de assuntos diversos constantes nos jornais.

A historiadora Tania Regina de Luca (2008) aponta que, até a década de 1970, os trabalhos realizados com jornais em nosso país constituíam-se em um baixo percentual. Isso porque se reconhecia a importância dos jornais, entretanto a preocupação na época centrava-se em “escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2008, p. 111). Assim, os historiadores desconsideravam seu uso na história por ainda estarem na busca das verdades, respaldados no uso das fontes documentais, sendo os jornais descaracterizados como tal fonte.

Mesmo com as alterações no campo historiográfico em andamento desde a década de 1930, que remeteu o olhar para novos campos e fontes, entre elas a imprensa, observa-se que a visão para os jornais como fonte de pesquisa não era muito aceita, principalmente devido à proximidade do veículo de comunicação com o tempo do pesquisador.

Imperava a ideia de que o historiador deveria valer-se de documentos precisos, de credibilidade para análise em diferentes tempos (LUCA, 2008, p. 112) e, de acordo a ideia que se propagava, os jornais “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, 2008, p. 112). Contudo, a partir da década de 1970, passou-se a contrapor a história no paradigma tradicional, dando amplitude ao campo historiográfico a ser estudado.

Selecionamos o jornal como fonte de pesquisa por acreditarmos que tal veículo de comunicação acompanhou de perto os processos, movimentos e

manifestações da população quanto ao momento político que Tamarana enfrentava no contexto de sua emancipação.

Carlos Bacellar (2008, p. 63), ao discutir o assunto sobre as fontes de arquivo, explicita que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”. Para ele, antes de determinarmos a fonte que irá amparar a pesquisa, devemos nos policiar sobre a redação para qual o fim daquele documento foi escrito.

Em nosso caso, temos a consciência de que os jornais expressam narrativas e posicionamentos sobre o fato em questão a partir dos interesses dos grupos aos quais pertencem. Atentamos também para o fato de que os jornais são produtos à venda no mercado e dependem de certa receptividade junto aos consumidores.

Outro ponto a ser destacado sobre a escolha do jornal como fonte, como nos aponta Lins (2012), é o fato de que os jornais apresentam e discutem vários assuntos por meio de textos curtos, o que possibilita ao pesquisador abarcar temporalidades mais extensas, assim como elencar diferentes jornais para serem investigados.

Para Brum e Lago (2013), o jornal tem a função de ser a:

Principal fonte de informação política em cidades do interior, os jornais não apenas disponibilizam aos seus leitores informações sobre acontecimentos políticos, mas também oferecem, em grande medida, as ferramentas interpretativas por meio das quais esses leitores refletem sobre tais fenômenos, atribuindo-lhes significados e situando-os dentro de um arcabouço interpretativo moldado pelas formações discursivas presentes e, por que não dizer, dominantes dentro de um determinado contexto sociopolítico e cultural (BRUM e LAGO, 2013, p. 2).

Os jornais, geralmente, dedicam seções para a abordagem de temas políticos, portanto inferimos ser uma fonte potente para a busca de reportagens e notícias sobre o processo de emancipação política do então distrito de Tamarana.

Nossas buscas pelas fontes em jornais aconteceram nas bibliotecas públicas na cidade de Tamarana¹⁵ e de Londrina¹⁶. O acervo da Biblioteca Pública de Tamarana é composto por aproximadamente 5.200 livros e conta com 866 leitores cadastrados. Os jornais estão disponíveis para leitura diária, mas não foram localizados arquivos ou demais acervos nos quais estivessem arquivados e organizados por ordem cronológica ou por tema.

Nessa biblioteca, encontramos apenas uma reportagem datada do ano de 1977 sobre um plebiscito realizado em Tamarana, em 1953, para se desvincular administrativamente de Marilândia do Sul. Havia essa única reportagem no local, junto com alguns trabalhos produzidos pelos alunos do Ensino Médio sobre a cidade e, em separado, um DVD que conta a história de São Roque pelas narrativas dos filhos de seus primeiros habitantes.

O primeiro contato com a biblioteca londrinense foi realizado via telefone com a bibliotecária responsável pelo setor de arquivos que, ao tomar conhecimento sobre o tema, informou-nos que havia arquivos com coletânea de reportagens sobre o assunto. Na Biblioteca Pública de Londrina, os jornais são arquivados de duas formas e ambos os acervos estão disponíveis para pesquisa. Há disponibilidade de manusear o jornal completo ou recorrer às pastas temáticas nas quais o jornal é recortado e arquivado pelas bibliotecárias, em que as reportagens são separadas por assuntos. Considerando o tempo para a realização da pesquisa de mestrado, optamos por trabalhar com tais arquivos.

Trabalhamos com três periódicos que circulavam na época em Londrina e na região metropolitana, sendo eles: Jornal de Londrina¹⁷, Folha de

¹⁵ A biblioteca de Tamarana foi criada no ano de 1999, cinco anos após a emancipação política do município. No ano de 2005, recebeu o nome Laura Mariuson Catai, esposa de um produtor que obteve destaque local no cultivo e na produção de arroz e faleceu no ano de 2005. Nota-se que, no Município de Tamarana, assim como em qualquer outro, o fator político determina os nomes para prédios públicos que recebem os nomes dos primeiros habitantes da cidade. No caso da Biblioteca Pública, o nome vinculado foi dado pelo destaque que a família de dona Laura Catai tinha no setor comercial, não tendo ela nenhum vínculo com o setor educacional.

¹⁶ A Biblioteca Pública de Londrina foi criada por decreto no ano de 1940, entretanto sua inauguração deu-se no dia 04 de setembro de 1951, onze anos após sua criação. Recebeu o nome de Biblioteca Pública Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, pelo decreto nº 114, de 1974, homenagem por ter sido professor universitário com formação em Engenharia que obteve destaque ao seguir o campo da energia elétrica, tendo sido Governador do Estado do Paraná, diretor da Copel e reverenciado com seu nome em ruas, escolas e bibliotecas.

¹⁷ O Jornal de Londrina é pertencente ao grupo GRPCOM (Grupo Paranaense de Comunicação), que possui vínculo com jornais de circulação ativa em cidades paranaenses, portais online de comunicação e noticiário e também filiado à RPC (Rede Paranaense de Comunicação), que também é filiada à Rede Globo de Comunicação. O jornal estava em circulação desde o dia 30 de julho do ano de 1989 e encerrou suas atividades no dia 18 de dezembro de 2015.

Londrina¹⁸ e O Estado do Paraná¹⁹. No total, compilamos 36 reportagens compreendidas no período de 1970 até o fim da década de 1990, que foram classificadas primeiramente por datas e, na sequência da pesquisa, reagrupadas pelos temas das manchetes.

No decorrer da pesquisa, as 36 reportagens foram constantemente indagadas conforme se realizavam as leituras. Conseguimos algumas respostas, pois o jornal como fonte de pesquisa permite aos pesquisadores acompanharem os desdobramentos da narrativa durante aquele cotidiano, resultando numa gama de informações representativas do movimento da cidade que, eleito como tema para ilustrar as páginas do jornal, coloca-nos frente aos interesses postos em jogo e ao papel da população em meio a esse jogo.

2.3 O QUE ENCONTRAMOS NOS JORNAIS: A LUTA ENTRE O SIM E O NÃO E SEUS SUJEITOS

Os plebiscitos que ocorreram no distrito de Tamarana foram acompanhados por conflitos entre amigos e inimigos envolvidos no eixo da política. Os entrevistados, ao relembrem todo o processo, tema a ser abordado no próximo capítulo, relatam que amizades foram desfeitas e inimizades construídas em meio ao movimento emancipatório.

O primeiro plebiscito ocorrido no distrito, na década de 1950, tinha por intuito romper ligações com a sede de jurisdição, então Marilândia do Sul, e retornar à condição de distrito de Londrina. Nossa pesquisa tem como foco a década de 1990, mas consideramos necessário, ainda que de forma breve, trazer alguns aspectos relacionados ao processo de emancipação datado de 1950, pois há

¹⁸ O jornal Folha de Londrina, que teve sua primeira edição em circulação no município de Londrina no dia 13 de novembro de 1948, é indexado ao Grupo Folha de Comunicação, sendo que o Grupo Folha I possui circulação ativa de noticiário impresso, além de possuir também noticiários online e estações de rádio que levam notícias todos os dias a diversas cidades paranaenses.

¹⁹ O jornal O Estado do Paraná iniciou suas atividades de circulação de noticiário no dia 17 de julho do ano de 1951. De início, o meio de comunicação fazia parte do Grupo Paulo Pimentel, entretanto sua última circulação de notícias impressas deu-se no dia 6 de fevereiro de 2011, sendo que, no mesmo ano, passou a pertencer ao GRPCOM (Grupo Paranaense de Comunicação). Atualmente, tem suas notícias publicadas online no Portal de Notícias Paraná Online.

reverberações em nosso objeto de estudo – o processo de emancipação ocorrido em 1995. Percorremos, então, os anos anteriores sobre o que temos quanto à história de Tamarana.

Otávio Lima é nomeado como um dos primeiros habitantes de Tamarana. Garimpeiro vindo do Maranhão, juntou-se a Enes Barbosa, morador que trabalhava com o ramo de loja de roupas no distrito e a Otacílio Rochedo, esposo da primeira professora da cidade e agricultor. Eles foram os líderes do primeiro movimento ocorrido no distrito na tentativa de reestabelecer os laços com Londrina, rompidos devido à doação do distrito de Tamarana para o então município de Araruva, atual Marilândia do Sul, pelo governador Bento Munhoz da Rocha. Em uma entrevista dada à Folha de Londrina, Otávio Lima relata que:

Nós ficamos insatisfeitos com o desmembramento de Londrina, sem entender o porquê da atitude do Governo do Estado, já que Bento Munhoz da Rocha havia obtido esmagadora vitória em Tamarana nas eleições. Mandamos dezenas de telegramas para o Palácio do Iguazu, tentando anular a mudança, todavia sem conseguir nenhum sucesso (VIEGAS, 23/12/1977).

A indignação de Otávio Lima e dos demais participantes do movimento era a de favorecimento político por parte do governador para o candidato de Araruva, isso porque Lima afirmava que o candidato a prefeito de Araruva, Deosdeti Pereira, era compadre de Bento Munhoz da Rocha.

Os moradores afirmavam que Tamarana precisava do município de Londrina, enquanto o governador era restritivo ao sustentar que o distrito não voltaria a pertencer à jurisdição de Londrina. Frente à recusa do governador e com a ajuda do deputado Nilton Carneiro e do então presidente da Assembleia, Laerte Munhoz, os habitantes de Tamarana idealizaram o movimento que resultou na realização de um plebiscito no ano 1952.

Com setecentos e trinta votos a favor e dezessete votos contrários, optou-se que Tamarana voltaria a pertencer ao município de Londrina. Assim foi feito e Otávio Lima foi nomeado o primeiro subprefeito do distrito de Tamarana, ainda no ano de 1952. De acordo com Oliveira (2008), várias tentativas emancipatórias foram realizadas no período compreendido entre 1965 e 1995. Nesta pesquisa, conforme já posto, optamos por tratar do processo em curso nos anos de 1990.

No ano de 1989, Ademir Ferreira, na época comerciante local no ramo de compra e venda de produtos veterinários, demonstrou sua intenção de ver Tamarana emancipada de Londrina e tornou-se uma liderança a favor da emancipação. A ideia, segundo ele, surgiu de reuniões entre amigos e ganhou força devido aos simpatizantes que apontavam como justificativa para a emancipação o desenvolvimento do distrito no setor comercial, que ganhava maior destaque com novos comerciantes, e na agricultura, com importante desempenho na economia local.

Outro fator favorável à emancipação nesse período valia-se pelo próprio cenário nacional após a Constituição de 1988, conforme disposto no item 2.1 deste capítulo, tendo em vista as condições favoráveis para tal feito. Assim, sob a tutela do Estado, as emancipações poderiam ocorrer mediante interesse público com realização de plebiscito, desde que se apresentasse a viabilidade de emancipação.

Enquanto se levantavam as especulações sobre o assunto, nos jornais apontava-se para a preocupação quanto à divisa de terras que poderia ocorrer caso Tamarana se emancipasse de Londrina. Tal fato encontra-se evidenciado na publicação do jornal Folha de Londrina, do ano de 1991 (Figura 1).

Figura 1: Londrina perde 466km² se ficar sem Tamarana

POLÍTICA *Jornal de Londrina 16/9/91 p.3*

Londrina perde 466 km² se ficar sem Tamarana

Os cerca de 10 mil habitantes de Tamarana vão decidir, em plebiscito marcado para o dia 27 de outubro, se querem o desmembramento de Londrina, para que o atual distrito seja transformado em município. Caso a decisão seja favorável à emancipação, Londrina, perderá 466,1 quilômetros quadrados de sua área atualmente de 2.068, mas continuará com sete distritos fora da sede: **Lerroyville**, Guaraveira, São Luiz, Irerê, Paiquerê, Maravilha e Warta.

O plebiscito, atendendo o projeto do deputado estadual Orlando Pessuti (PMDB), apresentado na Assembleia Legislativa, será coordenado pela Justiça Eleitoral e funcionará nos moldes de uma eleição. Em que pese a extensão territorial, população e serviços urbanos em Tamarana, superando municípios já instalados, permanece a dúvida quanto à arrecadação que terá, caso venha a se emancipar, se suficiente para a manutenção da "máquina" administrativa.

DEPENDÊNCIA

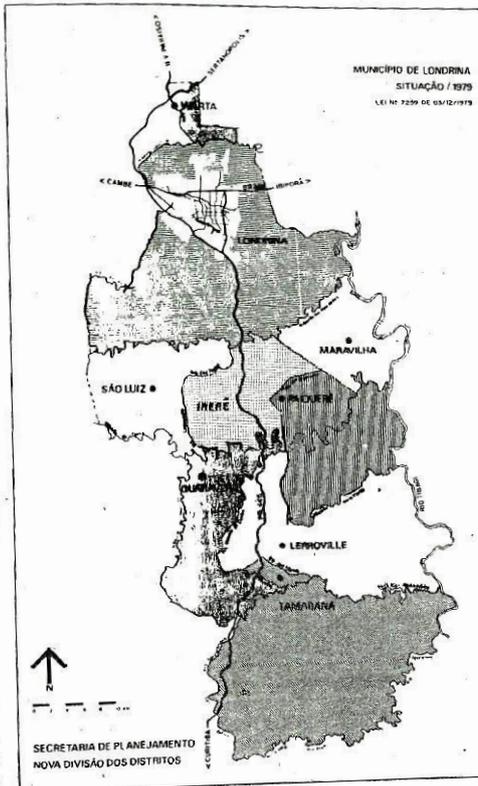
Segundo o assessor da Secretaria Municipal do Planejamento, Júlio Cezar de Araújo, que morou 16 anos em Tamarana, 60% dos 4.077 habitantes da sede do distrito querem a emancipação, enquanto 90% dos que residem na zona rural são contrários.

Ele se define entre os que votarão contra, "porque Tamarana não tem estrutura ainda para ser um município". Pela pouca arrecadação, uma pesquisa indicou que para adquirir uma motoniveladora, "Tamarana teria que juntar dinheiro arrecadado durante três anos seguidos", relatou Araújo.

Ele acha que "o distrito ainda vai depender economicamente muito da sede de Londrina durante os próximos anos". No caso de emancipação - continua Araújo - haveria prejuízos para a conservação de estradas e os professores acabariam ganhando menos que os de Londrina. Quanto ao restante do funcionamento, Araújo não sabe como Tamarana pagaria os salários.

Conforme dado do IBGE, em 1970 a população de Tamarana era de 12.525 pessoas, número que baixou para 8.921 dez anos depois, em 1980. Um levantamento da Prefeitura revelou que no ano passado existiram 9.278 habitantes no distrito.

Os primeiros habitantes da área chegaram à região em 1921, procedentes de Tibagi e São Jerônimo da Serra. Em 1925, o pioneiro Evaristo Camargo construiu a primeira capela, que se chamou São Roque. O nome do santo passou a ser também a denominação do distrito, em 1930, através da Lei 2.713, que desmembrou a área da Comarca de Tibagi. Em 1941 foi feita a ligação por estrada, passando por Paiquerê, entre Londrina e a sede do distrito. Tamarana, uma clava usada pelos caingangues, primitivos habitantes da região é denominação adotada em fins dos anos 40 e oficializada em 1955, administração do prefeito Antônio Fernandes Sobrinho, para evitar confusão com São Roque no Estado de São Paulo.



Num dos extremos do município, Tamarana é o maior distrito de Londrina depois da sede

ECONOMIA

Garimpeiros e safristas de porcos marcaram os primórdios de Tamarana. A assessora de planejamento Sílvia Lúcia Gouveia diz que a Prefeitura de Londrina está para levantar toda a situação sócio-econômica de Tamarana, como parte de uma pesquisa a abranger todo o interior do município.

Ela diz que o último levantamento é de 1985, revelando a existência em Tamarana, à época, de 4.668,18 hectares de milho: 3.654 de soja e 2.148,96 de trigo, entre as principais culturas. Segundo Gouveia, "a economia distrital vem se modificando, porque está havendo, entre outros fenômenos, a erradicação do café, dando lugar a outras culturas e à pecuária".

O que se discutia era a possível perda para Londrina de parte de sua área territorial, tendo em vista que quase a metade das terras de Londrina seria desmembrada para formar o novo município de Tamarana.

Um dos principais argumentos para o desmembramento, e talvez o que mais preocupa Londrina, é o fato de o distrito ter praticamente a mesma extensão de terras que o município. Ou seja, se Tamarana conseguir se separar da sede, Londrina vai ficar apenas com metade da sua extensão territorial, sem considerar, obviamente, a área que compõe os demais distritos (FOLHA DE LONDRINA, 20/04/1990).

Enquanto isso, as discussões sobre a retomada do processo de emancipação ganhavam novos adeptos e os que eram contra também começaram a se organizar e ganhar notoriedade no distrito.

Para dar continuidade à ideia de emancipação, no início dos anos de 1990, foi criada a Comissão Pró-Emancipação de Tamarana. Liderado por Ademir Ferreira, o grupo favorável à emancipação partiu em busca de parceria junto aos deputados estaduais para apoio quanto ao projeto de emancipação e para a realização de um plebiscito no distrito, confiando à população o poder de decisão por pleito eleitoral, sobre ser Tamarana alçada ou não à categoria de município.

Um dos apontamentos da população na época, de acordo com Ademir Ferreira e conforme notícias do jornal Folha de Londrina (22/3/1990), era de que Tamarana estava abandonada pela administração londrinense, que já possuía eleitores suficientes para se tornar município e possuía extensão territorial maior que muitos municípios do Paraná.

Nesse movimento, as pessoas que eram favoráveis à emancipação começaram a coletar dados estatísticos quanto à economia, extensão e ocupação territorial, assim como questões relacionadas ao colégio eleitoral da cidade. Essas interpretações estão explícitas nas reportagens da época, como demonstra o texto a seguir:

E para demonstrar que a emancipação de Tamarana é viável a comissão está realizando um levantamento completo sobre o distrito, que deve estar concluído na próxima semana, revelando entre outros dados a população, número de eleitores, circunscrição geográfica e a receita gerada pelo distrito. Esse levantamento deve confirmar também que Tamarana é maior que 122 municípios paranaenses, segundo Ademir Ferreira (FOLHA DE LONDRINA, 22/03/1990).

Toda essa movimentação estava mexendo com os habitantes locais. Havia o contentamento do grupo emancipacionista por estar avançando ao conquistar novos adeptos do movimento favorável à emancipação e também o descontentamento do grupo contrário, o qual também aproveitou todo esse desfecho no distrito para tentar convencer que a emancipação era inviável.

Portanto, nesse processo de construção do cenário de debate político sobre a emancipação de Tamarana, a divisão entre o SIM e o NÃO será a característica marcante de todo o processo, sobressaindo-se em relação às discussões acerca dos desdobramentos de tal ação para toda a população.

Em outras palavras, separar-se ou não de Londrina era a questão principal e os estudos realizados buscavam construir argumentos que referenciassem a possibilidade de tal feito. Por outro lado, não encontramos estudos projetivos com análises de como o município supriria suas demandas ao ser instituído como tal.

Frente aos dados apresentados, a população vai se posicionando favorável ou contrária à autonomia que Tamarana poderia adquirir tornando-se município. Assim, o movimento de emancipação acaba deixando a população dividida, o que levou à formação de dois grupos centrais que se envolveram nas discussões sobre o futuro de Tamarana: o Grupo SIM representava os favoráveis à emancipação e o Grupo NÃO representava os contrários à emancipação tamaranense.

Ademir Ferreira, como já dito, assumiu a liderança emancipacionista do grupo SIM e o grupo NÃO, organizado mais tardiamente, teve por líder o subprefeito de Tamarana na época, Plínio Pereira de Araújo Júnior e, posteriormente, o subprefeito de Tamarana e também servidor público do município de Londrina, o habitante João Maria da Costa.

Verifica-se que os representantes do poder entre os dois grupos estão vinculados ao município de Londrina e seus aliados, já que Ademir Ferreira concorreu às eleições no ano de 1988 pelo município de Londrina, ficando no cargo de suplente de vereador. O grupo NÃO, além de ser representado pelos cargos de confiança da Prefeitura de Londrina, nesse caso subprefeitos, também contava com o apoio de aproximadamente duzentos e quarenta servidores públicos municipais vinculados ao município de Londrina, que moravam e desempenhavam seu trabalho no distrito de Tamarana e que assumem a defesa da não emancipação.

Registra-se, portanto, que o movimento em prol da emancipação política de Tamarana tem seu início na esfera política, sem grande participação

popular. Há o interesse de dois grupos políticos, o que está no poder e vinculado à Londrina, e o grupo de oposição que, no momento em questão, não estava exercendo o poder político em Tamarana, mas a ele está relacionado via intenção de emancipação.

Aos poucos a população vai se engajando no movimento e demonstrando seu apoio para o grupo do SIM ou do NÃO. O então distrito começa a vivenciar cotidianamente esse processo e todos são expostos a ele por meio das pinturas nos muros, casas com placas indicando a posição de seus moradores, faixas e camisetas da campanha espalhadas em todos os locais e na realização constante de reuniões e comícios com defesas acirradas a favor ou contra a emancipação.

Os jornais acompanharam essa movimentação e essa divisão e também foram expondo o lado que assumiram no jogo posto. É o que identificamos na frase presente em O Estado do Paraná (GAZOLI, 29/04/1990): “Será discutida hoje, em Tamarana, a proposta de emancipação como distrito de Londrina. No entanto, há moradores que estão contra”. A partir dela, é possível inferir que a posição do jornal é favorável à emancipação, colocando os moradores contrários à proposta em evidência e em separado do movimento emancipacionista estabelecido no distrito.

Para discutir o assunto da emancipação e contar com a participação do maior número possível de eleitores do distrito, o grupo do SIM idealizou uma reunião com chamamento público, realizada no dia vinte e oito de maio de 1990, a fim de mostrar para a população tamaranense as reais condições do distrito. Na reunião, os líderes dos grupos SIM e NÃO apresentaram os resultados das pesquisas elaboradas, principalmente quanto aos aspectos econômicos do distrito.

O grupo NÃO, representado pelo subprefeito Plínio Pereira de Araújo, argumentou que Tamarana não conseguiria se manter sozinha como município sem o apoio de Londrina. Entretanto, o grupo SIM, representado por Ademir Ferreira, não aceitou os dados apresentados pelo subprefeito, alegando que eram informações duvidosas, que não condiziam com a realidade de Tamarana na época, uma vez que os favoráveis acreditavam na emancipação e que ela traria pontos positivos para Tamarana, já que viam o distrito autossuficiente para arcar com suas despesas. Assim, Ademir Ferreira tentou convencer a população informando que quem decidiria a emancipação não seria um grupo, no caso o grupo favorável ou o grupo contrário, mas sim o interesse de toda a população (JORNAL DE LONDRINA, 28/05/1990).

A partir da análise do noticiário publicado pelo Jornal de Londrina (28/05/1990), observa-se que o objetivo da reunião não foi apenas esclarecer dúvidas, mas também buscar apoio favorável ou contrário à emancipação de Tamarana. O que se desenrolou foi uma disputa por interesses políticos de outros candidatos às eleições estaduais e também federais, visto que ali se fizeram presentes mais de trezentos eleitores.

Em um dado momento, em meio à reunião, o candidato Osvaldo Macedo, representante de Londrina como deputado federal pelo PMDB, iniciou um discurso a favor de sua reeleição explicando que havia solicitado dados sobre a produção de tomates da região para poder, junto às grandes empresas do país, idealizar a industrialização do legume na região; também comentou a possibilidade de trazer para Tamarana cursos de auxiliar de enfermagem e de técnicos agrícolas, posicionando-se a favor da emancipação por visualizar a potencialidade econômica do futuro município.

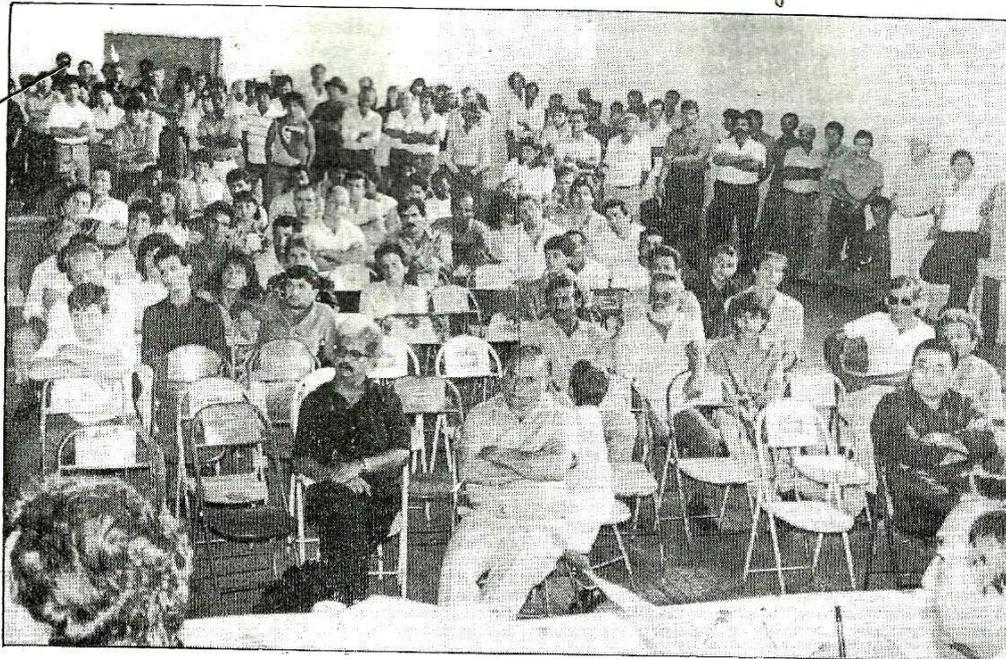
Na imagem exposta na reportagem do Jornal de Londrina (28/05/1990), encontramos os eleitores dispostos em pé e com olhares atentos e curiosos, a ouvir os argumentos dos grupos a respeito da emancipação de Tamarana (Figura 02).

Figura 2: Candidatos entram no debate da emancipação de Tamarana

Londrina, segunda-feira, 28/05/90

Jornal de Londrina pág. 5

CII



Os moradores do distrito ouviram uma série de discursos de políticos

Candidatos entram no debate da emancipação de Tamarana

Só mesmo o plebiscito, que pode ser realizado no ano que vem, deve pôr fim à polêmica discussão sobre a emancipação do distrito de Tamarana. Enquanto isso, muitos políticos candidatos nas próximas eleições começam a entrar no debate, procurando ganhar votos defendendo ou criticando a independência do distrito. O melhor exemplo disso: ontem à tarde, a população de Tamarana participou de mais um encontro promovido pela Comissão Pró-Emancipação, liderado pelo suplente de vereador Ademir Ferreira, do PMDB.

No local da reunião, os moradores tiveram que disputar lugar com uma série de candidatos, diretamente envolvidos ou não no assunto. Estavam lá o deputado federal Osvaldo Macedo (PMDB); o deputado estadual peemedebista Orlando Pessuti, que apresentou o projeto de emancipação na Assembleia Legislativa; os vereadores Carlos Kita

“Caçador de votos”

O deputado Orlando Pessuti (PMDB), que apresentou em fevereiro o projeto da emancipação de Tamarana na Assembleia Legislativa, representa o Vale do Ivai e está sendo tachado de “caçador de votos” por apresentar uma proposta de uma região que nem conhece direito, como Pessuti mesmo admitiu ontem no debate. Segundo o deputado, ele só tem a lamentar com esses comentários. “Não fui eu quem se ofereceu para este projeto, mas a comissão Pró-Emancipação que me convidou por saber que eu já trabalhei em outros projetos de emancipação, como dos distritos de Mauá da Serra, Pirapó, Lidianópolis, Embaú e Rio Branco”.

Independente da emancipação ou não do distrito, ele falou que o projeto vai lhe trazer mais votos.

“Só que enquanto ganho votos nessa região, perco votos em outras, onde poderia estar trabalhando se não estivesse aqui”, alegou. Explicando também que o projeto foi retirado de pauta da Assembleia a pedido da comissão de Tamarana, ele disse que está aguardando nova posição da comissão para que a matéria volte a ser discutida.

Mesmo que o projeto retorne ainda este ano à pauta de discussão, Pessuti afirmou que o plebiscito só poderá ocorrer no ano que vem. Segundo ele, o Tribunal Regional Eleitoral já informou que não está disposto a autorizar plebiscito com vistas à emancipação, já que não haverá eleições nesses municípios. “Então ainda há tempo para muita discussão”, concluiu.

Fonte: Jornal de Londrina, 28/05/1990

Além de Osvaldo Macedo, marcou presença na mesma reunião o deputado estadual da coligação PMDB, Orlando Pessuti, responsável pela

apresentação do projeto de emancipação na Assembleia Legislativa do Paraná. Deve-se levar em conta que Orlando Pessuti era conhecido como um dos deputados que mais participou de emancipações no Paraná, tendo sido convidado pelos líderes do grupo favorável à emancipação de Tamarana pelo destaque que teve nos movimentos de emancipações nos distritos de Mauá da Serra (1992), Pirapó e Lidianópolis (1990), Imbaú (1995) e Rio Branco (1995). Para algumas pessoas, Pessuti era um caçador de votos e utilizava-se de tais movimentos para tanto. Certo descontentamento com a presença do deputado Orlando Pessuti pode ser verificado no texto abaixo:

O deputado Orlando Pessuti (PMDB), que apresentou em fevereiro o projeto da emancipação de Tamarana na Assembléia Legislativa, representa o Vale do Ivaí e está sendo tachado de “caçador de votos” por apresentar uma proposta de uma região que nem conhece direito, como Pessuti mesmo admitiu ontem no debate (JORNAL DE LONDRINA, 28/05/1990).

Para essa reunião junto à população, também compareceram o prefeito de Londrina, Antônio Belinati (PDT) e o ex-prefeito Wilson Moreira (PMDB). Antônio Belinati se mostrava favorável à emancipação de Tamarana, tendo declarado apoio de Londrina junto à decisão da população. Segundo Belinati, “o povo é quem deve decidir, em plebiscito, o futuro de Tamarana” (JORNAL DE LONDRINA, 28/05/1990), já a posição de Wilson Moreira sobre a emancipação não foi apontada no jornal.

O vereador Renato Araújo, contrário a essa reunião planejada pelas lideranças do grupo pró-emancipação, argumentava que seria um suicídio para o distrito a emancipação, alegando que a briga que dividia os dois grupos em SIM e NÃO veio a se formar porque o grupo SIM foi derrotado em eleições passadas, já que tanto o atual subprefeito, João Maria da Costa, quanto seu antecessor, Plínio Pereira de Araújo, eram contrários à emancipação de Tamarana e aliados do grupo NÃO.

Em meio a um clima tenso de discussão para ganhar o apoio da população, os jornais traziam a temática sempre em tom de expectativa para a decisão da população frente à emancipação. Os grupos favoráveis e contrários também apareciam nos noticiários, no entanto enfatizavam-se os habitantes de Tamarana nas decisões sobre esse período político, conforme se observa abaixo:

Será sancionada, amanhã, a partir das 14h30, no Palácio do Iguaçu, a lei elevando-o a município. De acordo com a legislação que rege o assunto, no entanto, a transformação de Tamarana em município só ocorrerá efetivamente após um plebiscito, marcado para abril do ano que vem, quando a população dará a palavra final, aceitando ou rejeitando a emancipação (JORNAL DE LONDRINA, 22/07/1990).

O governador do Paraná nesse período era Álvaro Dias, que sancionou a Lei de emancipação de Tamarana no dia vinte e três de julho do ano de 1990. Entretanto, no noticiário da Folha de Londrina, datada em 24/07/1990, alerta-se que, mesmo com a lei da criação do município de Tamarana, as primeiras eleições só poderiam ocorrer em dois anos. Vale lembrar que na notícia não se informa que essas eleições ocorreriam não pela lei de instalação do município, mas sim se os habitantes de Tamarana optassem pela emancipação. Essa omissão pode ser observada a seguir (Figura 3).

Figura 3: Sancionada a lei que cria o município de Tamarana



Fonte: Folha de Londrina, 24/07/1990

Com a lei sancionada e o município criado no papel, o plebiscito para pôr fim às dúvidas sobre a preferência da população foi marcado para o dia vinte e sete de outubro do corrente ano, data na qual também seriam realizados os plebiscitos

nos demais distritos paranaenses que almejavam a emancipação política, como Lidianópolis, distrito de Jardim Alegre, Anahy, distrito de Corbélia, Nova Santa Bárbara, distrito de Santa Cecília do Pavão e Imbaú, distrito de Telêmaco Borba.

Os envolvidos na luta pela emancipação se encontravam cada vez mais em uma busca acirrada pela defesa de seus interesses junto à população. Esse acirramento levou a população a participar de duas formas do movimento: assumindo fervorosamente a defesa do SIM ou do NÃO ou se afastando das discussões e de qualquer posicionamento sobre o assunto com medo do que pudesse acontecer.

Instaurava-se um tenso clima de discussão no intuito de ganhar o apoio da população. Tal clima foi retratado nos jornais, como podemos ver na imagem a seguir (Figura 4), comparando esse embate de ideais políticos a um clima de guerra.

Figura 4: Tamarana em clima de guerra pela emancipação

da de Londrina

Londrina, domingo, 27/05/90

Tamarana em clima de guerra pela emancipação

Da Editoria Local

Ninguém pode negar que a tese de emancipação de Tamarana, o maior distrito de Londrina, instalou um verdadeiro clima de guerra entre as suas principais lideranças. Hostilidade, alar, já bastante conhecida daquela população e que até agora rendeu desde a troca de insultos entre os que defendem e os que são contra o desmembramento, até ameaças e acusações, nem sempre comprovadas, de ambas as partes. É o que é pior, a insegurança levada até os moradores do distrito, que evitam comentar ou dar qualquer opinião sobre o assunto. Um contra-senso, levando-se em conta que somente eles poderão decidir se Tamarana deve ou não se transformar em município.

O confronto parece inevitável e pode acontecer hoje, durante nova reunião que a Comissão Pró-Emancipação de Tamarana pretende manter com a comunidade. Segundo o presidente da comissão, Ademir Ferreira, será um encontro para esclarecimentos, com a participação do

prefeito de Luziana, Nelson José Turik, e do deputado estadual Orlando Pessuti, autor do projeto que emancipa o distrito. Apesar de polêmica, a comissão não pretende abrir a questão para o debate, alegando que poderia criar novos atritos. Entretanto, o grupo que se opõe ao projeto de emancipação afirma que vai questionar tanto o deputado como o Prefeito de Campo Mourão — nos pontos que entendem não estar havendo um esclarecimento adequado.

Suicídio

O vereador Renato Araújo (PDT), que apesar de ter assinado o livro-ata do primeiro encontro pró-emancipação e hoje se mostra totalmente contrário a ela, é um dos que não devem se manifestar durante a reunião de hoje, às 14 horas no Clube Aerta. Segundo ele, dificilmente a comissão vai conseguir provar que o distrito tem peculiares condições para o desmembramento. É desafiado: "Se conseguirem, eu até posso rever a minha posição e apoiar o movimento". Por outro lado, ele reconhece um

dos principais argumentos de seus opositores, que é a deficiência no atendimento prestado atualmente pela Prefeitura ao distrito. Mas afirma que a administração de Antonio Belinati tem apenas 1 ano e meio, e lembrou que nos 6 anos da administração passada "apenas 2 ruas foram asfaltadas e o hospital rural foi reformado". "Ele então — continua — que veremos os 4 anos de Belinati, que vão ver coisas boas implantadas em Tamarana."

Para Araújo, a defesa pela emancipação "é uma jogada política do grupo que perdeu as eleições passadas, e o pessoal, o lavrador, o distritano, todos estão acreditando nesta conversa. Mas vantagens não existem". Na sua opinião, existem interesses mais prioritários que a própria emancipação. E cita a industrialização de Tamarana como exemplo. "Essa comissão deveria trabalhar nesse sentido, deveríamos nos unir nesta luta ao invés de ficar nesta guerra declarada de 2 grupos" — acrescenta, observando que já existem contatos para viabilizar a instalação de duas unidades in-

dustriais no distrito que, a princípio, absorveriam a mão-de-obra de 400 pessoas. Renato Araújo garante que a partir da instalação das indústrias, num espaço de 2 anos, ele também poderia estar defendendo a emancipação de Tamarana. "Eu já disse e vou a repetir, agora a emancipação é suicídio e não tem retorno."

Industrialização

Para o líder do movimento separatista, Ademir Ferreira, esperar pela industrialização é o mesmo que cruzar os braços deixando que os políbios de Tamarana se agravem. "Nos 39 anos de existência do distrito, vários prefeitos passaram por Londrina, muitos vereadores exerceram mandatos em Tamarana e onde estão as indústrias?" — indaga. Segundo ele, o município tem 8 alqueires de terras no distrito, mas não autoriza nenhuma indústria a se instalar por lá. "Muitas indústrias cogitaram em vir para Tamarana, mas isso foi negado no tempo do Wilson Moreira (ex-prefeito) e agora na gestão do Belinati" — acusa. Ele cita como exemplo o interesse do empresário Ademir Dia-

na, que possui uma cerâmica no distrito, em implantar mais uma unidade. Segundo Ademir Ferreira, até agora o empresário não conseguiu trazer a nova cerâmica a Tamarana por falta de incentivo da administração.

Ele afirma também que adiar o processo de desmembramento para 92 é impossível, por causa de uma lei que proíbe a emancipação em ano de eleição municipal. Ademir Ferreira disse que a comissão pretende realizar "quantas reuniões forem necessárias para o esclarecimento da comunidade". O plebiscito para a decisão final só deve acontecer, segundo ele, no próximo ano, depois que toda a comunidade estiver a par das vantagens e desvantagens de ser transformado em município. A indicação do nome do deputado Orlando Pessuti — que nunca esteve em Tamarana e nem recebeu votos daquela região — para apresentar o projeto à Assembleia Legislativa, conforme Ferreira, só foi feita em razão da sua experiência nestes processos.

Ele admitiu as vantagens que putado obter, através de votos a emancipação se concretizar, afirma que Pessuti não procurou missão para levar o projeto adiante, mas que o procuramos e fiz isso porque nenhum outro deputado de Londrina manifestou interesse completa. Ferreira explicou que o projeto foi apresentado às suas na AL para evitar que um o de autoria do deputado Hermas Ição, fosse levado ao plenário. Ição pretendia a emancipação de Tamarana, também dos distritos de Lerroville e Guaravera. "Nós mos que estes 2 distritos não des se separar de Londrina. Este projeto só traria problemas para o movimento e por isso estramos ce nosso sem consultar a comunidade — justifica. Ademir Ferreira é ainda que a comissão está investindo a autoria do pedido encaminhado ao deputado Hermas Brandão que gundo ele, teve o único objetivo prejudicar o movimento desencadado em Tamarana.

Fonte: Folha de Londrina, 27/05/1990

O noticiário acima exposto traz-nos a informação de que a insegurança tomou conta da população. Muitos preferiam nem comentar qual lado político estavam apoiando, outra informação é que a troca de ofensas entre a população, a fim de defender seu lado político, marcava presenças em discussões diárias dos tamaranenses.

Nessa matéria, também se observa a presença de Ademir Ferreira defendendo a emancipação e argumentando as possibilidades de melhoria para o distrito caso se torne município, uma vez que, de acordo com o jornal, muitas melhorias, principalmente no ramo industrial, não aconteciam para o distrito porque a própria Prefeitura de Londrina barrava os avanços pretendidos pelos empresários

locais. A proposta de mostrar um entrevistado apenas do lado favorável à emancipação enfatiza o posicionamento preferido pelo jornal na matéria da época.

Junto à disputa pelo apoio da população, novas polêmicas começaram a pautar as discussões sobre o assunto. A questão da nova demarcação de limites de Tamarana, caso ocorresse a emancipação, destacou-se entre as demais por envolver interesses dos distritos vizinhos, entre eles Lerroville, Paiquerê e Guaravera. Isso porque um edital lançado pelo juiz Nady Miró Júnior, da zona eleitoral de Londrina, intrigou os representantes dos distritos de Lerroville, Guaravera e Paiquerê ao informar que passariam a pertencer a Tamarana, caso fosse emancipada (JORNAL DE LONDRINA, 22/09/1991).

Sendo assim, seus representantes – subprefeitos dos distritos e alguns comerciantes locais – se uniram na tentativa de anular esse fato, visto que afirmavam que Tamarana, caso emancipada, não conseguiria arcar com todas as despesas que os municípios passam a ter quando conquistam sua independência política e administrativa de outro município.

Vale ressaltar que nenhum dos demais distritos de Londrina queria que ocorresse a separação do vínculo com sua mantenedora, ou seja, evidencia-se que, além da questão financeira e de manutenção de Tamarana, havia também uma recusa no sentido político e de pertencimento enquanto londrinenses. Nota-se que os habitantes se sentiam pertencentes ao lugar, ou seja, consideravam-se tamaranenses e não londrinenses. Isso evidencia a construção de identidade do lugar, no caso do distrito, o que mostrava a recusa em ser londrinense e pertencer a Londrina.

Os murmúrios sobre o assunto espalharam-se por todos os distritos e veiculações de jornais e outras campanhas foram desenvolvidas no sentido de impedir que tal fato ocorresse. Os representantes dos demais distritos consideravam inviável Tamarana agrupar novos distritos, afinal de contas, alegavam que não daria conta de sustentar nem sua própria emancipação, pois a renda não seria suficiente para suprir as suas demandas e quiçá de outras localidades.

Reuniões entre comerciantes locais, subprefeitos das respectivas localidades, comoção da população e apelo ao prefeito Antônio Belinati, do município de Londrina, marcaram a insatisfação dos habitantes dos demais distritos.

Fato posto é que o envolvimento de tais distritos no processo de emancipação de Tamarana não aparece nos demais noticiários. Registra-se que, no intuito de sanar tal dúvida, entramos em contato com o Cartório da 146ª Zona Eleitoral

do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a fim de constatar se houve ou não a participação dos habitantes de outros distritos no pleito eleitoral. Conforme nos informa Antonio Shizuo Tsuchiya, técnico judiciário, habitantes do distrito de Lerroville que tentaram se cadastrar para o plebiscito eleitoral em Tamarana tiveram seu cadastramento impugnado para participar do pleito.

Ao não serem incluídos como eleitores para o plebiscito que ocorreria, os eleitores dos demais distritos recorreram ao poder executivo, conforme consta na reportagem a seguir:

O grupo pretende entrar em contato amanhã com o prefeito Antônio Belinati para saber qual a intenção da Prefeitura de Londrina em face dos planos expansionistas de Tamarana. Se a Prefeitura não impedir, a população [dos demais distritos] pretende ingressar com mandato de segurança para assegurar a permanência dos distritos – Lerroville, Guaravera e Paiquerê – no município de Londrina (FOLHA DE LONDRINA, 22/09/1991).

Frente a tantos movimentos, apelos e lutas junto à população, no dia dez de novembro de 1991, data do plebiscito, a vinculação entre Tamarana e os outros distritos não aconteceu, assim como o desejo de emancipação também não, tendo vencido o Não (Figura 5).

Figura 5: Só Tamarana e Imbaú rejeitam emancipação

Só Tamarana e Imbaú rejeitam emancipação

Folha de Londrina 12/11/91 p.4

Da Editoria e sucursais

Dos 10 distritos que tiveram plebiscitos no domingo, apenas dois votaram contra a emancipação. A vitória mais apertada do NÃO aconteceu em Tamarana, no Norte do Estado: por uma diferença de apenas 105 votos, os moradores decidiram que o distrito continua ligado a Londrina. A votação foi maciça e surpreendeu até a Justiça Eleitoral. Apenas 3,85% dos 3.049 eleitores inscritos não foram às urnas. O NÃO venceu com 1.475 votos, contra 1.370 do SIM. Houve ainda 43 votos em branco e 44 nulos.

Em Imbaú, na região central do Paraná, a vitória do NÃO teve uma ajuda decisiva: a participação do prefeito de Telêmaco Borba, Carlos Hugo Wolf Vongraffnen (PMDB), que arregimentou cabos eleitorais e, além de comícios, fez boca-de-urna no dia da votação. Vongraffnen é acusado, ainda, de ter ameaçado, durante a campanha do plebiscito, fechar escolas e postos de saúde se os moradores de Imbaú decidissem pela emancipação. Resultado: o NÃO venceu com 1.360 votos, contra 1.076.

Já em Nova Esperança do Sudoeste, a população ficou frustrada por causa de uma liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral às vésperas do plebiscito: alegando irregularidades no projeto de emancipação, o prefeito de Salto do Lontra, João Maria de Láz, conseguiu suspender a votação na Justiça.

Nos demais distritos, o SIM obteve vitórias esmagadoras. A maior delas aconteceu em Iguaçu, no Oeste do Estado, onde 98,33% dos moradores votaram pela separação de Corbélia: 1.299 eleitores disseram SIM,

contra apenas 21 NÃO. Foi registrado apenas um voto nulo. Ramilândia, também no Oeste do Paraná, é outro distrito em que o SIM venceu de goleada: dos 1.555 eleitores credenciados, 1.442 decidiram separar-se de Matelândia, contra apenas 63 votos contrários.

O resultado foi semelhante em outras duas localidades do Sudoeste: em Honório Serpa, distrito de Mangueirinha, 1.124 moradores votaram SIM, contra 24 NÃO — e em Pinhal de São Bento, distrito de Santo Antônio do Sudoeste, a vitória do SIM foi ainda mais convincente: 1.410 contra 47.

A "febre da emancipação" chegou também a Santa Mônica, na região Noroeste: dos 1.500 eleitores cadastrados, 1.161 votaram pela separação de Santa Isabel do Ivaí, contra apenas 157 votos contrários. Em Laranjal, onde o trabalho de apuração foi todo informatizado, 1.627 eleitores votaram a favor da emancipação do distrito que ainda está ligado a Palmital. Os votos contrários foram 21. Em Tunas, na região Sul, 980 moradores decidiram, na urna, a separação de Bocalúva do Sul, contra apenas 38 votos contrários.

Em Aparecidinha do Oeste, no extremo Oeste paranaense, a votação do SIM surpreendeu até mesmo os principais defensores da emancipação: simplesmente ninguém votou contra a idéia do distrito se separar de São Miguel do Iguaçu. Dos 1.749 moradores que se inscreveram para o plebiscito, 1.657 votaram SIM. Os 92 restantes foram de abstenção. Se for elevada a município, Aparecidinha vai absorver 70% dos royalties que a usina de Itaipu repassará a São Miguel por causa das terras inundadas pelo lago da hidrelétrica.

Podemos observar que, durante o pleito, dentre os dez distritos do estado do Paraná que estavam votando sobre a emancipação, apenas dois rejeitaram a independência administrativa. Em Tamarana e em Imbaú, a população optou pelo NÃO, continuando na condição de distritos. Nos jornais, registra-se que foram plebiscitos calmos, com exceção de Imbaú, que registrou forte intervenção do então prefeito de Telêmaco Borba, o qual realizou comícios, boca de urna e ameaçou fechar escolas e o hospital no referido distrito (FOLHA DE LONDRINA, 12/11/1991).

Dos 10 distritos que tiveram plebiscitos no domingo, apenas dois votaram contra a emancipação. A vitória mais apertada do NÃO aconteceu em Tamarana, no Norte do Estado: por uma diferença de apenas 105 votos, os moradores decidiram que o distrito continua ligado a Londrina. A votação foi maciça e surpreendeu até a Justiça Eleitoral. Apenas 3,85% dos 3.049 eleitores inscritos não foram às urnas. O NÃO venceu com 1.475 votos, contra 1.370 do SIM. Houve ainda 43 votos em branco e 44 nulos (FOLHA DE LONDRINA, 12/11/1991).

Essa pequena diferença de votos retrata a divisão entre favoráveis e contrários à emancipação de Tamarana, percebendo-se visivelmente que, independentemente do resultado do plebiscito, a outra parte da população não o aceitaria devido a diferenças políticas defendidas por ambas as partes.

Frente ao resultado, os líderes em prol da emancipação de Tamarana, não satisfeitos com a derrota ocorrida durante o pleito, continuaram organizados e atuantes junto à população. Portanto, durante os anos de 1991 a 1995, ano da realização do plebiscito que encerrará a questão, com a vitória do SIM, os habitantes do então distrito conviveram com esse assunto cotidianamente.

Os jornais, por sua vez, não retrataram esses movimentos, pois o destaque da imprensa foi dado somente nos períodos que antecederam os plebiscitos. Sobre esse período é que nos falamos os entrevistados. Além disso, identificamos que a mobilização em torno do SIM se fortaleceu após o pleito de 1991.

Não desmotivados pela derrota no plebiscito de 1991, o grupo idealizador da emancipação organizou novas reuniões em busca de convencer os habitantes contrários a rever as propostas e tornarem-se favoráveis.

Nos jornais, o tema volta à pauta no ano de 1994. Mais uma vez, a discussão pela emancipação ganha o cenário político de destaque. Apoiado por Orlando Pessuti (PMDB) e Severino Félix (PMDB), o grupo SIM teria o projeto de Lei

de emancipação apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná no dia dezesseis de março de 1994.

Entretanto, com um protesto na Assembleia Legislativa, que envolveu cerca de quarenta habitantes do distrito que se mostravam contrários à discussão de emancipação de Tamarana, essa ação acabou fazendo com que a discussão sobre o projeto de lei de emancipação fosse adiada por trinta dias (FOLHA DE LONDRINA, 17/03/1994).

De acordo com a reportagem do jornal Folha de Londrina (1994), o então deputado Orlando Pessuti alegava perante os deputados da Assembleia Legislativa que estaria sendo pressionado por mais de 70% da população para que a emancipação ocorresse. Por outro lado, a deputada Emília Belinati ratificava que esse projeto de lei fazia jus à busca de novos eleitores e não representava um ganho para o distrito de Tamarana.

Perante toda essa situação, o subprefeito de Tamarana, João Maria Costa, afirmava que o distrito não teria provento suficiente para se desmembrar de Londrina, perdendo aquisições importantes para saúde e educação. Era notório que o subprefeito também era contra a posição de emancipação de Tamarana, e um dos argumentos que voltam à tona, assim como no plebiscito do ano de 1991, é que o distrito não teria verba o suficiente para tocar a máquina administrativa. Com todo esse acontecimento:

A primeira discussão do assunto na Assembleia Legislativa gerou protestos de onze deputados e a suspensão da votação por dez sessões, sugerida por um dos autores [do projeto], Severino Félix. Nem ele nem Pessuti são deputados da região, mas o presidente da Assembleia diz que isso não o impede de defender a emancipação (FOLHA DE LONDRINA, 17/03/1994).

Tensa foi a situação em que retomaram o processo sobre o projeto de lei na Assembleia. Mesmo com a falta de deputados para votação do projeto, foi votado sem quórum e, assim, autorizado o plebiscito em Tamarana. Entretanto, a decisão não foi tranquila, pelo contrário, houve briga entre deputados da casa, resultando em pancadaria (Figura 06).

Figura 6: Deputados trocam socos na Assembleia

Quarta-feira, 14 de setembro de 1994

POLÍTICA
Legislativo

Folha de Londrina

Deputados trocam socos na Assembléia

Acaba em pancadaria a sessão que autorizou a realização de plebiscito para a emancipação do distrito de Tamarana

Carmem Murara
Sucursal de Curitiba

A sessão de ontem da Assembleia Legislativa terminou, literalmente, em pancadaria. Os deputados Paulo Maia (PDT) e Arlindo Troian (PMDB) acabaram se desentendendo durante a votação do projeto de lei que autoriza a realização de plebiscito para a emancipação do distrito de Tamarana. Troian resolveu decidir o impasse na base do tapa e acabou sendo agredido pelo filho de Maia, Paulo Maia de Oliveira Júnior, que acompanhava a votação ao lado das cadeiras dos parlamentares.

Na tentativa de defender o pai, Maia Júnior se lançou num golpe com os dois pés sobre as costas de Arlindo Troian. O deputado só não caiu no chão porque foi segurado por outros parlamentares. O filho de Paulo Maia foi detido por seguranças, que o retiraram do plenário, e depois foi solto por decisão do presidente da Assembleia, Orlando Pessuti (PMDB).

Toda a confusão começou com uma discussão entre Maia e Pessuti (PMDB). O líder do PDT acusou Pessuti de ter aprovado o plebiscito para a emancipação do distrito de Tamarana, em Londrina, sem que houvesse quórum na sessão. O número mínimo de parlamentares para votar o projeto é de 28 e no plenário só havia 24 deputados.

Maia disse que a atitude de Pessuti era "antidemocrática" e que estava diante de uma "palhaçada". "Isso é uma vergonha", gritou Maia depois que teve o som de seu microfone cortado pelo presidente da Assembleia. No mesmo instante, Troian saiu em defesa de Pessuti.

A bancada de oposição se solidarizou com Maia. O deputado Algaí Túlio (PDT) tentou justificar a atitude do filho do deputado como "uma reação normal de qualquer filho, que vê o pai agredido". Já o deputado Arlindo Troian foi defendido pela bancada governista. Muito nervoso, Troian não quis comentar o episódio.

Depois de acalmados os ânimos, os parlamentares retomaram a sessão e aprovaram o aumento de 12% para o funcionamento público e mantiveram os vetos do Executivo à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A sessão de ontem deve representar uma das últimas antes da eleição. Apesar de não ter sido decretado recesso oficial, a maioria dos deputados só deverá retornar à Assembleia depois de 3 de outubro.

Prevendo a iminência da falta de quórum, os líderes dos partidos decidiram colocar todos os projetos importantes na pauta de ontem. Para garantir a votação, o plenário foi transformado em Comissão Geral e outras duas sessões extraordinárias foram realizadas.

Sessão pode ter sido a última antes da eleição

Palhaçada

Toti Colaço e Orlando Pessuti conversam após a pancadaria: projeto aprovado sem quórum



Votação pega tamaranenses de surpresa

Apesar da falta de deputados na sessão de ontem da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que autoriza o plebiscito em Tamarana, distrito de Londrina, foi aprovado pelos deputados. O projeto foi colocado em pauta pelo presidente da Assembleia, Orlando Pessuti, que não aceitou o pedido dos opositores para adiar a votação. Segundo o líder do PDT, Paulo Maia, Pessuti aprovou o plebiscito sem que houvesse quórum mínimo de 28 deputados no plenário.

Esta será a segunda vez que a emancipação de Tamarana será submetida a um plebiscito. Da primeira vez, a população disse "não" e optou por continuar pertencendo ao município de Londrina. A maioria dos habitantes entendeu que o distrito não teria recursos suficientes para se manter sozinho.

A decisão de Pessuti de reapresentar o projeto desconcertou algumas associações de moradores de Tamarana. No início do ano, quando o projeto foi submetido à votação, um grupo de moradores lotou as galerias do plenário e conseguiu adiar a votação. Desta vez, os próprios tamaranenses foram pegos de surpresa. (C.M.)

Fonte: Folha de Londrina, 14/09/1994

A reportagem da Figura 6 traz a seguinte situação:

A sessão de ontem da Assembleia Legislativa terminou, literalmente, em pancadaria. Os deputados Paulo Maia e Arlindo Troian (PMDB) acabaram se desentendendo durante a votação do projeto de lei que autoriza a realização do plebiscito para a emancipação do distrito de Tamarana (MURARA, 14/09/1994).

Na verdade, a informação trazida no título da reportagem não faz jus ao que realmente aconteceu na sessão da Assembleia Legislativa. De acordo com o título, era para terem saído na briga pelo menos dois deputados – Paulo Maia e Arlindo Troian –, no entanto, a briga ocorreu entre o deputado Troian (único deputado envolvido) e o filho de Paulo Maia, que deu “pezadas” em Troian, já que este resolveu ameaçar Maia com tapas. É possível, portanto, observar a distorção da matéria idealizada pelo jornal Folha de Londrina, na tentativa de chamar a atenção dos leitores para um acontecimento.

O cenário que se anunciava para a realização do próximo plebiscito era muito mais acirrado que o realizado em 1991. Antes mesmo dos resultados, estava explícita a disputa política de candidatos a prefeito para o município que nem havia sido criado ainda.

Nesse novo rumo que iam tomando as especulações, o então vereador de Londrina, eleito pelo distrito de Tamarana, Edson Siena (PMDB), emancipacionista favorável ao desmembramento, já afirmava ser candidato a prefeito do novo município e alegava que, assim como os demais municípios recém-criados conseguiram sobreviver à emancipação, Tamarana também sobreviveria.

Esse argumento ia contra ao apresentado pelo vereador Renato Araújo (PP), também representante dos habitantes de Tamarana na Câmara de Vereadores do município de Londrina. Para Araújo, os habitantes eram poucos em Tamarana, não havendo renda para tocar um município. Assim, considerava tudo uma questão de presunção, na qual os eleitores não poderiam ter volta depois, caso a emancipação não fosse viável.

Os dois vereadores de Tamarana divergem e um “aspirante” a cargo eletivo afirma não ser “fanático” embora deseje a emancipação. “Apresentaram dados complementares falsos”, reage o vereador Renato Araújo (PP), contra a emancipação. Ele afirma que os eleitores são apenas 5.630 e não há renda para garantir o município, com o risco de a comunidade perder os serviços, até o hospital. Sem mencionar nomes, aponta “uma vaidade pessoal boba”, porque se houver emancipação “o povo não terá a quem reclamar depois” (JORNAL DE LONDRINA, 06/08/1995).

As ofensas continuavam e novas propostas eram declaradas, moradores eram disputados entre os grupos favoráveis e contrários ao movimento de emancipação. No total, foram cadastrados três mil oitocentos e oitenta e nove eleitores, que uma vez cadastrados seriam obrigados a participar do plebiscito. No noticiário, não é informado o número total de habitantes eleitores no distrito de Tamarana (LIVORATTI, 30/09/1995).

Com os eleitores cadastrados, Tamarana se preparava para o novo plebiscito marcado para o dia vinte e seis de novembro de 1995, com membros de comissões do SIM apostando no diálogo com o eleitor e o grupo NÃO mostrando os investimentos feitos no distrito pela Prefeitura do município de Londrina. Era travada

uma corrida contra o tempo, a fim de convencer eleitores sobre seu voto no dia do pleito da emancipação.

O eixo central de argumentos contrários era o de que a arrecadação de Tamarana seria inviável para que se mantivesse autonomamente como município, argumento utilizado nos demais pleitos e com resultados favoráveis, pois, até então, a maioria dos votantes optou por continuar na condição de distrito. Assim, alegava-se que a despesa com o município seria maior do que a receita, sendo impossível manter os próprios vereadores e também o prefeito, além do funcionalismo público.

Mesmo com o novo pleito marcado para o mês de novembro, na tentativa de anular esse processo de eleição, a Prefeitura de Londrina entrou com um pedido de ação junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), solicitando o impedimento da realização do plebiscito de Tamarana. No entanto, o advogado do município de Londrina, Ulisses Messer, não tinha esperança de que o pedido fosse atendido pela Prefeitura, como de fato não foi (Figura 7), devido à retenção do processo pela Procuradoria Geral Eleitoral sem expor os motivos pelo ato (FOLHA DE LONDRINA, 24/11/1995).

Para convencer os habitantes das benfeitorias com relação a Tamarana, a administração de Londrina aproveitou a inauguração da indústria Tamarana Metais, recém-estabelecida e responsável por empregos diretos no distrito. Em funcionamento há alguns dias, teve sua inauguração marcada para dias antes do plebiscito. Sua inauguração contou com a presença em peso de solidários com a não emancipação de Tamarana, além de Luiz Eduardo Cheida, prefeito de Londrina na época, e demais autoridades do município.

Figura 7: Tamarana ignora ação contra plebiscito

1 - Folha de Londrina

LONDRINA

Sexta-feira, 24 de novembro de 1995

Emancipação

Tamarana ignora ação contra plebiscito

Advogado da prefeitura perde esperanças de anular votação de domingo; distrito se divide entre o não, o sim e o tanto faz

Da Redação

O advogado do município de Londrina, Ulisses Messer, não tem esperança de que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) julgue, até hoje, a ação movida pela prefeitura pedindo a anulação do plebiscito de Tamarana. A eleição, marcada para domingo, vai decidir a emancipação ou não do maior distrito de Londrina. O advogado obteve ontem a informação de que a Procuradoria Geral Eleitoral reteve o processo. "Os motivos eu não sei", diz Messer. "Acredito que sejam forças escusas", ele arrisca.

Antes de a ação ser encaminhada para julgamento do TSE, a Procuradoria Geral Eleitoral tem que dar parecer técnico sobre sua viabilidade. Ulisses diz que, se o encaminhamento for feito depois do plebiscito, um julgamento contrário à decisão do povo vai implicar em um "desgaste estratosférico".

"É muito difícil o julgamento ser contrário a um fato consumado. Seria uma questão inerentemente processual contra o desejo expresso do povo", explica Ulisses Messer. "Vamos supor que haja uma votação maciça a favor da emancipação", ele imagina. "Até eu ficarei constangido em tocar o processo caso o município entenda necessário".

A polêmica sobre a anulação do plebiscito não alterou o clima de expectativa que o distrito está vivendo. Dividida entre o sim, o não e o "tanto faz", Tamarana, ontem de manhã, praticamente desconhecida a liminar. Os moradores com uma posição definida são opiniões divergentes sobre a questão. O pessoal do "não" - contrário à emancipação - defende a anulação caso seja comprovada alguma irregularidade. Aqueles que defendem a emancipação são categóricos: "Isso não vai dar em nada. É coisa da turma do não", afirma o comerciante Juhad Weibe Al Charar.

Para aqueles que "entregaram

para Deus" - como a moradora Duvirges da Silva, 66 anos - a possibilidade de anulação do plebiscito era ainda mais insignificante. O comerciante Ubaldino Torres Bittencourt, 62 anos, afirma que no seu bar ninguém comenta sobre a liminar que tramita no TSE. "Aqui a única coisa que se fala é que Tamarana tem que começar a caminhar pelas suas próprias pernas", afirma Bittencourt.

O professor Antônio Soares Bueno, 34 anos, diz que ouviu alguma coisa a respeito. "Como a notícia saiu hoje (ontem), ainda não estou bem informado sobre esta liminar", justifica. "Mas acredito que, se for comprovado que não houve quorum na votação, o plebiscito deve ser anulado". O professor é contra a emancipação de Tamarana.

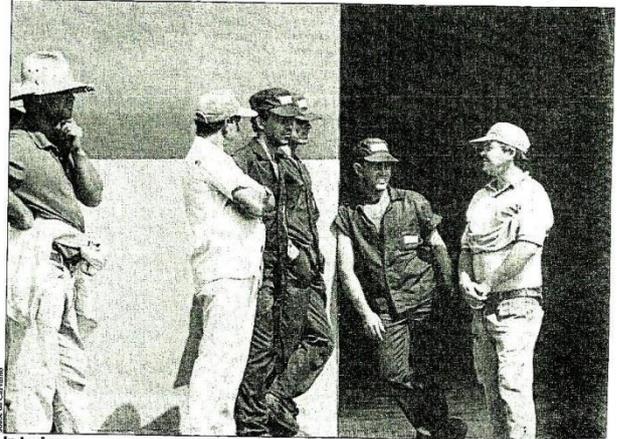
A dona-de-casa Edna Camargo Pereira, 40 anos, ficou surpresa ao ser questionada sobre a possibilidade de o plebiscito não acontecer. "Eu não estava sabendo disto", diz. "De qualquer forma, não vou votar. Não acredito

Resultado deve sair às 20 horas de domingo

que a emancipação ou não de Tamarana irá resolver alguma coisa". Luciana Gomes Ferreira, 19 anos, dona-de-casa, também não vai votar e desconhece a liminar. "Para mim tanto faz", afirma Luciana.

O juiz eleitoral João Jaime Cassoli fez uma reunião ontem à tarde, no Fórum, com os presidentes de mesa, mesários e escrutinadores que trabalharão no plebiscito. Todo o material a ser utilizado também foi entregue ontem. Cassoli explicou que 12 urnas estarão à disposição dos eleitores, sendo 10 no Colégio Osvaldo Palhares (área central) e dois no interior do distrito.

A eleição será realizada das 8 às 17 horas e a apuração está prevista para ter início às 18h30. João Jaime Cassoli acredita que o resultado sairá por volta das 20 horas. Quatro juizes serão responsáveis pela eleição.



Indecisos

Operários da indústria Tamarana Metais, 'inaugurada' ontem: dúvidas quanto à emancipação

Reforço

Contrários aplaudem nova fábrica

Érika Pellegrini

A inauguração da indústria Tamarana Metais, ontem de manhã, no distrito de Tamarana, foi considerada pelos membros da comissão do sim, favorável à emancipação, uma estratégia política do prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida. "Esta fábrica já está funcionando há 20 dias. Podia ser inaugurada em qualquer data. Porque escolheram logo as vésperas do plebiscito?", questiona o comerciante Juhad Weibe Al Charar.

Com banda e presença de autoridades - além do prefeito, estava lá o presidente da Codel, Abílio Medeiros - a solenidade não contou com a presença de moradores. A comissão do não compareceu em peso e festejou a chegada da nova indústria com muitas palmas. Da comissão

do sim, apenas dois integrantes.

Um grupo de operários da indústria assistiu à inauguração afastado do clima de expectativa em relação ao plebiscito, que estava presente durante toda a solenidade. Eles preferiram não tomar partido. "Nós ainda não decidimos se somos a favor ou contra a emancipação", afirmou um deles.

"A implantação da Tamarana Metais é muito positiva para a cidade. Só questionamos a sua inauguração nas vésperas do plebiscito", afirma Ademir Ferreira, membro da comissão do sim. "O prefeito Cheida está jogando duro para que Tamarana não se emancipe. Colocou hoje operários fazendo o moleamento de ruas, montando parque infantil, urbanizando praça", afirma Ademir. "As promessas do meu tempo atrás estão sendo cumpridas de atropelo,

no momento em que decidimos a emancipação do distrito".

Cheida afirma que o município não tem nada a ver com a data da inauguração. "Isso é decidido pelos proprietários da indústria", alega. "Mas é claro que aqueles que são inteligentes e pensam, vão perceber que só um município rico, coeso e politicamente forte é capaz de atrair investimentos de porte", argumenta o prefeito. "Duvido que Tamarana sozinha, com 10 mil habitantes, fosse capaz de conseguir a vinda da Tamarana Metais", ele complementa.

Luiz Carlos André, um dos sócios da Tamarana Metais, diz que a inauguração da indústria nas vésperas do plebiscito foi apenas uma coincidência. "Com certeza esta coincidência seria adiada se não fosse a favor da emancipação", afirma um dos moradores, que preferiu não se identificar.

Fonte: Folha de Londrina, 24/11/1995

De acordo com a reportagem do jornal Folha de Londrina (24/11/1995), "a inauguração da indústria Tamarana Metais, ontem de manhã, no distrito de Tamarana, foi considerada pelos membros da comissão do SIM, favorável à emancipação, uma estratégia política do prefeito de Londrina, Eduardo Cheida". Segundo o jornal, a população não participou do evento.

Com banda e presença de autoridades - além do prefeito, estava lá o presidente da Codel, Abílio Medeiros - a solenidade não contou com a presença de moradores. A comissão do NÃO compareceu em peso e festejou a chegada da nova indústria com muitas palmas. Da comissão do SIM, apenas dois integrantes (FOLHA DE LONDRINA, 24/11/1995).

Além da inauguração da Tamarana Metais, sem dúvida de grande importância, como ainda hoje é, pois oferece cento e dezesseis vagas de emprego para os habitantes tamaranenses, no dia de sua inauguração o prefeito Luiz Eduardo Cheida também disponibilizou os operários da prefeitura londrinense para fazer reparos nas ruas, montar parque infantil e melhorar o aspecto visual de abandono da praça distrital. Esses aspectos faziam a comissão do SIM indagar, e até mesmo afirmar, que essas obras estavam sendo feitas dias antes do plebiscito em Tamarana a fim de convencer a população a não se desligar do município de Londrina.

Mesmo com acusações, inimizades, rivalidades, brigas em Assembleia Legislativa e divisão da população sobre ser dependente ou tornar-se independente do município de Londrina, o plebiscito marcado para o dia vinte e seis de novembro do ano de 1995 aconteceu, de forma pacata e sem ocorrências graves por ambas as partes. De acordo com a publicação do jornal Folha de Londrina (27/11/1995), “dos 3.784 eleitores que foram às urnas, 2.012 votaram “SIM” à emancipação e 1.608 votaram “NÃO”. Foram registrados ainda 100 votos em branco, 64 nulos e 103 abstenções” (Figura 8).

Figura 8: Tamarana decide pela emancipação

6 - Folha de Londrina

PARANA

Segunda-feira, 27 de novembro de 1995

Plebiscito

Tamarana decide pela emancipação

Dos 3.784 eleitores de Tamarana, 2.012 votaram pelo "sim"; o distrito de Ariranha também decidiu emancipar-se

Da Redação

Os simpatizantes da ideia do Distrito Rural de Tamarana - o maior de Londrina e do Paraná - se tornar município, receberam com rojões, fogos de artifício e muita batucada o resultado oficial da apuração dos votos do plebiscito, realizado ontem. Dos 3.784 eleitores que foram às urnas, 2.012 votaram "sim" à emancipação e 1.608 disseram não. Foram registrados ainda 100 votos em branco, 64 nulos e 103 abstenções.

O deputado Orlando Pessuti (PMDB) declarou que pretende entrar ainda hoje com o projeto de lei na Assembleia Legislativa, criando o município de Tamarana. Segundo ele, o projeto passaria pela Comissão de Justiça da AL, para análise e poderá entrar em plenário já na quarta-feira.

"O projeto tem que ser aprovado, sancionado pelo governador e publicado no Diário Oficial até dia 31 de dezembro, para que as eleições possam ser viabilizadas em '96", justificou Pessuti.

O deputado acrescentou que, tão logo o juiz eleitoral, João Jaime Cassoli, encaminhe a ata geral do resultado do plebiscito ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral), a homologação pode sair no mesmo dia.

O juiz eleitoral João Jaime Cassoli adiantou que a ata pode ser encaminhada ainda hoje ao Tribunal, uma vez que não houve impugnações de votos. Mas o resultado ele pretendia transmitir, por telefone, ainda ontem aos membros do TRE.

O deputado Orlando Pessuti está otimista com relação à aprovação do projeto pela AL. Ele disse que há um acordo entre os deputados, prevendo que não seja aprovado nenhum novo processo de criação de municípios. O processo de Tamarana foi iniciado em '92, por iniciativa de Pessuti e do ex-deputado estadual, Se-

verino Félix.

Apesar do clima tenso e ameaças de conflito entre as facções do "sim" e do "não" verificados nos últimos dias, o domingo do plebiscito em Tamarana transcorreu tranquilamente. O juiz Cassoli, temendo conflitos, havia solicitado um grande contingente das polícias Civil, Militar e Federal para garantir o processo - 30 policiais militares e nove civis. Nenhuma ocorrência foi registrada.

Cerca de uma hora antes das seções abrirem, os moradores do distrito já começaram a formar filas diante da Escola Municipal de 1º Grau Dr. Osvaldo Palhares, o único local de votação da zona urbana reunindo 10 seções de votação.

Embora a boca de urna, distribuição de santinhos e uso de camisetas com propaganda eleitoral tenham sido proibidos, a 100 metros do colégio, em frente à

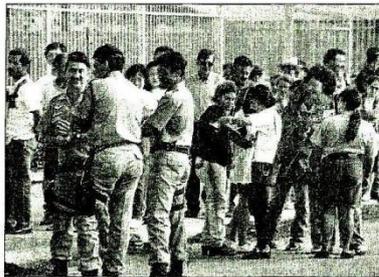
Os moradores de Rio Branco do Ivaí também foram às urnas ontem

Os moradores de Rio Branco do Ivaí também foram às urnas ontem. O distrito, que amanheceu limpo, logo apresentava o aspecto típico de eleições: muito papel jogado nas ruas e muita conversa nas esquinas.

Também os Distritos Rurais de Ariranha, pertencente à Ivaiporã, e Rio Branco do Ivaí, pertencente à Grandes Rios - na região centro-norte do Paraná - realizaram plebiscito ontem. Em Ariranha, os eleitores decidiram pela emancipação por 826 votos, contra 305 votos contrários.

Em Rio Branco, a apuração não havia terminado até o fechamento da edição. Até às 21 horas, 80% dos votos haviam sido apurados e o "sim" estava na frente, com 70% de vantagem. Com o desmembramento de Ariranha, Ivaiporã perde, somente este ano, 40% de sua área territorial.

(Telma Elorza, Pedro Liveratti, Bonê Bianchi, Maurício Borges)



Em paz

Longa fila de eleitores formou-se ontem de manhã na escola municipal Osvaldo Palhares (alto). Eleição transcorreu tranquila e policiais tiveram pouco a fazer

Juiz elogia 'banho de democracia'

Da Redação

misetas alusivas, gritavam e cantavam em apoio a cada candidato. poder de fogo na cidade, o "não" venceu por uma margem estreita.

Fonte: Folha de Londrina, 27/11/1995

A notícia destaca que a boca de urna aconteceu longe do colégio eleitoral e não houve prisões ou brigas. Mesmo com a vitória no plebiscito, Tamarana só poderia realizar sua primeira eleição para prefeito no ano de 1996 e seu primeiro prefeito assumiria o cargo no ano de 1997. Mas, para que isso ocorresse, era necessário ser votada na Câmara dos Deputados, ainda no ano de 1995, a aprovação do projeto que cria o município de Tamarana.

De olho nesse projeto de aprovação da lei de criação do município estava novamente o deputado Orlando Pessuti, que pretendia com urgência entrar com o pedido de aprovação da lei, a fim de acelerar o processo burocrático para que

pudessem ocorrer as eleições para prefeito e vereadores ainda no ano de 1996, assumindo, assim, o comando do novo município em 1997.

O prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida, publicou um artigo com sua opinião no Jornal de Londrina (28/11/95), sua frase final foi usada como título deste capítulo: “Tamarana emancipada: quem ganhou só o tempo dirá”. Cheida argumenta que, mesmo contrário à emancipação, a população deveria estar feliz, já que decidiu se desmembrar de Londrina por meio das urnas. Segundo ele, sua preocupação se dá pelo alto investimento que Londrina fez no distrito nos últimos três anos e, caso Tamarana não tivesse bons resultados administrativos, quem sofreria seria a população mais desfavorecida.

O prefeito também apontou que investiu em bons programas sociais para Tamarana, o que seria difícil de ser contemplado pela futura administração, por ser um município recém-formado em que as contas seriam altas para arcar com todas as despesas da máquina administrativa. Cheida argumentava:

Quem ganha com isso talvez sejam os que idealizaram programas melhores do que os que implantamos. Desejo que isso seja possível. Caso não seja, crianças em idade escolar, doentes, pequenos agricultores, índios, bóias-frias e toda a gente mais humilde e desfavorecida pela sorte é que sofrerá.
Tamarana emancipada: quem ganhou só o tempo dirá. (CHEIDA, 28/11/1995).

À parte isso, a criação do município se deu com sanção do então governador do estado do Paraná, Jaime Lerner, por meio da Lei nº 11.224, de 13 de dezembro de 1995, com a seguinte descrição:

Art. 1º. Cria o Município de Tamarana, desmembrado do Município de Londrina, com os seguintes limites e confrontações:
Com o Município de Londrina:
Inicia na foz do Rio Santa Cruz no Rio Apucarantina, desce por este até a foz do Córrego Faustino e por este até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido Nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Moraes; desce por este até a sua foz no Rio Apucarantina e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi.
Com o Município de São Jerônimo da Serra:
Começa na foz do Rio Apucarantina no Rio Tibagi, segue por este até a foz do Rio Apucarana.
Com o Município de Ortigueira:
Começa no Rio Tibagi na foz do Rio Apucarana, sobe por este até a sua confluência com o Rio Preto, segue por este até sua confluência com o Rio do Meio.

Com o Município de Mauá da Serra:

Começa na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue pelo Rio do Meio até a foz do Arroio Queimado, sobe por este até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Valêncio, por este até a sua foz no Rio Apucarantina, desce por este até encontrar a Estrada Lagoa-Mauá.

Com o Município de Marilândia do Sul

Inicia no encontro da estrada Lagoa-Mauá com o Rio Apucarantina, desce por este até encontrar a foz do Rio Santa Cruz no Rio Apucarantina, ponto inicial e final.

Perímetro urbano

Principia no afluyente do Ribeirão dos Moraes, que cruza a Avenida 19 de Dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rio Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela Divisa Leste do Lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela Estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida (PARANÁ, 13/12/1995).

Com a emancipação de Tamarana concretizada, novas instabilidades começaram a surgir no município. Os duzentos e quarenta e seis funcionários públicos do município de Londrina, lotados em Tamarana, estavam apreensivos com o novo futuro do município, portanto iniciaram os processos de pedido de remoção para o município de Londrina ou então para os distritos mais próximos.

Um dos primeiros setores a se decidir pela remoção foi o setor educacional, sendo que já escolheriam o novo destino de trabalho no mês de janeiro do ano de 1996 e, de acordo com o jornal Folha de Londrina (09/01/1996), “os aproximadamente 50 funcionários do setor de educação do distrito de Tamarana deverão ser removidos para a sede do município”.

Todo o processo de remoção dos servidores públicos teve apoio do Sindicato dos Servidores de Londrina – SINDSERV. Os funcionários se detinham em duas opções: pedir remoção ou continuar a carreira pública, porém, pela nova administração de Tamarana, um dos argumentos do SINDSERV consistia em:

Os servidores acreditam que o futuro município não terá condições de oferecer infra-estrutura necessária para que a qualidade dos serviços prestados à população seja mantida nos patamares atuais. Além disso, o presidente do sindicato observa que quem optar por permanecer em Tamarana terá de prestar um novo concurso na prefeitura (FOLHA DE LONDRINA, 09/01/1996).

Outro problema que veio junto à emancipação foi o ressentimento por muitos habitantes do novo município. A publicação do jornal Folha de Londrina

(16/01/1996), pela jornalista Érika Pelegrino, explicita bem essa nova situação: famílias romperam relações, amizades antigas foram desfeitas, a guerra pela emancipação deixou uma amarga herança para a cidade.

Muitos comerciantes defensores ou não da emancipação sofreram com a revolta de seus clientes, pois vários não voltaram mais a comprar em determinados mercados ou mesmo nos depósitos de materiais de construção, gerando, além da amizade desfeita, prejuízos. Tamarana estava vivendo uma nova fase, a fase de adaptação de seus moradores com o novo futuro sendo imaginado, entretanto muitos habitantes foram embora, transferiram seus títulos eleitorais para Londrina e cortaram relações com muitos amigos ou mesmo familiares.

Nos bares e nas praças correm histórias na cidade de que irmão não fala mais com irmão e de que até mesmo na missa de domingo as turmas do 'SIM' e a do 'NÃO' fazem questão de se manter separadas: cada uma de um lado da igreja. O padre Piero afirma que não verificou isto nas missas, mas confirma que, de fato, muitas inimizades foram criadas por conta da emancipação (PELEGRINO, 16/01/1996).

Ao buscar o trajeto da história pelo recorte selecionado, deparamo-nos com as marcas ainda existentes na cidade. São marcas que resistem nos muros, nas placas colocadas em portões, nas camisetas, nas faixas e nas lembranças das pessoas. Portanto, esse movimento de ouvir as pessoas que narram suas lembranças sobre o período que marcou a população de Tamarana é importante para contar as tantas histórias presentes nesse processo.

Enfim, subjetivamente, não é a data da emancipação que faz Tamarana existir enquanto município. Quem nasce em Tamarana é, e sempre foi, tamaranense, mesmo quando ainda era distrito de Londrina. Interessante pensar sobre essas questões, mas isso já seria uma nova pesquisa.

CAPÍTULO 3

A BUSCA DE APOIO A FAVOR OU NÃO DA EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE TAMARANA: OS PLEBISCITOS DE 1991 E 1995

Emancipar-se ou não era o assunto que não saía do cotidiano dos habitantes do então distrito de Tamarana no período compreendido entre 1991 e 1995, e gerava uma busca por apoio da população que acabava por desencadear várias ações no dia a dia do distrito.

No capítulo anterior, tendo os jornais como fonte de pesquisa, verificamos que as lideranças do SIM e do NÃO recebiam destaque nas reportagens devido às atitudes de enfrentamento para defesa de seus ideais sobre a emancipação de Tamarana.

Neste capítulo, ampliamos a análise sobre o fato em estudo utilizando como fonte de pesquisa as entrevistas junto a seis habitantes de Tamarana²⁰. Optamos por entrevistar as lideranças, citadas nas reportagens, e outros quatro habitantes do município de Tamarana que vivenciaram o processo de emancipação, sendo um deles indígena.

De todas as entrevistas, uma foi realizada no mês de outubro de 2014 e as demais no decorrer do ano de 2015. É importante destacar que todas as entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados²¹, seguindo um modelo estruturado, mas com abertura para que novas informações pudessem ser usadas para esta pesquisa.

3.1 A POLARIZAÇÃO ENTRE O SIM E O NÃO: O QUE NOS DIZEM OS HABITANTES DE TAMARANA

Nas reportagens analisadas, o nome do líder emancipacionista Ademir Ferreira é recorrentemente encontrado. Ademir Ferreira nasceu no distrito de Tamarana no ano de 1961, é formado em Direito e, atualmente, trabalha no ramo de

²⁰ Nosso propósito era entrevistar oito pessoas, sendo duas envolvidas diretamente no processo, como líderes favoráveis ou contrários ao feito; quatro pessoas envolvidas indiretamente no processo e dois representantes indígenas, porém, com a negativa das pessoas quando solicitadas suas colaborações, reduzimos o número de entrevistados para 6 habitantes.

²¹ Para a redação apresentada na defesa desta dissertação, optamos por identificar os nomes dos entrevistados após a defesa. Para a redação final do trabalho, buscaremos conferir se os habitantes entrevistados querem ou não ser identificados ou optar pela criação de nomes fictícios.

vendas imobiliárias. Exerceu o cargo de vereador pelo município tamaranense na primeira gestão política após a emancipação (1997 - 2000).

Na entrevista, Ferreira (2015) relata que um dos apontamentos para o início do movimento que, posteriormente, culminaria com o processo do plebiscito no qual se decidiu pela emancipação de Tamarana, era o abandono no qual se encontrava o distrito. No ano de 1988, na eleição para prefeito de Londrina, as discussões sobre o descaso administrativo por parte do município de Londrina ficaram mais acirradas e, nas palavras de Ferreira, “nós vimos que era o momento de emancipar Tamarana exatamente pelo abandono”.

As alegações de abandono estavam voltadas, principalmente, para a situação de manutenção das estradas da zona rural, o que afetava diretamente as oportunidades de crescimento econômico do distrito. Aliava-se a esse problema a falta de planejamento e autonomia do subprefeito para resolver as questões locais. Ele necessitava se deslocar constantemente para Londrina em busca do aval da prefeitura para dar solução a casos emergenciais gerando, segundo o entrevistado, morosidade na administração.

Embora alegasse o abandono vivenciado por Tamarana, Ferreira também destaca que a relação administrativa entre o distrito e o município nem sempre foi marcada pelo abandono. Indica que, na administração do ex-prefeito Wilson Moreira (1983-1988), era frequente a parceria entre distrito e município e as reivindicações da população eram atendidas.

Nós só tivemos um período em que a população estava de acordo [com a gestão], quando foi prefeito o Wilson Moreira. Na gestão de Belinati, era abandono total na zona rural. Na gestão do Cheida também. E a zona rural era muito extensa, a cidade [o distrito] necessitava de muitas coisas. Tinha que recorrer a Londrina. O subprefeito ou administrador distrital não tinha autonomia (FERREIRA, 2015).

No mesmo sentido, elogiando a gestão de Wilson Moreira e explicando um pouco mais sobre essa época, temos um dos líderes do movimento contra a emancipação, Jair Ramos. Esse habitante é natural da cidade de Rolândia, nascido no ano de 1954 e hoje funcionário público aposentado, residente em Tamarana desde o ano de 1960.

Tamarana ainda era distrito, um distrito bom e dependia muito da administração [de Londrina]. Por exemplo, na administração de Wilson Moreira, Tamarana era muito bem atendida, mas passaram outros prefeitos e, às vezes, [Tamarana] não era bem atendida, porque era muito distante da sede (RAMOS, 2014).

Podemos observar que a distância territorial entre Tamarana e Londrina era um fator que provocava empecilho nas ações administrativas e tal situação é destacada por aqueles que apoiaram o processo emancipatório e pelos que foram contrários.

O ex-prefeito de Londrina, Wilson Moreira, é também citado por outro habitante de Tamarana entrevistado e que participou nos plebiscitos de 1991 e 1995, sendo contrário à emancipação. Francisco da Cruz Gallo nasceu no município de Londrina no ano de 1961 e hoje é aposentado: “no passado, o Wilson Moreira vinha direto em Tamarana, eu me lembro de ele sempre estar aqui visitando Tamarana”.

Entretanto, Francisco Gallo enfatiza que outros prefeitos também visitavam, ainda que mais esporadicamente, o distrito de Tamarana. É fato que tais visitas aconteciam principalmente quando havia algo para ser inaugurado no distrito.

A atuação positiva do ex-prefeito de Londrina, Wilson Moreira, quanto às questões relacionadas ao distrito de Tamarana, não é consenso entre os entrevistados. Maria Claudete de Carvalho Mantovan, nascida em Tamarana no ano de 1961 e também hoje aposentada, apresenta outra análise a respeito. Contrária à emancipação, a moradora aponta que Wilson Moreira não fazia tantas ações a favor de Tamarana e cita o ex-prefeito Antônio Belinatti, afirmando que “ele era adorado em Tamarana e acho que em todo o lugar”.

Antonina de Oliveira Freitas, nascida no estado da Bahia no ano de 1941, hoje aposentada, argumenta que era chegada a hora de pensar e buscar a emancipação administrativa de Tamarana, porque havia um monopólio dos servidores públicos municipais londrinenses que não permitiam chances de empregos para os habitantes de Tamarana. Na área da educação, por exemplo, ela cita que um habitante local não conseguiria dar aulas em Tamarana, isso porque havia o monopólio dos professores de Londrina no distrito. Para ela, o movimento favorável à emancipação foi uma tentativa de modificar essa situação.

Com base na afirmativa acima realizada por dona Antonina Freitas (2015), podemos concluir que não houve apenas uma causa, como citada anteriormente referindo-se ao abandono de Tamarana, mas também outras que não

ganharam tanto destaque, daí nosso olhar para a importância de ouvir as pessoas sobre o período da emancipação.

Na procura por entender como se deu o início das discussões em do fato aqui estudado, em todas as entrevistas buscamos analisar como foram os primeiros movimentos em torno do processo e como se chegou à polarização entre os grupos do SIM e do NÃO.

Um marco inicial para o processo que culminou com a emancipação de Tamarana no ano de 1995 pode ser identificado nas eleições municipais do ano de 1988, quando se ampliaram as alegações dos problemas vivenciados pelo distrito, como a distância entre Londrina e Tamarana e o abandono das administrações responsáveis, temáticas já abordadas neste texto.

De acordo com Ferreira (2015), iniciar o movimento de emancipação foi uma atitude que partiu dele e também de Renato Araújo que, por vezes, representou o distrito de Tamarana na Câmara Municipal de Londrina como vereador. Para Ferreira, primeiramente, Renato Araújo era favorável à emancipação e depois mudou de posição passando a ser contrário ao movimento que, em suas palavras: “foi criando corpo, começamos com vinte e poucas pessoas, depois chegamos à reunião com cem, cento e cinquenta pessoas”.

Para Francisco da Cruz Gallo (2015), enquanto o grupo SIM reivindicava a emancipação alegando que Tamarana “tinha condições de viver sozinha, sem pertencer à Londrina” e afirmando que havia dinheiro e onde realizar a busca por novos recursos para o município, o grupo NÃO “considerava que estava normal, que tudo estava dentro dos conformes, dentro da normalidade”, não havendo, dessa forma, motivos para almejar e buscar a emancipação política.

O que se constata é que vários motivos são citados como argumentos para a desvinculação administrativa de Londrina, questões no âmbito administrativo, políticos e pessoais. Com isso, as divergências vão acirrando uma rivalidade entre os grupos.

Verifica-se também que não há, no início do movimento, uma significativa participação popular em torno do assunto. No entanto, com a polarização, cada grupo inicia uma busca de apoio junto à população. O envolvimento de um maior número de habitantes em torno do debate exigiu que cada lado buscasse dados capazes de comprovar, ou não, a viabilidade da emancipação.

Nós buscávamos pesquisar na prefeitura, ver quanto era a arrecadação, procurávamos ver a questão da saúde, por exemplo. Tem até um episódio curioso: nós conseguimos dados do hospital de Tamarana e o Edson Siena batia que se Tamarana fosse emancipada o município daria conta de manutenção do hospital. Foi só ele assumir a prefeitura que deu a mão à palmatória, alegando que não dava. Porque o hospital, acho, recebia doze mil reais na época. Era um real por habitante, em torno de onze mil reais do SUS. E ele falava para nós que o hospital naquela época já gastava mais de trinta mil reais por mês, quando de sua posse em 1997. Esses dados nós havíamos colocado nos dois plebiscitos, mas como eles queriam a emancipação, eles contestavam (RAMOS, 2014).

De acordo com Ferreira (2015), o mal estar entre o SIM e o NÃO foi ampliado após os contrários apelarem para a ideia de falta de dinheiro para manutenção da máquina pública após a possível transição de distrito para município. Esse argumento, inferimos, causava insegurança na população em geral, pois se colocava em risco a manutenção das escolas, dos hospitais, enfim, dos poucos recursos que o então distrito dispunha.

Tratava-se, portanto, de um argumento que fragilizava o discurso em prol da desvinculação de Londrina, pois, como já relatado, a maioria da população não se envolveu desde o início com essa ideia. Quando a questão atinge os serviços públicos e, na eminência de melhoria ou problemas quanto a tais serviços, é que se identifica o envolvimento maior dos habitantes do então distrito de Tamarana em torno das discussões sobre emancipar-se ou não.

Para Ademir, os movimentos em torno dos grupos SIM e NÃO representavam uma verdadeira batalha.

Ficou batalha porque ficou bem dividido. Ficou meio a meio, então era pior que uma eleição, nós fazíamos as reuniões em todos os bares, em todos os assentamentos e eles também iam. Nós íamos com as propostas pela emancipação em uma semana, e eles iam com a proposta contra (FERREIRA, 2015).

Antonina de Oliveira Freitas (2015) relata que havia muitos insultos entre os habitantes que se posicionavam de um ou outro lado. Para a moradora, foi um período triste, “foi triste. Um insultava o outro; um insultava e o outro insultava; deu briga; deu tudo”. Essa situação é também relatada por Maria Mantovan (2015) ao dizer que a disputa acirrada entre as lideranças acabou mesmo por gerar um mal estar no

distrito de Tamarana. De acordo com ela, “criou-se uma separação com quem era do NÃO. Começou por aí, já não se dava bom dia para quem era do SIM”.

O argumento mais usado pelo lado contrário à emancipação era o alto gasto de uma máquina pública recém-criada. Embora se tratasse de um município pequeno, alegava-se que os gastos seriam altos e trariam prejuízos a toda a população.

Na verdade, na época nós tínhamos uma visão assim: se você pertencia a uma cidade como Londrina, você tinha vantagens; não conseguíamos enxergar algumas coisas, apesar de pesquisar muito na época. Tinha município que não ia bem, por exemplo, lembro bem de Marilândia que pesquisamos. Mas, na verdade, a condição era outra: esse município tinha uma emancipação política muito antiga [...] nós tínhamos muito medo, por exemplo, da educação que cairia o nível; tínhamos medo da saúde que poderia cair também; estradas nós não tínhamos grande conhecimento para dizer se estávamos certos ou errados (RAMOS, 2014).

Na defesa das ideias favorável e contrária à emancipação, os grupos adentraram em uma campanha acirrada e as ruas do distrito foram tomadas por panfletos, faixas, placas nas portas de casas e habitantes paramentados com camisetas e bonés.

O conflito entre os simpatizantes do SIM e do NÃO afetou diretamente a população e deixou marcas até hoje. Qualquer debate em torno de questões políticas requer a defesa de ideias, o que implica ouvir o outro. Concordar ou discordar das ideias postas é uma ação presente em uma democracia. Podemos constatar que, ainda de forma incipiente, houve uma vivência democrática no processo de emancipação política de Tamarana.

Francisco da Cruz Gallo afirma que todos os materiais usados pelos grupos eram respeitados pelos seus adversários, mas, segundo ele, “na noite da virada para fazer a eleição [plebiscito], que a gente foi fazer a panfletagem na rua, o SIM acho que estava sem material e começou a varrer a rua [risos]”. É possível observar certo tom de ironia referente ao assunto, o que ainda hoje causa incômodo entre os envolvidos mais diretamente no processo.

Nessa perspectiva de conflitos, Gallo ainda elenca que, durante o processo de emancipação, tanto no primeiro quanto no segundo plebiscito tiveram pessoas que ficaram revoltadas com o posicionamento assumido por outros e amizades foram desfeitas, situação que persiste até hoje. Ele relata que, após o

resultado, o “pessoal ficou revoltado, os que faziam compras aqui preferiram comprar em Londrina”.

Já Ferreira (2015) relata que, quando o resultado do plebiscito do ano de 1991 foi anunciado e verificou-se a preferência da população pela não emancipação de Tamarana, os partidários da emancipação ficaram “como se um houvesse ocorrido um acidente que tivesse perdido um monte de gente”. Embora decepcionados, logo iniciaram um novo movimento em busca da emancipação.

[...] começamos uma reunião em casa e falamos vamos “pro pau”? Vamos. Na outra semana já estava em Curitiba. Não estagnou, não. Foi uma luta grande também “pra caramba”, três anos, mais três anos, ficava indo no eleitorado todo dia (FERREIRA, 2015).

Já para a liderança contrária, o fato de o NÃO ter vencido em 1991 deveria fazer com que Londrina desse mais atenção a Tamarana, pois “nenhum distrito tinha um olhar tão bom para questão do atendimento igual Tamarana, e o pessoal ficou na expectativa de que melhorasse mais ainda, e isso não aconteceu” (RAMOS, 2014). Podemos perceber que a vitória do NÃO em 1991 criou expectativas na população que, segundo o entrevistado, não foram atendidas. Tal fato fez com que crescesse ainda mais o movimento em prol da emancipação nos anos seguintes.

Devido a esse cenário, a vitória de 1995 para o grupo favorável à emancipação era quase certa para Ramos (2014). Essa ideia não é compartilhada por Maria Claudete de Carvalho Mantovan (2015), que alega não entender até hoje como as pessoas mudaram de ideia e o SIM venceu em 1995: “se o NÃO ganhou na primeira, pela lógica deveria ganhar na segunda também”.

Ferreira (2015) tinha confiança na vitória do SIM no segundo plebiscito. Para justificar a sua confiança, explica que sabia da vitória “porque a gente andou muito, a gente visitou mais de trinta municípios recém-emancipados e tinha dados”. Por outro lado, pondera que o medo de perder o segundo plebiscito existia: “como perdemos o primeiro, mas é um jogo, emancipação é um jogo, é isso”. Ainda de acordo com a fala de Ferreira sobre a emancipação ser um jogo, falta, então, saber quantos habitantes cada lado trouxe para o tabuleiro.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NOS PLEBISCITOS DE 1991 E 1995

A Reserva Indígena Apucarantina está situada na zona rural do município de Tamarana. Até o ano de 2012 estava vinculada ao município de Londrina e, atualmente, vincula-se ao município de Tamarana.

Para entender a participação da comunidade indígena nos plebiscitos dos anos de 1991 e 1995, deslocamo-nos para a Reserva Indígena para entrevistar dois indígenas que vivenciaram e votaram nos plebiscitos que pleiteavam a emancipação. O cacique da reserva nos atendeu e, com olhar suspeito, perguntou se era a atual administração da Prefeitura de Tamarana que havia solicitado a pesquisa. Rapidamente, esclarecemos que a pesquisa não tinha nenhuma relação com a atual administração de Tamarana e que se tratava de uma pesquisa que intentava compreender como um fato político marcante no município tem sido ensinado nas escolas, na disciplina de História dos Anos Iniciais.

Após toda essa explicativa, solicitamos a autorização para entrevistar dois indivíduos partícipes do movimento de emancipação. O pedido foi negado pelo cacique, afirmando que nenhum indígena gostaria de falar nada para a Prefeitura de Tamarana.

Depois de uma longa conversa e muita insistência, ele autorizou que apenas um indígena fosse entrevistado, o cacique da época, e quando este mandasse parar a entrevista, deveria ser cessada. Lourival de Oliveira nasceu na Reserva Indígena Apucarantina no ano de 1956, tendo sido cacique da Reserva e, na época da emancipação de Tamarana, ocupava o cargo de Presidente do Conselho Indígena Estadual do Paraná.

É importante registrar que não há nas reportagens dos jornais analisadas no capítulo anterior qualquer referência sobre a participação indígena nos processos de emancipação de Tamarana.

Ferreira (2015), ao ser indagado sobre a participação dos índios no movimento emancipatório, diz que:

Em noventa e cinco participaram, mas os índios são um dilema, porque nós fizemos campanha lá várias vezes, eles usavam tudo, camisetinha do SIM e tal, depois acabaram transferindo o título para Londrina, pouco índio participou.

Para Jair Ramos (2014), buscar o apoio indígena foi complicado durante o período de luta pela não emancipação. Segundo ele:

Eles pareciam contra, só que o que a gente pode entender é que acabavam votando muito errado, não sabiam votar e tinham dificuldade. O voto ainda era em cédula, em um X no SIM ou no NÃO e eles tinham dificuldade em votar. Depois foram para a Justiça no segundo plebiscito. Como Tamarana abrangia uma parte da Reserva, primeiro eles foram para a Assembleia Legislativa, fizeram um projeto de desmembrar a FUNAI [...]. Nós chegamos a fazer reuniões lá, pedimos autorização ao cacique.

Pelo que se nota, os indígenas eram vistos como indecisos pelos grupos SIM e NÃO, tendo em vista que, para o SIM, como afirmou Ferreira, até camiseta usavam, já para Ramos (2014) aconteciam reuniões lá, mas os indígenas não afirmavam se posicionar em um dos lados.

Gallo (2015) afirma que os indígenas participavam das reuniões, afirmando muitas vezes serem contrários à emancipação, embora não aceitassem adesivos nos carros e nada que fosse do tipo que apoiasse algum lado: “eles diziam para a gente que eram NÃO, mas não sei se eram realmente”.

Eles não adesivavam os carros deles, nada. Mas, quando a gente fazia reunião lá, eles aceitavam e diziam que eram NÃO, mas do mesmo lado, o pessoal do SIM quando ia lá, eles colocavam camisetas e ficavam felizes dizendo que os índios eram do SIM. O índio é meio difícil de você saber se eles realmente eram do NÃO ou se eram do SIM (GALLO, 2015).

As afirmativas de Maria Mantovan (2015) também ressaltam que os indígenas participaram do período de emancipação, de forma frequente, tanto em reuniões quanto em comícios. Ela afirma que eles eram contrários à emancipação por não quererem se desvincular de Londrina. Para a moradora, os indígenas participavam de forma “passiva, eles faziam volume, tinham a participação deles retórica em documentação, mas dizer que eles faziam barulho, isso não”.

Antonina Freitas de Oliveira (2015) relata de forma muito rápida que os indígenas tendiam mais a serem contrários à emancipação, para ela “eles eram mais para lado do não, queriam ficar lá por Londrina”.

Quando questionado ao próprio indígena sobre a participação dos integrantes da Reserva Apucarantina, ele afirma que ele e toda a reserva se

posicionaram contrários ao movimento de emancipação do distrito, isso porque, naquela época,

Nós éramos dominados pela administração de Londrina, nós éramos do município de Londrina, então não tinha como. Como Tamarana era distrito de Londrina, nós achamos que não tinha como manter a reserva no que precisasse, como saúde, educação, agricultura, casa e tudo, nós achávamos que ela [Tamarana] não podia dar tudo que Londrina dava pra nós, como hoje sempre tem acontecido. Toda vez nós fomos contra, em noventa e um, em noventa e cinco nós fomos contra também, mas municipalizou (OLIVEIRA, 2015).

Por sua fala, é possível notar claramente o posicionamento dos indígenas frente à temática emancipação. Ainda de acordo com Oliveira, os indígenas da Reserva Apucarantina se deslocaram com três ônibus para a cidade de Curitiba, para participar, na Assembleia Legislativa, das sessões sobre o assunto da emancipação e ainda ter contato direto com o presidente da Assembleia, buscando saber como ficaria a questão dos índios caso Tamarana fosse emancipada.

Fomos conversar com ele [presidente da Assembleia], parece que nós não podíamos, podia municipalizar, mas nós da reserva podíamos sair fora, certo, nós não íamos ficar por Tamarana, porque não ia manter, não iria sustentar o que nós precisássemos, porque é um município pequeno, um município que ia ser, pode ser, mas não ia ter tudo, tudo que nós precisamos e os índios precisam não ia ter, até naquela época a Reserva, tudo na reserva era Londrina, só que como hoje o índio tem direito de andar por qualquer lugar, liberdade, hoje nós pertencemos aos dois municípios (OLIVEIRA, 2015).

Por meio da fala transcrita acima, não há como afirmar que não houve participação dos indígenas durante o processo, ficando claro seu posicionamento perante o assunto e também clara a sua preocupação sobre o futuro que poderiam aguardar. Quando perguntado sobre como eram as abordagens dos grupos para buscar o apoio da Reserva Indígena, ele se detém apenas a comentar que tanto o grupo NÃO como SIM frequentavam a aldeia em busca de apoio, embora todos os indígenas tenham sido contra o movimento de emancipação. Ele também relata que recebiam argumentos da Prefeitura de Londrina sobre o que poderia acontecer caso ocorresse a emancipação.

Naquela época, o prefeito [de Londrina] era contra, ele falava pra nós que nós íamos ficar muito sofridos. Era o Antônio Belinatti, ele dizia

“olha, não digo nada, mas só vocês que importam, se Tamarana quer se municipalizar, vocês que sabem, mas eu acho que vocês vão sofrer muito com isso, vocês vão ver uma coisa que vocês precisam e não vão ter ali, porque o município pode ser criado, mas não vai ter tudo, a autonomia de poder exercer qualquer coisa pra vocês, aí sobre projeto, sobre arroz, vai ser só vereador mesmo, como posso dizer, não vão nem aprovar projetos para vocês” (OLIVEIRA, 2015).

Sendo assim, o fato de não quererem se desvincular do município de Londrina, junto aos argumentos que recebiam sobre a possível emancipação, fez com que os indígenas não abrissem mão de seus interesses, assim como emancipar ou não Tamarana também era envolto por interesses de ambos os grupos. Destaca-se, portanto, a decisão coletiva de toda a aldeia em apoiar a não emancipação do distrito de Tamarana.

Ao findar esse item, verificamos que, se por um lado há as afirmativas dos entrevistados que indicam uma forma ou outra sobre a participação dos indígenas junto ao movimento de emancipação, por outro há muita clareza quanto ao processo e ao posicionamento assumido por parte de Oliveira e de toda a aldeia sobre o assunto. Os jornais acabaram por excluir a participação dos índios no processo de emancipação de Tamarana, não lhes dando espaço para expor suas ideias a respeito da temática, já que também seriam afetados.

3.3 O DESEJO DE POCOS E A SEDUÇÃO DE MUITOS

Toda ação é movida por uma intenção, a intenção também é movida por um desejo. Emancipar Tamarana partiu de um desejo pessoal? No desenrolar das entrevistas, notórias foram as respostas ao afirmarem que sim.

O desejo de poucos pode ser confirmado no primeiro pleito, quando a população de Tamarana disse NÃO à emancipação. Nessa situação, fica nítido que não houve a concordância entre a maioria da população para que a emancipação ocorresse. Mas, já no segundo plebiscito, o que outrora era considerado desejo de poucos, foi ganhando a confiança da população.

O desejo de emancipação, que tem na figura de Ademir Ferreira seu principal articulador, foi pautado no desenvolvimento de Tamarana enquanto cidade.

A bandeira era o desenvolvimento, baseado naquilo que Londrina e os distritos têm, um só exemplo, até hoje não mudou nada nos distritos,

se Tamarana fosse um distrito, seria um distrito como Lerroville, Irerê, Paiquerê, Warta, que não mudou nada, não alterou nada. Tamarana alterou muito, qualquer um que veio aí vinte anos atrás e chega hoje em Tamarana vê. Então, a bandeira era o desenvolvimento da cidade, vê a dificuldade de ser atendido por Londrina, tinha até um mote que nós usávamos e eles [Grupo NÃO] também usavam ao contrário, então “Eu prefiro ser pobre e independente” e eles “Eu prefiro ser filho de mãe rica” (FERREIRA, 2015).

Mas, nem todos os entrevistados concordam com essa visão. Contrariando a visão de desenvolvimento de Ademir Ferreira, com o receio do que poderia acontecer com Tamarana ao se tornar município, consideravam a máxima que o novo causa medo.

Era um desejo de poucos. Poucos em relação aos muitos que não queriam. Porque os muitos que não queriam tinham medo e não sabiam em quem confiar. E os poucos que queriam, sabiam, tinham conhecimento da lei, tinham conhecimento político, tinham, é... Experiência política, sabiam como funcionavam as coisas (MANTOVAN, 2015).

Embora não cite o nome explícito de Ademir Ferreira e seus aliados, pode-se perceber que seus argumentos se direcionam diretamente a eles, que já conheciam as leis: Ferreira, por ter sido candidato em eleições por Londrina e quase ter sido vereador representando o distrito de Tamarana, e também os políticos Renato Araújo e Edson Siena, como dito anteriormente neste trabalho.

Sobre o interesse envolvido no processo de emancipação política, também temos o argumento de Jair Ramos (2014), citando que Ademir Ferreira era o cabeça do grupo SIM e que foram ganhando mais força com o destaque e a liderança de Ademir Ferreira, principalmente quando entra na disputa a favor da emancipação o também deputado estadual Orlando Pessuti. O líder contrário também enfatiza que era um desejo de poucas pessoas e, principalmente, das “que se candidataram para ser vereador ali [em Tamarana] e foram derrotados” (RAMOS, 2014).

Para Gallo (2015), a disputa pela emancipação “era meio a meio, porque a diferença na vitória deles era pequena, então era quase que igual”, já Antonina Oliveira Freitas (2015) contraria tal visão, já que para ela a emancipação “foi desejo de bastante gente, não foi só de uma pessoa”.

Podemos concluir que, de início, foi desejo de poucos, de um pequeno grupo que alegou melhorias para o então distrito de Tamarana. Durante a caminhada

em busca da população, no ano de 1991 era desejo de muitos a não emancipação, vista por meio da vitória do NÃO. No entanto, há uma reviravolta no segundo plebiscito e os que eram poucos conseguiram apoio de muitos. Buscar entender o que fez com que a população mudasse de ideia do primeiro para o segundo pleito da emancipação solicita mais tempo de análise, o que pode ser realizado em trabalhos futuros.

CAPÍTULO 4

A HISTÓRIA DA CIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: O CASO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA

Neste capítulo, encontra-se a análise do que se ensina sobre a história da cidade na disciplina de História das escolas municipais de Tamarana, com foco para a emancipação política do município.

As análises aqui realizadas foram construídas com base em dados coletados via aplicação de questionário às professoras²² de terceiro e quarto anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas três escolas municipais do município de Tamarana.

Ao aplicar o questionário às professoras dos Anos Iniciais de Tamarana, buscávamos saber o que elas ensinavam aos alunos e às alunas sobre a história do município, principalmente em relação à emancipação política, e quais materiais didáticos utilizavam nas aulas de História.

4.1 A COLETA DE DADOS

Como não encontramos materiais que abordassem o tema da emancipação política nas escolas e tal situação foi referendada pelas professoras logo nos primeiros contatos, optamos por construir a pesquisa recorrendo aos jornais²³ e realizando as entrevistas com moradores da cidade, para depois voltar à escola e buscar compreender o que se ensina sobre o assunto a partir de uma perspectiva mais ampla sobre o ensino da história da cidade.

Já que não foi possível realizar entrevistas com as docentes, optamos pela coleta de dados sobre o ensino de História e sobre o processo de emancipação do município por meio de aplicação de um questionário.

Esse questionário foi composto por cinco perguntas abertas e dividido em três partes: a primeira, com informações gerais sobre as professoras, referentes à idade, sexo, formação e atuação profissional; a segunda parte sobre o ensino de História na qual, para traçar um panorama sobre o que é ensinar História para essas

²² Ao analisar as devolutivas dos questionários, constatamos que todas as pessoas que responderam ao instrumento de coleta de dados eram do sexo feminino.

²³ Sobre a emancipação política e o uso dos jornais como fonte de pesquisa ver capítulo 2.

professoras, perguntamos se consideravam importante que os alunos aprendessem sobre sua história local e sobre a história da cidade, se conteúdos sobre a história de Tamarana e de sua emancipação política são temas das aulas de história e se os alunos realizavam reflexões e apontamentos sobre a cidade durante as aulas. A terceira e última parte foi composta de uma única pergunta sobre a dificuldade encontrada pelos docentes para trabalhar a história de Tamarana junto aos alunos.

Para a construção deste capítulo, nosso recorte foi a escola. A primeira intenção de coleta de dados foi pensada por meio de entrevistas com docentes da Rede Municipal de Educação local que, de início, aceitaram tal proposta, todavia, após a busca para a realização das entrevistas, deparamo-nos com o receio das professoras em falar sobre o assunto. As docentes se esquivavam, dizendo não saber o que poderiam responder, ou mesmo que tinham medo de ações que poderiam se desencadear após a concessão da conversa. Ficou nítido que, também nas escolas, falar sobre a emancipação política causa reverberações incômodas.

4.2 QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE ENSINAM HISTÓRIA PARA AS CRIANÇAS DE TAMARANA?

Tamarana possui três escolas de Ensino Fundamental, sendo duas escolas localizadas na região urbana e uma escola localizada na zona rural²⁴ do município e que atende alunos que moram a mais de trinta quilômetros do perímetro urbano. Todas as escolas possuem classes de primeiro ao quinto ano dos Anos Iniciais. O número de professores que trabalham nessas localidades de ensino perfaz um total de sessenta e cinco profissionais, dentre os quais alguns possuem apenas um vínculo empregatício de vinte horas semanais, e outros vínculo de quarenta horas semanais.

Além das escolas, o município possui um Centro Municipal de Educação Infantil (C.M.E.I) e auxilia um Centro de Educação Infantil filantrópico com o repasse de verba mensal para ajuda aos custeios necessários para o funcionamento dessa unidade de ensino.

No cargo de professores de Educação Infantil, Tamarana possui vinte e seis professores que, assim como os professores de Ensino Fundamental, alguns

²⁴ A Escola Rural Municipal Enes Barbosa está localizada entre os assentamentos Água da Prata e assentamento União Camponesa, ambos por estarem distantes mais de trinta quilômetros da sede do município. Contam também com o atendimento de um posto de saúde. (SILVA, 2007).

profissionais possuem dedicação de vinte horas e outros quarenta horas semanais de jornada de trabalho. Tanto o cargo de direção das escolas quanto do C.M.E.I são indicados pela Secretária de Educação, o que também acontece com os cargos de auxiliares de supervisão e orientação educacional.

No município, existem duas supervisoras pedagógicas nomeadas por concurso público que possuem jornada de vinte horas semanais e duas pedagogas que desempenham uma jornada de quarenta horas semanais de trabalho.

O cargo da Secretária Municipal de Educação, atualmente, é ocupado por uma professora do município, que conta com uma equipe de assessoramento pedagógico composto por três professoras, sendo elas responsáveis pelo atendimento à Educação Infantil, Ensino Fundamental, formação de professores e documentação junto ao Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

Os professores responsáveis pela educação no município possuem formação específica em Pedagogia ou formação em outra licenciatura acompanhada de formação inicial em magistério na modalidade normal. Em todas as escolas, há um professor regente responsável pelas disciplinas básicas curriculares do Ensino Fundamental²⁵, que é assessorado pela coordenação pedagógica, responsável pelo acompanhamento do aprendizado dos alunos e pela ação didática do professor.

Na busca pelas respostas sobre o ensino de História nas escolas municipais, aplicamos, no mês de setembro do ano de 2015, um total de quatorze questionários às professoras das turmas de terceiro e quarto anos nas três escolas municipais que Tamarana possui, dos quais obtivemos a devolutiva de doze questionários para a realização de análise. Trabalhamos, portanto com todas as escolas da cidade.

A opção por professoras que atuam no terceiro ano justifica-se porque, com base na análise dos três Projetos Políticos Pedagógicos das instituições, verificou-se que a história da cidade é tratada no terceiro ano dos Anos Iniciais. As professoras do quarto ano também foram convidadas a participar da pesquisa, porque já foram docentes em turmas de terceiro ano e trabalharam com a história de

²⁵ Compete a essas professoras o ensino das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

Tamarana, conhecendo a temática abordada sobre o município e os conteúdos que são ensinados.

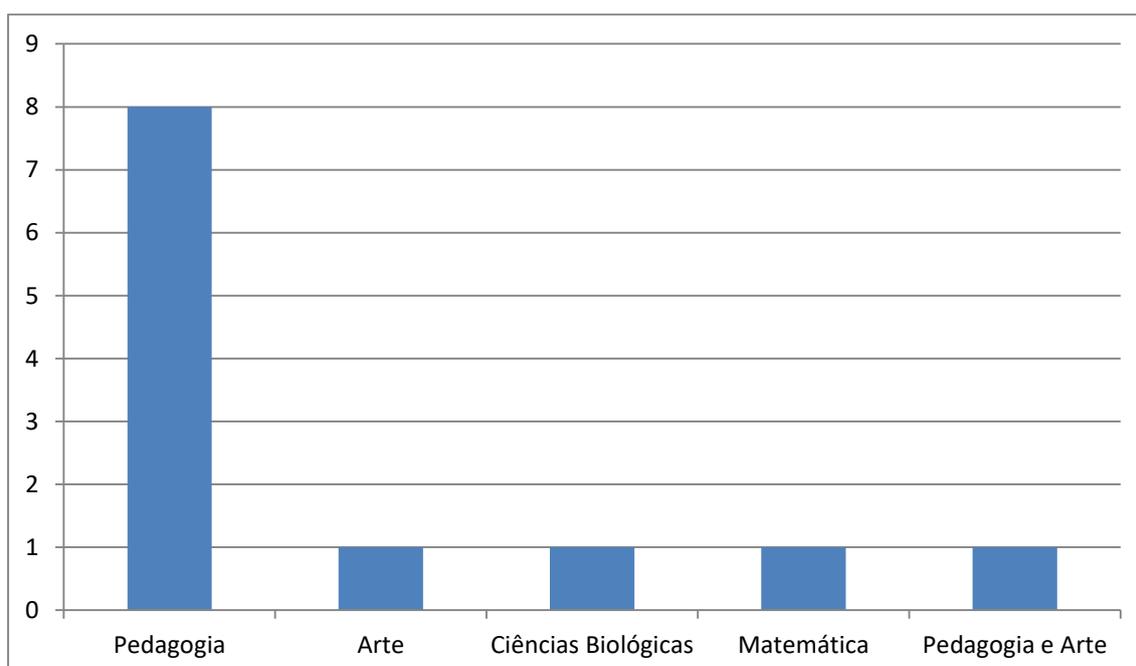
É importante destacar que o ensino sobre a história da cidade de Tamarana é um conteúdo que está presente em todos os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que o município possui. Tal conteúdo está inserido com maior ênfase nas classes de terceiro ano do Ensino Fundamental, embora sua exploração didática ocorra desde o primeiro ano em todas as unidades escolares.

Os questionários apontam que sete professoras exercem sua função na turma de terceiro ano, enquanto cinco professoras trabalham com a turma de quarto ano nos Anos Iniciais.

Como dito anteriormente, percebemos que 100% dos profissionais são de sexo feminino. Entre as idades, constata-se que 75% das professoras possuem entre 31 e 40 anos, 16,67% possuem idades entre 41 e 50 anos e 8,33% possuem idade entre 51 e 60 anos.

A formação das profissionais está assim distribuída: 100% possuem graduação. Já a pós-graduação em nível de especialização foi realizada por 75% das professoras elencadas.

Gráfico 1: Formação profissional das professoras em nível de graduação



Fonte: Professoras da Rede Municipal de Educação, Tamarana: 2015.

Quanto ao tempo de trabalho, as profissionais responsáveis pela docência nas turmas de terceiro e quarto anos das escolas pesquisadas indicaram possuir entre nove e dezoito anos de funcionalismo público municipal, conforme informa o gráfico a seguir.

Gráfico 2: Tempo de atuação no Magistério em Tamarana



Fonte: Professoras da Rede Municipal de Educação, Tamarana: 2015.

Um dado importante sobre o tempo de trabalho das professoras é que: as que possuem maior tempo de dedicação, ou seja, atuantes há dezoito anos na Prefeitura de Tamarana, são professoras do primeiro concurso realizado no ano de 1997 para preencher todos os cargos do município recém-criado. Hoje, predominam um total de vinte e cinco professoras que fazem parte do primeiro corpo docente criado no município.

4.3 QUE CONCEPÇÕES OS PROFESSORES POSSUEM SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA?

Ensinar História nos Anos Iniciais requer abordagens metodológicas e didáticas específicas para que tal ensino não se concretize apenas pelo uso do livro didático. A disciplina de História passou por várias transformações quanto ao que e como ensinar. No Brasil, por exemplo, no início de sua consolidação, a abordagem

histórica era ligada ao sagrado, à religiosidade, sendo pautada na formação moral cristã doutrinada pela Igreja. Conforme informa os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 2001), não se diferenciavam a religião e os ideais de moralismo do povo, permanecendo no período do Império o ensino religioso nas grades escolares, sem diferenciação entre Estado e Igreja.

Também tivemos no Brasil um período no qual a História ensinada nas escolas preconizava o amor à pátria, objetivando formar um cidadão patriota. Durante a Ditadura Militar, a disciplina de História passa a deixar de compor as grades curriculares de ensino, sendo substituída por disciplinas como a Educação Moral e Cívica, ainda mais voltada para essa formação patriota do povo. (FONSECA, 2006).

Nos dias atuais, no Brasil, deparamo-nos com um ensino de História diferente do existente durante a Ditadura Militar. A ampliação das pesquisas centradas no ensino de História colocou em pauta a discussão de novas categorias de estudos e conceitos, dentre os quais: “Didática da História, Educação Histórica, Saber Histórico, Saber Histórico Escolar, Transposição Didática” (CAINELLI e SANCHES, 2008, p. 145).

Nos Anos Iniciais, a disciplina de História é lecionada pelo professor responsável também pelo ensino de conteúdos voltados às demais áreas do conhecimento e, para Oliveira (2012, p. 227), cabe ao professor unidocente a “responsabilidade de adentrar o sujeito nos estudos historiográficos”.

Uma barreira a ser superada nos Anos Iniciais sobre o ensino de História é o fato de o sistema educacional, pautado na tradição escolar, priorizar o ensino da leitura e da escrita, aliado à realização das operações básicas matemáticas²⁶, desvinculadas dos saberes relacionados às outras áreas de conhecimento. Tal situação acaba por limitar, ou muitas vezes excluir, o tempo destinado ao ensino e à aprendizagem da História na escola.

Quando aplicamos o questionário, um misto de ansiedade e nervosismo pairou no ar, pois, após os professores se recusarem a participar das entrevistas, imaginamos que poderiam não responder ao questionário, o que não ocorreu. Portanto, a devolutiva permitiu que realizássemos as análises sobre a condução e a execução acerca do ensino de História em Tamarana.

²⁶ Realização das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.

A primeira pergunta aos docentes era: *Considera importante os alunos aprenderem sobre sua história local, no caso, sobre a história da cidade? Por quê?*. Elaboramos a questão tendo como base os pressupostos indicados pelo PCN de História para os Anos Iniciais, que afirma que o aluno deve ser capaz de realizar “a leitura de tempos diferentes no tempo presente, em um determinado espaço, e a leitura desse mesmo espaço em tempos passados” (BRASIL, 2001, p. 44). Assim, consideramos importante a leitura dos alunos da cidade e o papel do professor para que essa leitura aconteça.

Nas respostas recebidas, identificamos que todas as professoras consideraram importante a aprendizagem sobre a história local, enfatizando a questão da identidade ao indicar que é relevante ensinar história da cidade nos Anos Iniciais considerando que o aluno faz parte da cidade e conseqüentemente de sua história. Algumas se reduziram apenas a responder a pergunta de forma simples, sem mais detalhes.

Sim, porque faz parte da história deles (PROFESSORA 1).

Sim, é muito importante para a formação dos alunos (PROFESSORA 8).

Sim, por fazer parte da história de cada um e conhecer a história de onde vivemos é muito importante (PROFESSORA 10).

Sim, é muito importante, pois faz parte da vida deles, de seus familiares. Lugar esse onde nasceram (PROFESSORA 12).

Outras professoras se prontificaram a dar mais detalhes sobre por que consideravam importante que os alunos aprendessem sobre sua história local. Algumas respostas nos fazem compreender que as professoras consideram necessária a aprendizagem da história local porque ela faz parte de suas vidas e, por meio dela, poderão entender transformações ocorridas em sua sociedade.

Sim, pois a história faz parte da vida e da cultura das crianças, logo precisam compreendê-la para que entendam determinados comportamentos que acontecem em sua sociedade (PROFESSORA 2).

Sim, as crianças devem conhecer todo o processo histórico de nossa cidade para então desenvolverem maior compreensão dos espaços onde vivem (PROFESSORA 4).

Sim, considero importante, pois faz parte de sua história, independente da época que nasceram, seus pais e avós presenciaram muitas histórias e viveram muitas delas, o que contribui historicamente em seu modo de viver, formando a identidade regional e construindo a sua própria (PROFESSORA 7).

Sim, acho. Porque os alunos têm que ter conhecimento sobre o local no qual residem, pois, assim, terão conhecimento sobre a origem da cidade na qual nasceram (PROFESSORA 9).

Entendemos as colocações das professoras com a construção do saber ligado à família, primeiro núcleo do qual ouvimos histórias de antepassados, modificações sociais e locais. Isso nos leva a concordar com Cainelli e Sanches (2008, p. 148) ao explanar que o saber é o resultado da aquisição de informações e da relação pelo conhecimento pessoal transmissível, ou seja, compartilhamento de saberes sobre determinado assunto, em que todos auxiliam na construção da sabedoria que advém de relações pessoais e interpessoais.

Considerando que o ensino de História e sua aprendizagem se voltam para o conhecimento da história local, de transformações e permanências sociais locais (BRASIL, 2001), deparamo-nos também com a preocupação das professoras de que a criança deve ter conhecimento sobre sua história local para estar atenta às suas mudanças e participar, de forma atuante, no meio em que vive. Evidenciamos isso nas respostas abaixo, e nota-se que há uma visão tradicional de ensino quando as docentes acenam que é importante aprender história da cidade ao relacionarem diretamente com a história de vida do próprio aluno, deduzindo que o mesmo tem por obrigação por aprender sobre ela a fim de valorizá-la e transmitir conhecimento sobre a mesma.

Considero muito importante o aprendizado sobre a história do município, pois se trata da origem da história, assim como sua evolução do processo político, cultural, arquitetônico, dentre outros (PROFESSORA 3).

Sim, é importante conhecer a história da cidade ou município para que possa valorizar o local onde vive e situar-se como cidadão participante ou sujeito da história (PROFESSORA 6).

Sim, porque temos como obrigação conhecer pelo menos nossa história, um indivíduo sem história não tem como transferir conhecimento. Devemos conscientizar nossos alunos a valorizar a história de sua cidade, pois sempre vai ser nosso ponto de referência, onde sempre será lembrada (PROFESSORA 11).

Já o relato da Professora 6 não se trata de uma visão tradicional, evidencia-se que a mesma preocupa-se com a participação do aluno na história local. Mesmo elencando e preocupando-se com o fato de que conhecer a história local é importante para atuar na sociedade, a fim de perceber as mudanças sociais e locais,

também encontramos a fala de uma professora que relata a dificuldade em trabalhar a história do município, porque alguns alunos desconhecem a temática abordada:

É de grande importância, pois quando é chegada a hora de se trabalhar o conteúdo município, grande parte dos alunos desconhecem a história da sua própria cidade (PROFESSORA 5).

Importante é o apontamento feito pela professora, no entanto, também devemos considerar que o fato de estar na cidade não significa conhecê-la. O aluno pode desconhecer a história da cidade, mas pode ter interiorizado outros conhecimentos e outras observações sobre ela.

A segunda indagação aos professores tratava-se de sua prática docente: *Em suas aulas de História, são trabalhados os conteúdos relacionados à história de Tamarana? Quais temas são abordados?* Observamos que todas as respostas coincidem com o estabelecido nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições, assim, elencamos algumas respostas que podem ser observadas abaixo:

Sim, pontos turísticos, origem do nome, bandeira, pioneiros (PROFESSORA 1).

Sim, pois constam no conteúdo, são abordados a linha do tempo, os acontecimentos históricos, culturais e políticos do município, a sua população (PROFESSORA 3).

Sim, pioneiros de nosso município, origem do nome, surgimentos dos primeiros habitantes, agricultura, agropecuária (PROFESSORA 4).

Já é conteúdo, são trabalhados o bairro, o caminho para escola, o que mudou no município ao passar do tempo, a história do município, os vereadores, entre outros (PROFESSORA 5).

Sim, pioneiros, agricultura, pecuária, água, paisagem e transformações, zona rural e urbana, modos de viver, representação do município, localização, economia, transporte (PROFESSORA 6).

Sim, são abordados temas como: a história do nome da cidade, os símbolos da cidade, os governantes, os pioneiros (PROFESSORA 9).

Com base nas respostas acima, é possível verificar que os temas que mais se destacam são os pioneiros, símbolos municipais, origem do nome, agricultura e pecuária e a história do município partindo de temas relacionados aos pioneiros, origem do nome por meio da ligação indígena e primeiro prefeito municipal. Esses e outros conteúdos encontram-se nas propostas pedagógicas das escolas. Para chegar a essa conclusão, realizamos a análise in loco dos materiais, em que percebemos que focam nos seguintes temas a serem abordados na disciplina de História: origem do

nome do município, primeiros governantes, os símbolos municipais, costumes e tradições, pioneiros, agricultura, pecuária, indústrias.

Os mesmos temas são encontrados no material didático sobre a história de Tamarana, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 1997, e que até hoje é utilizado nas escolas, ainda que apresente dados desatualizados. Como foi realizada uma tiragem única para a quantidade de alunos do município no ano de 1997, hoje não há sequer um livro para cada professor das classes de terceiro ano e os raros exemplares se encontram com as coordenações e são mantidos guardados no armário.

Ao manusear o manual didático, em estado deteriorado por ser utilizado há dezoito anos, encontram-se nas primeiras páginas duas imagens: uma sobre a vista aérea de Tamarana na época de 1997 e outra com a foto da paróquia central do município, a Paróquia São Roque. Essa imagem demonstra, além da forte tradição religiosa, o legado do nome da primeira formação habitacional de Tamarana enquanto distrito, a antiga São Roque.

Ao continuar a observação do material, também se vê pequenos textos sobre a história da ligação entre Tamarana e Londrina, seguida por densos textos sobre os principais pioneiros eleitos a serem lembrados por meio do manual didático. No livro também há informações mínimas sobre a geografia de Tamarana. Sobre o fato da emancipação política, encontra-se apenas a data, nenhuma informação a mais.

Finalizando os conteúdos do material, encontramos a imagem de Edson Siena, primeiro prefeito de Tamarana, destacando a política e as melhorias que estava buscando e implantando no município recém-criado. Podemos constatar que o ensino de História nas escolas, por meio do material didático, centra-se na narrativa de alguns personagens eleitos para serem lembrados, não conferindo outras temáticas a serem abordadas.

A partir disso, registra-se a ausência, por exemplo, de uma das principais festas da década de 1950 no distrito, a tradicional Festa do Arroz, realizada por ser Tamarana, nessa época, um dos maiores produtores de arroz na região e também no Brasil. Não encontramos também o processo ou o desfecho que Tamarana enfrentou para tornar-se município.

A terceira pergunta do questionário aborda a temática central desta pesquisa, a emancipação política do município, para tal indagamos: *Como é o trabalho*

em torno da data de emancipação política do município? Nosso objetivo era verificar como esse assunto é tratado em sala de aula e qual a importância dada ao fato, observando se é mostrado de forma diferente do livro didático, o qual traz apenas em forma de data. A Professora 1 não respondeu à questão, deixando-a em branco. Das demais professoras, obtivemos as seguintes respostas como exemplo:

Nos últimos dois anos, na data de aniversário e emancipação, faz-se um desfile pela cidade, no qual as escolas municipais são obrigadas a ir, já está previsto no calendário (PROFESSORA 2).

Como é uma turma do ciclo de alfabetização, trabalhamos a data em forma de história, para que compreendam como, por que e o que é emancipação política (PROFESSORA 3).

Ocorre desfile com diversos temas relacionados ao nosso município (PROFESSORA 4).

Através de projetos (PROFESSORA 5).

Quanto à data de emancipação política, fazemos o trabalho contextualizado com a história do município e há também o desfile realizado em dezembro (PROFESSORA 6).

O trabalho sobre a emancipação é discutido com os alunos, em seguida os alunos colocam sua opinião sobre o assunto (PROFESSORA 9).

Trabalho em sala de aula com textos, interpretações, desfile (PROFESSORA 12).

Podemos perceber que as professoras trabalham a temática emancipação política para além do que consta no livro didático e também muito mais do que anunciam que trabalham, sem dúvida um fato muito importante, porque o movimento criado com o desfile em comemoração à emancipação, ainda que seja alvo de críticas por elas mesmas, produz uma resposta na escola e está ligado ao conhecimento do aluno e dos habitantes em geral. Há um movimento de ligação entre ambos, a escola prepara o desfile e o aborda como conteúdo e os habitantes vão assistir ao momento de comemoração, rememorando ou construindo ligações de informação sobre a temática.

Elas ainda destacam que, além do desfile, o tema emancipação política é abordado em classe com base no conhecimento prévio dos alunos e na realização de conversa com as crianças sobre o tema, com leituras e interpretação sobre o assunto. Cabe destacar também que mais conhecimentos não são trabalhados porque não há materiais de qualidade sobre o assunto que fiquem à disposição das docentes, o que se confirma com o relato da professora:

É bom, mas se tivéssemos materiais bem elaborados poderíamos contribuir para tornar nossa aula de História não só um momento de prazer, mas também algo vivo, que possibilite ao aluno a compreensão e a leitura da realidade (PROFESSORA 8).

Nesse ponto, ancoramo-nos em Pesavento (2005), que corrobora ao enfatizar que devemos buscar o passado ainda vivo na cidade. Embora seja uma tarefa difícil, com certeza torna-se muito mais significativo para os alunos na construção de seus saberes históricos.

Em suas assertivas, Oliveira (2012) também elenca que, nas aulas de História para crianças, precisamos caminhar além das memórias na busca de abordagens que se aproximem dos conhecimentos dos alunos, assim, tais conhecimentos implicam “abordagens mais próximas de estudos de aspectos locais, da história local e de assuntos advindos do cotidiano”, tendo a escola e o professor minucioso olhar investigativo para busca de novos saberes a serem ensinados (OLIVEIRA, 2012, p. 229).

Sobre a participação dos alunos nas aulas de História, realizamos a seguinte pergunta: *Os alunos relatam seus apontamentos sobre a cidade durante as aulas? Demonstram curiosidade?*

Entendemos que a participação dos alunos nas aulas de História é de suma importância. Proporcionando reflexões e troca de ideias, esse movimento de participação evidencia o avanço para a criticidade, mostrando que as aulas de História não são monótonas, em que o professor apenas apresenta o conteúdo e não reflete sobre ele junto aos alunos.

Nas respostas sobre a indagação supracitada, novamente a Professora 1 não respondeu à questão, já com as demais devolutivas das profissionais, podemos verificar que participar ou não da aula depende da questão a ser trabalhada. Pode-se analisar essa afirmação com base na devolutiva da Professora 3 ao afirmar que: “por ser uma escola localizada na zona rural e por ter a maior parte dos alunos indígenas, demonstram pouco interesse pela história, principalmente por fatos sociais e políticos do município”.

Para melhor elucidar a afirmação, é importante salientar que os alunos indígenas estudam na Escola Rural Municipal Enes Barbosa, localizada na zona rural do município, onde não há nenhum professor bilíngue para trabalhar o idioma kaingang na escola. Ao refletir sobre a devolutiva da professora, pode-se analisar que

os alunos não demonstram interesse pela história do município, talvez porque transitar pelo município não faça parte de sua realidade cotidiana, pode ser que mal conheçam o perímetro urbano de Tamarana, ou então os mesmos não apresentam interesse pela história de Tamarana porque a mesma não valoriza e não versa sobre sua história.

Também é possível analisar que há a participação da família na construção do conhecimento histórico da criança, pois, de acordo as professoras:

Alguns relatam fatos ocorridos com seus avós e pais no passado, demonstram curiosidade, porém se tem pouco material sobre a história de Tamarana (PROFESSORA 2).

Sim, eles sempre querem contar alguma coisa, ou fato que conhecem esse ou aquele personagem em questão (PROFESSORA 6).

Relatam: comentam sobre políticos, dos quais alguns são parentes, fatos do cotidiano (PROFESSORA 12).

Embora não se disponha de diversificados materiais sobre a história local na escola, em casa as crianças contam com o conhecimento de sua família sobre a história local relacionada a Tamarana.

Como podemos ver nas respostas acima, a família está elencada explicitamente em duas delas, seja por parentesco com políticos ou com histórias que já tenham acontecido com os mais velhos. Porém, o que não indica que, de forma ou outra, também não esteja forjado na resposta da Professora 6, afinal de contas, se as crianças sabem algo sobre o personagem em questão a ser trabalhado, com certeza é por meio de conhecimentos de outra pessoa, nesse caso, seu conhecimento vem de um familiar próximo, responsável pelas histórias contadas em família.

Também temos a colaboração das demais professoras quando se trata de participação nas aulas:

[...] a maior parte dos alunos envolve-se no conteúdo e participa com curiosidade (PROFESSORA 4).

Não muita, as aulas são muito teóricas, sem relatos, fotos ou se quer um bom material didático (PROFESSORA 7).

Sim, mas há falta de cartazes, mapas, panfletos sobre a história faz falta, se tivéssemos, seria melhor (PROFESSORA 8).

Sim, os alunos fazem seus apontamentos sobre a cidade e demonstram interesse sobre o assunto (PROFESSORA 9).

Muito pouco (PROFESSORA 10).

O pouco interesse sobre as aulas aliado à falta de materiais como suporte pedagógico ao assunto abordado acaba por dividir o caminhar do ensino de História em dois momentos: ou o professor busca por si próprio aprimorar o que já conhece e com sua didática instiga o aluno a participar e ser investigativo, ou as aulas tomam a proporção do ensino tradicional, em que se trabalham apenas conceitos, datas e momentos do acontecimento abordado.

A participação dos alunos durante as aulas possibilita a ampliação de suas experiências, favorecendo a construção do conhecimento. Nessa perspectiva, Germinari e Buczenko (2012) contribuem ao afirmarem que, estudando a história local, toda a experiência vivida pelo indivíduo, nesse caso o aluno, é totalmente ampliada ao se contrapor entre os espaços temporais anteriores a sua vida, ou seja, o aluno pode estabelecer relações que o possibilitem entender sua vida nas afinidades entre passado, presente e futuro.

Entretanto, mesmo com materiais didáticos, persuasão do professor que instiga o aluno a participar da aula com suas buscas, pesquisas sobre o conteúdo, ainda nos deparamos com dificuldades a serem enfrentadas no ensino de História, evidenciadas pela devolutiva abaixo. Quando questionada se há participação dos alunos, a professora afirma:

Alguns sim, outros não, mas alguns relatos têm lado positivo, sempre falam bem, mas aquela curiosidade é de poucos. Vejo que tem crianças que não conhecem Tamarana, mesmo morando aqui desde sempre, alguns não conhecem e nem sabem o nome do prefeito (PROFESSORA 11).

Nossa última indagação sobre o ensino de História no município de Tamarana recai sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores ao ensinarem sobre a história do município, para tal, inquirimos: *Qual sua maior dificuldade encontrada para trabalhar a história de Tamarana junto aos alunos?*

Como todo trabalho docente, no trajeto educativo, notamos diversas dificuldades dentro das classes escolares sobre o ensino da História. Para as respostas, temos a Professora 1, que preferiu não responder e, no demais, como exposto neste capítulo nas reflexões anteriores realizadas, a falta de materiais que verssem sobre a história local do município de Tamarana foi o item em unanimidade apontado pelas professoras.

Após verificar que a PROFESSORA 1 deixou de responder algumas questões, concluímos que provavelmente possa haver correspondência direta com o medo de responder algo que o pesquisador não aceitasse como resposta.

A maior dificuldade é a pouca existência de material sobre o conteúdo, temos apenas um livro sobre a história de Tamarana, que fica com a supervisão e quando precisamos o lemos e nós mesmos produzimos o material que precisamos (PROFESSORA 2).

A maior dificuldade encontrada é a falta de materiais, documentos que relatem fatos sociais, políticos e culturais da história de Tamarana (PROFESSORA 3).

A falta de material para pesquisa junto aos alunos (PROFESSORA 4).

A maior dificuldade encontrada é a falta de material atualizado sobre o município (PROFESSORA 5).

Falta de materiais como: livros, mapas, fotos, arquivos etc (PROFESSORA 6).

Falta de material, relatos, fotos, só temos um livrinho muito antigo sobre os pioneiros (PROFESSORA 7).

Minha dificuldade é a falta de material sobre o município de Tamarana, pois não temos um livro adequado sobre o assunto (PROFESSORA 8).

Minha maior dificuldade é não ter material para trabalhar com esse tema, apenas lousa e giz (PROFESSORA 9).

Materiais e informações insuficientes nos acervos (PROFESSORA 10).

Bom, acho que deveria ter um livro em que se encontra a história, pois, como já disse, desapareceu, deveriam fazer outro exemplar. Também tenho dificuldade em despertar o interesse, pois dentro de uma sala de aula fechada é muito difícil levar os terceiros anos a imaginarem a história. Gostaria de sair com eles, mostrar, visualizar a cidade, os pontos mais importantes; um passeio na Zona Rural para que eles vivenciem e vejam como se faz o município de Tamarana (PROFESSORA 11).

Falta de materiais, pois o que temos está desatualizado (PROFESSORA 12).

Partindo de todas as afirmativas dadas pelas professoras dos Anos Iniciais de Tamarana, podemos concluir que, embora seja conteúdo didático a ser ensinado no terceiro ano, a história local sobre o município tamaranense encontra-se desatualizada, havendo apenas uma única edição sobre esse conteúdo eleito a ser abordado na escola. Observa-se também que as professoras, em seus relatos, nos levam a concluir que não podem realizar passeios pelo município, elencando que o mesmo seria importante para as aulas de história da cidade.

Pode-se afirmar que a história trabalhada na escola tem forte ligação com a política, considerando a história eleita para ser contada pela administração pública municipal, isso porque, sempre que possível em suas reuniões, o destaque

dado pela Autarquia Municipal privilegia os desbravadores da região que, segundo eles, com muita luta, ajudaram a construir o distrito e, posteriormente, o município de Tamarana.

Há dificuldades e lacunas existentes nas aulas de História sobre a história do município, mas há também a tentativa das professoras em tentar reverter essa situação junto aos alunos, desdobrando-se para o ensino além do abordado no material didático.

Como indicado desde o início desta pesquisa, acreditamos que se devem buscar outras maneiras de se ensinar sobre o município de Tamarana. A história oficial já existe e é ensinada na escola, no entanto muitas outras histórias estão por surgir, para serem pesquisadas. Enfim, como se tem feito há vinte anos nas escolas de Tamarana, sobre novos conteúdos da história local para serem ensinados daremos tempo ao tempo! O primeiro passo já foi dado.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, centramos a investigação sobre como um fato político importante para o município de Tamarana é tratado nas reportagens de jornais, como é relatado pelos habitantes que protagonizaram o processo de emancipação política do referido município e como a temática tem sido abordada nas escolas municipais.

Frente à inexistência de material a respeito do tema em questão, nosso objetivo foi avançar na pesquisa sobre a emancipação de Tamarana e, a partir dela, numa outra etapa de trabalho para além da dissertação, prosseguir com a produção de material didático sobre o assunto para as aulas de História nos Anos Iniciais.

Apresentamos o resultado da pesquisa em quatro capítulos: O passado que se faz presente: o estudo da cidade na pesquisa e no ensino de História; “Tamarana emancipada: quem ganhou só o tempo dirá”; A busca de apoio a favor ou não da emancipação do distrito de Tamarana: os plebiscitos de 1991 e 1995; A história da cidade no ensino de História nos Anos Iniciais: o caso da emancipação política do município de Tamarana.

As reflexões oriundas da escrita de cada capítulo nos proporcionaram pequenas análises conclusivas, nas quais não pretendemos colocar um ponto final, mas é necessário finalizar a etapa investigativa relacionada à dissertação. Elegemos três questões para aprofundamento: duas fazem referência ao que foi especificamente abordado na pesquisa e a terceira aborda o silenciamento em torno da participação indígena no processo de emancipação. Tratar essa última questão, ainda que de forma breve, é necessário e demarca um posicionamento político frente à ausência dos povos indígenas na historiografia brasileira.

Quando recorremos aos jornais como fonte de pesquisa, verificamos que os indígenas não são encontrados em nenhuma reportagem. Nas matérias estudadas, buscava-se evidenciar os representantes de lideranças como os principais articuladores do fato em questão. Inferimos, então, que tanto os jornais quanto os habitantes entrevistados neste trabalho excluíram a participação dos indígenas no processo de emancipação.

Ao usar a entrevista para compreender o processo de emancipação em Tamarana, objetivamos ouvir o habitante que, nesta pesquisa, representa os

índios da Terra Indígena. Constatamos que eles participaram de todo o processo emancipatório e seu posicionamento quanto à emancipação ou não de Tamarana era claro, pois, preocupados com seu futuro, posicionaram-se de forma coletiva contra a emancipação, por acreditarem que prosseguir vinculados ao município de Londrina era o melhor para eles naquele momento.

Talvez as alegações das lideranças entrevistadas, ao apontarem que os indígenas recebiam ambos em sua comunidade, não significavam falta de posicionamento, mas sim uma demonstração de respeito. Uma possível explicação para essa cordialidade seja pelo fato de os indígenas não verem a emancipação como um embate entre os grupos, ou mesmo porque não compreendiam a emancipação com a mesma rivalidade que os grupos favoráveis e contrários. A organização da comunidade indígena se deu em consenso na busca por seus direitos, mas sem uma ligação direta com as frentes dos movimentos.

A desconfiança ao me receber como pesquisador para tratar de um assunto marcante no município talvez seja uma consequência da vitória do SIM, já que, quando me identifiquei, logo fui questionado se fui a mando da prefeitura em busca das entrevistas. Portanto, embora não seja esse ponto o foco desta pesquisa, é importante, política e historicamente, considerar como uma linha conclusiva a participação dos indígenas no processo de emancipação política do município de Tamarana.

As entrevistas realizadas possibilitam uma reflexão sobre o fato pelos habitantes, visto que estão a falar de um momento que vivenciaram há vinte anos. Se, por um lado os jornais abordam o assunto centrado na disputa pelas lideranças do movimento, nas entrevistas podemos ver que, além disso, havia todo um ritual por trás do cenário trazido pelos jornais.

Ademais, dá para se ter a noção de como eram as ideias centrais na busca de apoio, o que não é citado nas matérias, como, por exemplo, ir de porta em porta expondo suas ideias na tentativa de persuadir o indivíduo, pedir o apoio com uso de adereços que mostrassem o lado escolhido, com placas em casas, adesivos em carros e camisetas. Todos esses acontecimentos acabavam por conquistar a população que, como dito anteriormente, convencia-se da ideia, mas nem sempre sabia sobre os seus desdobramentos.

Sobre a emancipação, com base nos jornais e uso das entrevistas como fonte, podemos afirmar que Tamarana sempre esteve envolta por jogadas

administrativas, primeiro pertencendo a Londrina e sendo entregue aos domínios de Marilândia do Sul, posteriormente reivindicando seu pertencimento a Londrina, logo em seguida buscando sua autonomia administrativa, na ânsia de se tornar município.

Tais movimentos são marcados pela participação da população e também pela disputa de interesses coletivos e individuais, evidenciados principalmente nos dois últimos plebiscitos: o fato de se buscar a não emancipação é mostrado em peso por argumentos de falta de recursos próprios para administrar o município, porém é forte também uma coligação entre os servidores públicos municipais que, defendendo seus trabalhos na localidade, engajou-se na disputa defendendo um interesse coletivo, o de permanecer trabalhando no distrito em que residem.

De fato, os interesses pessoais também são analisados, tanto que, se havia toda uma argumentação a respeito do abandono do município de Londrina pelo distrito de Tamarana, nas próprias entrevistas é citado que o maior colaborador com a população e com o distrito era o então prefeito Wilson Moreira. Curioso é que as reivindicações sobre o abandono em que Tamarana se encontrava iniciaram justamente no fim de seu mandato.

Logo, pode-se analisar uma contradição entre os fatos, ou então só apareceram os agravantes de abandono após a vitória de outro candidato a prefeito, no ano de 1988. Isso porque também se nota o interesse pessoal com a possibilidade de se eleger o primeiro prefeito de Tamarana, caso fosse emancipada. Há um entrave de interesses que os próprios jornais trazem como a disputa de dois vereadores locais da época, causando uma discordância acirrada entre ambos sobre a temática emancipação política.

Foi possível, então, constatar que os interesses pessoais estavam em peso nos plebiscitos de 1991 e 1995, e o jogo de poder centrava-se nos cargos públicos, no poder político e no gerenciamento administrativo dos recursos que poderiam ser adquiridos pelo novo município.

Por meio das entrevistas, também se observam os apontamentos pessoais: havia um choque de informações ente os grupos que buscavam seus ideais e que acabavam por não deixar a situação totalmente esclarecida para os habitantes. O fato de as lideranças SIM e NÃO estarem centradas fortemente nas discussões de emancipação levou a população a se posicionar sem maiores esclarecimentos sobre os desdobramentos que cada um dos caminhos traria para a futura cidade.

Observa-se, também, que a população se envolveu nos entraves entre os grupos favorável e contrário por razões diversas, mas os dados coletados nas entrevistas apontaram para a disputa política em si, na busca por um grupo que a representasse, tendo em vista as poucas informações que a população tinha sobre as efetivas condições para a emancipação política de Tamarana. Isso porque os dados levantados e apresentados à população eram conseguidos com base em defesa de um ou outro posicionamento.

A tomada de reflexão de identidade também ajudava nas argumentações, pois pertencer ou não a um novo município deixaria o indivíduo mais londrinense ou então mais tamaranense, portanto o fator da identidade também foi importante na tomada de decisão.

Nos jornais, também há um posicionamento com relação à situação de emancipação que Tamarana enfrentou na década de 1990. Todos os jornais analisados vão mais a favor do grupo contrário Chegamos a tal conclusão ao analisar os enunciados e o que faziam em títulos com o intuito de chamar a atenção do leitor para possíveis perdas para Londrina, caso a emancipação ocorresse. Nota-se que não havia indicações de soluções que favorecessem a participação da população e que o interesse dos jornais em acompanhar a situação do distrito se deu apenas nos momentos da busca pela emancipação política.

A emancipação política é um tema tratado nas escolas tamaranenses, ainda que com algumas peculiaridades. Pela análise do questionário formulado às professoras, percebe-se que o tema é tratado com maior ênfase na semana que antecede o desfile cívico em comemoração ao aniversário do município.

Segundo as professoras, o trabalho é dificultado pela falta de materiais que versem sobre esse assunto e outros relacionados à história do município. Mesmo enfrentando essa dificuldade, as professoras tratam do tema em suas aulas e ainda são incumbidas de realizar um desfile cívico pelas ruas do município. Tal evento não parte de dentro da escola, mas sim das indicações solicitadas pela própria Prefeitura à Secretaria de Educação.

Nota-se, ainda, a ideia de que todo o estudo da emancipação no ambiente escolar é mais para a construção e a manutenção do ritual celebrado ano a ano do que propriamente para compreender o seu significado para os habitantes da cidade e sua reverberação na vida de cada cidadão.

Um dos desdobramentos positivos desta pesquisa para e na escola é que, mesmo as professoras tendo negado a entrevista, como havíamos proposto no início desta pesquisa, hoje podemos o interesse no tema pesquisado. Tal fato foi desencadeado a partir desta investigação, pois as professoras passaram a conversar sobre a temática aqui envolvida.

Finalizamos este trabalho já com propostas de organizar cursos sobre como se trabalhar com a história da cidade nas aulas de História. Trata-se de um resultado criado a partir do movimento em torno desta pesquisa.

Ressalta-se que, de início, os educadores trataram o tema com todo o cuidado, porque até para eles o assunto reverberava de maneira intensa, pois muitos também vivenciaram o processo, seguiam a mesma linha dos habitantes em geral e não tocavam no assunto, por não saberem quais seriam os efeitos ainda hoje.

Ademais, na composição de toda esta pesquisa, também nos deparamos com muitas dificuldades. Apoiar-se e trilhar os caminhos da História, mergulhar na pesquisa historiográfica em busca de fontes para construir uma narrativa, com o objetivo de ensinar História para crianças na escola valorizando a polifonia, é tarefa árdua.

Além disso, estudar um tema político aliado à educação em um município pequeno também tem seus percalços, como nos ocorreu na tentativa de entrevista dos indígenas, em que acharam que estávamos realizando as perguntas sobre a emancipação aos cuidados da prefeitura. Muitos também se mostraram curiosos ao saber que o tema adormecido pela população estava sendo estudado, mais uma maneira de constatar que as reverberações que ainda estão por vir causarão efeitos positivos para a população local e também para o ensino de História.

Não intentamos dar fim às possibilidades de pesquisa que envolvem a emancipação política de Tamarana, até porque muitos são os trabalhos que ainda podem ser desenvolvidos, como, por exemplo, buscar entender como a população contrária no primeiro plebiscito resolveu apoiar a emancipação política no segundo pleito ou, então, aprofundar outros assuntos que possam contribuir para as aulas de história local. É preciso ressaltar, também, que a cada assunto investigado nesta pesquisa, novas indagações tornaram-se presentes.

Enfim, o percorrido até aqui nos permite afirmar que o processo de emancipação política do município de Tamarana foi intenso e marcante para a

população que nela habita, e as marcas do vivenciado ainda se fazem presentes no cotidiano da cidade e de seus moradores.

REFERÊNCIAS

ALDEROQUI, Silvia. **Paseos urbanos**: El arte de caminar como práctica pedagógica. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.

ALVES, Izadora Maleski Serrano. **Educação, Utopia e Sonho**: contrapontos sobre a Pedagogia Empreendedora. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ALVES, Valter. Tamarana: distrito ou município? **O Estado do Paraná**, Curitiba, 12 nov.1995.

_____. Tamarana se prepara para o plebiscito. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 nov. 1995. Caderno Política.

ARAUJO, Vanessa Barboza de. A leitura da cidade e o desenvolvimento da consciência da cidade. Em: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro. **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora, UFJF, 2013.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. Em: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BITTENCOURT, Circe. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. Em: PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. 14ªed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. Em: **Tempo e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei complementar nº 397 – B**, de 2014. Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1260476&filename=REDACAO+FINAL+++PLP+397/2014>. Acessado em: 06 ago. 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996. § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 set. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc15.htm>. Acessado em: 07 ago. 2015.

BRASIL. Lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. (Redação dada pela LCP nº 46, de 21.8.1984). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 nov. 1967, retificado em 20 nov. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm>. Acessado em: 09 ago. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRUM, Daniel da Silva; LAGO, Ivann Carlo. **Os jornais e a política ou a política dos jornais?** Uma análise hemerográfica dos discursos sobre a política em dois jornais do município de Cerro Lago, RS. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/download/134/65+ecd=1ehl=pt-BRect=clnkegl=BR>>. Acessado em: 21 set. 2014.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahard Ed, 2005.

CAINELLI, Marlene; SANCHES, Tiago Costa. Saber histórico de professores nas séries iniciais: algumas perspectivas de ensino em sala de aula. Em: **História e Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

CERRI, Luis Fernando. **A ideologia da paulistanidade e a escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Márcia Manuela Galhardo. 2ª ed. Portugal: DIFEL, 2002.

CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/brasil_mitofundador_e_sociedade_autoritaria_marilena_chau_i.pdf>. Acessado em: 10 jun.2015

CHEIDA, Luiz Eduardo. Quem ganhou. **Jornal de Londrina**, Londrina, 28 nov. 1995. Sessão Opinião. Caderno Cidade, p. 6.

CIGOLINI, Adilar Antonio. **Território e criação de municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0385-T.pdf>>. Acessado em: 20 jun. 2015.

CIGOLINI, Adilar Antonio; CACHATORI, Thiago Luiz. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Cigolini.pdf>>. Acessado em: 10 jul. 2015.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta Editora, 1999.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. Em: **Revista Brasileira de Educação**, n.23, maio/jun/jul/ago. 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Uma introdução aos estudos culturais. Em: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, dez. 1998.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios - avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Tese%20Doutorado_%20Final%20%20Edison%20Favero_16_07_04_R.pdf>. Acessado em: 09 fev. 2015.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 2006. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/Origens_Significados_nomes_municipios_pr.pdf>. Acessado em: 04 fev. 2015.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. Em: *Revista Espaço Acadêmico*, v.11, n.125, out. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12565/985>>. Acessado em: 28 nov. 2014.

FOLHA DE LONDRINA. **Tamarana retoma luta pela emancipação**. Londrina, 22 mar. 1990.

_____. **Tamarana e as terras de São Roque**. Londrina, 20 abr. 1990.

_____. **Tamarana em clima de guerra pela emancipação**. Londrina, 27 maio. 1990.

_____. **Sancionada lei que cria o município de Tamarana**. Londrina, 24 jul. 1990.

_____. **Tamarana pretende tomar a metade da área de Londrina**. Londrina, 22 set. 1991.

_____. **Só Tamarana e Imbaú rejeitam emancipação**. Londrina, 12 nov. 1991.

_____. **Tamarana: moradores protestam na AL**. Londrina, 17 mar. 1994.

_____. **Tamarana ignora ação contra plebiscito**. Londrina, 24 nov.1995. Caderno Emancipação.

_____. **Tamarana decide pela emancipação.** Londrina, 27 nov. 1995. Caderno Cidade.

_____. **Cheida autoriza remoção de servidores.** Londrina, 9 jan. 1996.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada.** 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2006.

GAZOLI, Jair. Tamarana continua debatendo a emancipação. **O Estado do Paraná,** Curitiba, 29 abr. 1990.

GERMINARI, Geysso; BUCZENKO, Gerson. História local e identidade: um estudo na perspectiva da Educação Histórica. Em: **História e Ensino**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.18, n.2, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593>>. Acessado em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de municípios nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1960/2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acessado em: 06 ago. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico: Município de Tamarana.** 2015. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86125ebtOk=ok>. Acessado em: 15 ago. 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. Em: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

JORNAL DE LONDRINA. **Candidatos entram no debate da emancipação de Tamarana,** Londrina, 28 maio. 1990.

_____. **Álvaro sanciona amanhã emancipação de Tamarana.** Londrina, 22 jul. 1990.

_____. **Londrina perde 466km² se ficar sem Tamarana,** Londrina, 16 set. 1991.

_____. **Distritos vizinhos não querem ser de Tamarana,** Londrina, 22 set. 1991.

_____. **Maior distrito discute emancipação.** Londrina, 06 ago. 1995. Caderno Cidade, p. 8.

_____. **O “sim” vence fácil em Tamarana.** Londrina, 28 nov. 1995. Caderno Cidade, p. 6.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LINS, Lindericy Francisco Tomé de. **História e imprensa: fontes e metodologias de pesquisa.** Disponível em: <http://www.encontro2012.ce.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=774>. Acessado em: 24 set. 2014.

LIVORATTI, Pedro. Recadastramento começa na próxima segunda-feira. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 set. 1995.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. Em: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHAES, José Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. Em: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata [et al.]. **Dinâmica dos municípios.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007.

MARANHAO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma história do tempo presente: o ensaio de nós mesmos. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009. Disponível em: <<http://www.culturaegero.com.br/download/historiadotempopresente.pdf>>. Acessado em: 31 maio. 2015.

MCLAREN, Peter. **Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MIRANDA, Sonia Regina; PAGÈS BLANCH, Joan. **Miradas sobre uma questão sensível: a cidade e suas potencialidades educativas.** Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/viewFile/6747/5583>>. Acessado em: 02 dez. 2015.

_____. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. Em: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro. **Cidade, memória e educação.** Juiz de Fora: UFJF, 2013.

MOTA, Lúcio Tadeu. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/ Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. Em: **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, MS, v.9, n.16, jan./jul. 2007. Disponível em: <<http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=FRONTEIRASepage=articleeop=viewewpath%5B%5D=40>>. Acessado em: 10 mar. 2014.

MURARA, Carmem. Deputados trocam socos na Assembleia. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 set. 1994.

OLIVEIRA, Juliana Sieni de. **Formação Sócio-Espacial do Município de Tamarana-PR.** 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. O ensino de História para crianças e a formação do professor para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em: **EDUCATIVA: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE |**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. v.15, n.2, p. 227-241, jul/dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/view/2521/1568>>. Acessado em: 22 jan. 2016.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; LUGLE, Andreia Maria Cavaminami; AGUIAR, Beatriz Carmo Lima de (orgs). **O movimento da ação docente no Ensino Fundamental I**. Londrina: EDUEL, 2013.

PARANÁ. Casa Civil. Sistema Estadual de Legislação. Lei 11.224, de 13 de dezembro de 1995. Cria o Município de Tamarana, desmembrado do Município Londrina. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, nº. 4654, Curitiba, 13 dez. 1995. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirecodAto=3814eindice=2etotalRegistros=274eanoSpan=1995eanoSelecionado=1995emesSelecionado=0eisPaginado=true>>. Acessado em: 16 fev. 2012.

PASSEGGI, Maria da Conceição. As duas faces do memorial acadêmico. Em: **Odisséia**: Revista do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, Natal, v.9, ed.13-14, p.65-75, 2006.

PELEGRINO, Érika. Hostilidade dá lugar ao ressentimento. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 jan. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Em: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.279-290, 1995.

_____. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Em: **Revista Esboços**, Florianópolis, v.11, n.11, p.25-30, 2004.

_____. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Em: **LEPAARQ**, Pelotas, v.2, n.4, p 9-17, 2005.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Em: **Revista Brasileira de História** [online], São Paulo, v.27, n.53, p.11-23, jan/jun. 2007.

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? Em: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SILVA, Daniela Doms Godinho da. **Assentamentos rurais e mudanças na dinâmica sócio-espacial local**: o caso do município de Tamarana-PR. 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

SILVA, Rafael Nascimento da. **Ensino de história**: A prática educacional dos docentes da 4ª série e do 5º ano do Ensino Fundamental público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – UNINORTE – Faculdade Norte Paranaense de Ensino, Londrina, 2011.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto. Em: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.47, p.241-270, jun. 2008.

SIMÕES, Irlan (Resp.). REVER entrevista: Francisco Carlos Teixeira. Entrevistadores convidados: Cleidsom Carlos e Anike Lamoso. Em: **Revista Rever**, 11 dez. 2013. Disponível em: <<http://revistarever.com/2013/12/11/rever-entrevista-francisco-carlos-teixeira/>>. Acessado em: 15 mar. 2015.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Lima. A criação de municípios após a Constituição de 1988. Em: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v.17, n.48, p.61-89, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13950.pdf>>. Acessado em: 10 jul. 2015.

VIEGAS, José Augusto. Um plebiscito mudou a história de Tamarana. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 dez. 1977.

APÊNDICE
APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Ademir Ferreira

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa **“ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA”**, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, **cujo objetivo é** investigar o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram este processo. Sua participação é muito importante e se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista ao pesquisador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e só serão divulgadas em após sua expressa autorização.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Tamarana, ____ de julho de 2016.

Rafael Nascimento da Silva
RG.: 10709076-2 SSP/PR

Ademir Ferreira, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: Tamarana, 27 de julho de 2016

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Antonina de Oliveira Freitas

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa **“ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA”**, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, **cujo objetivo é** investigar o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram este processo. Sua participação é muito importante e se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista ao pesquisador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e só serão divulgadas em após sua expressa autorização.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Tamarana, 28 de julho de 2016.**Rafael Nascimento da Silva**

RG.: 10709076-2 SSP/PR

Antonina de O. Freitas tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura:

Antonina de O. FreitasData: Tamarana, 28 de julho de 2016

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Francisco da Cruz Gallo

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**”, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, **cujo objetivo é** investigar o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram este processo. Sua participação é muito importante e se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista ao pesquisador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e só serão divulgadas em após sua expressa autorização.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Tamarana, 27 de julho de 2016.

Rafael Nascimento da Silva
RG.: 10709076-2 SSP/PR

Francisco da Cruz Gallo, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: F. Gallo

Data: Tamarana, 27 de julho de 2016

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Jair Ramos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**”, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, **cujo objetivo** é investigar o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram este processo. Sua participação é muito importante e se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista ao pesquisador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e só serão divulgadas em após sua expressa autorização.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Tamarana, 28 de julho de 2016.

Rafael Nascimento da Silva
RG.: 10709076-2 SSP/PR

Jair Ramos, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: Rafael

Data: Tamarana, 28 de julho de 2016

APÊNDICE E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Lourival Oliveira

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**”, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, **cujo objetivo é** investigar o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram este processo. Sua participação é muito importante e se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista ao pesquisador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e só serão divulgadas em após sua expressa autorização.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Tamarana, 28 de julho de 2016.

Rafael Nascimento da Silva
RG.: 10709076-2 SSP/PR

Lourival Oliveira, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____
Data: Tamarana, 28 de julho de 2016

APÊNDICE F

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Maria Claudete de C. Mantovan

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “**ENTRE O SIM E O NÃO: HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TAMARANA E SEU ENSINO NA ESCOLA**”, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, **cujo objetivo é** investigar o processo de emancipação política do município, tendo por fonte de pesquisa as notícias vinculadas nos jornais da época e as narrativas dos habitantes que vivenciaram este processo. Sua participação é muito importante e se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista ao pesquisador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e só serão divulgadas em após sua expressa autorização.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Tamarana, 27 de julho de 2016.

Rafael Nascimento da Silva
RG.: 10709076-2 SSP/PR

Maria Claudete C. Mantovan, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: Tamarana, 27 de julho de 2016

APÊNDICE G

Entrevista piloto sobre a emancipação política de Tamarana

1. NOME COMPLETO E DATA DE NASCIMENTO.
2. VOCÊ NASCEU EM TAMARANA?
3. EM QUE ANO SE INSTALOU EM TAMARANA?
4. TAMARANA, ENQUANTO DISTRITO, ERA AGITADA OU TRANQUILA?
5. A POPULAÇÃO ESTAVA DE ACORDO COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA COM O DISTRITO DE TAMARANA?
6. RECORDA-SE DE QUANTOS PLEBISCITOS PARTICIPOU EM TAMARANA?
7. PARTICIPOU DO MOVIMENTO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO DISTRITO DE TAMARANA NO ANO DE 1995?
8. SUA ATUAÇÃO ERA FAVORÁVEL OU CONTRÁRIA À EMANCIPAÇÃO?
9. PARA VOCÊ, COMO FOI O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO? ERA UM DESEJO DE POUCOS OU DE MUITOS?
10. QUAIS ERAM AS REIVINDICAÇÕES DOS HABITANTES PARA QUE A EMANCIPAÇÃO OCORRESSE?
11. QUAIS ERAM OS MOTIVOS OU ARGUMENTOS APRESENTADOS PARA DEFENDER A IDEIA DE QUE A EMANCIPAÇÃO ERA VIÁVEL?
12. QUAIS ARGUMENTOS ERAM APRESENTADOS PARA DEFENDER A IDEIA DE QUE TAMARANA DEVERIA CONTINUAR PERTENCENDO A LONDRINA?
13. QUAL ERA O LEMA USADO PELO GRUPO FAVORÁVEL?
14. QUAL ERA O LEMA USADO PELO GRUPO CONTRÁRIO?
15. OS INDÍGENAS PARTICIPARAM DO PLEITO ELEITORAL NO ANO DE 1995? ERAM FAVORÁVEIS OU CONTRÁRIOS?
16. HOJE, APÓS VINTE ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, VOCÊ ACREDITA QUE O MELHOR FOI TAMARANA TER SE EMANCIPADO?

APÊNDICE H

Autorização para aplicação de questionário



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Prezada Secretária de Educação

Prof^ª. Rosilda Vanderlei Caetano

Vimos por meio desta, solicitar a autorização desta secretaria para a aplicação de questionário aos professores da Rede Municipal de Tamarana que lecionam nas turmas de 3º e 4º ano do ensino fundamental. Tal questionário objetiva compreender como se ensina e o que se ensina a respeito da cidade de Tamarana para as crianças na escola. Os questionários são parte da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina sobre o processo de emancipação política do município. Trata-se de uma pesquisa coordenada pela Prof^ª. Dr^ª. Sandra Regina Ferreira de Oliveira. O questionário será distribuído nas escolas do município e respondido anonimamente. Não serão divulgados os nomes dos participantes assim como o nome das escolas envolvidas conforme preconiza a legislação sobre a ética na pesquisa.

Gratos por sua atenção

Sandra Regina Ferreira de Oliveira

Rafael Nascimento da Silva

Ciente: Rosilda Vanderlei Caetano

Rosilda Vanderlei Caetano
Secretária de Educação, Cultura
e Esportes

Decreto n.º 007/2013 de 02/01/2013

APÊNDICE I

Questionário às professoras de terceiro e quarto anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Prezado(a) professor(a),

Meu nome é Rafael Nascimento da Silva, nasci e resido na cidade de Tamarana. Atualmente, realizo uma pesquisa sobre o processo de emancipação política do município e venho por meio desta solicitar sua participação em minha pesquisa. Trata-se de uma dissertação de mestrado, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Ferreira de Oliveira. Solicito que responda a esse questionário e saliento que, conforme preconiza a legislação sobre a ética na pesquisa, será garantido o anonimato, não sendo divulgados os nomes dos participantes.

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1 Sexo: () F () M

1.2 Idade: _____

2. FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Curso de Graduação: _____

2.2 Curso de Pós-graduação lato sensu: _____

2.3 Tempo de atuação na Rede Municipal de Tamarana: _____

2.4 Sua atuação profissional está sendo desenvolvida em qual turma do ensino fundamental?

() 3º Ano

() 4º Ano

Nas questões seguintes pode ser utilizado o verso da folha para prosseguir com a resposta, se for necessário.

3. CONSIDERA IMPORTANTE OS ALUNOS APRENDEREM SOBRE SUA HISTÓRIA LOCAL, NO CASO SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE? POR QUÊ?

4. EM SUAS AULAS DE HISTÓRIA, SÃO TRABALHADOS OS CONTEÚDOS RELACIONADOS À HISTÓRIA DE TAMARANA? QUAIS TEMAS SÃO ABORDADOS?

5. COMO É O TRABALHO EM TORNO DA DATA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO?

6. OS ALUNOS RELATAM SEUS APONTAMENTOS SOBRE A CIDADE DURANTE AS AULAS? DEMONSTRAM CURIOSIDADE?

7. QUAL SUA MAIOR DIFICULDADE ENCONTRADA PARA TRABALHAR A HISTÓRIA DE TAMARANA JUNTO AOS ALUNOS?
